UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ANA CLARA FUSARO RODRIGUES

Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude

São Paulo
2021

ANA CLARA FUSARO RODRIGUES

Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Gomes

São Paulo
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fusaro Rodrigues, Ana Clara

Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude / Ana Clara Fusaro Rodrigues; orientadora Isabel Cristina Gomes. -- São Paulo, 2021.

105 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica)
-- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Adoção. 2. Adoções Necessárias. 3. Crianças maiores. 4. Adolescentes.
5. Judiciário. I. Cristina Gomes, Isabel, orient. II. Título.

Nome: RODRIGUES, Ana Clara Fusaro

Título: Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Profº Dr: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profº Dr: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Profº Dr: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Às crianças e aos adolescentes à espera de uma família

AGRADECIMENTOS

Em especial, à minha amada avó Maria Teresa Fusaro, por sonhar todos os meus sonhos comigo, inclusive este mestrado, e não medir esforços para realizá-los. Por todo o amor desta e de outras vidas.

À minha família, Mariana, Edimara, Rinaldo e Gabriel, por acreditarem em mim, por me oferecerem todo o amor, a liberdade e o suporte para que eu trilhe o meu caminho.

À Professora Isabel Cristina Gomes, pela oportunidade, por todo o afeto e compreensão com que me orientou ao longo desta jornada, pelos ricos ensinamentos e a generosidade em compartilhá-los.

Às Professoras Lidia Levy e Maíra Bonafé Sei, membros da banca de exame de qualificação e de defesa, pelas contribuições valiosas que deram contorno a esta pesquisa.

Às minhas parceiras de mestrado, Juliana Beatriz Ferreira de Souza e Paula Puertas Beltrame, que se tornaram verdadeiras amigas para além da universidade, por todo o apoio e acolhimento.

Aos colegas do Laboratório de Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, pelas trocas e aprendizados.

Aos colegas dos Grupos Reflexivos com Pretendentes à Adoção, por toda a confiança e amizade.

Aos professores e funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pela gentileza.

Aos/às Psicólogos/as e às Assistentes Sociais a serviço da Justiça que gentilmente contribuíram para esta pesquisa, pela confiança e disponibilidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 33002010039M3.

“Entre as desesperanças da hora e à falta de melhores notícias, venho informar-lhes que nasceu uma orquídea”.

(ANDRADE, 1970).

RESUMO

RODRIGUES, A. C. F. **Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados sob a perspectiva de Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude.** 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Na atualidade, há um expressivo número de crianças e adolescentes que, separados definitivamente de suas famílias de origem pelo Poder Judiciário, não conseguem ser inseridos em famílias adotivas por não se enquadrarem no perfil de filho desejado pela maioria dos pretendentes. Dentre as adoções mais difíceis de serem concretizadas, as chamadas “adoções necessárias”, estão as de crianças maiores e adolescentes, inter-raciais, de jovens com deficiência ou necessidades específicas de saúde e de grupos de irmãos. Diante disso, este estudo teve por objetivo analisar como Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude selecionadas no estado de São Paulo estão lidando com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados. Através do método clínico-qualitativo, foram realizadas entrevistas individuais semidirigidas com doze profissionais, sendo um/a Psicólogo/a e uma Assistente Social de seis varas judiciárias selecionadas na capital e no interior do estado. Para a análise e discussão dos resultados foram construídas três categorias, organizadas a partir dos critérios de repetição e relevância, denominadas: (1) A etapa de preparação dos adotantes; (2) O papel das entrevistas de avaliação psicossocial; (3) Considerações acerca da campanha Adote um Boa-Noite. Na etapa de preparação desenvolvida pelos profissionais da amostra, atividades informativas se associaram a uma incipiente ampliação do perfil aceito pelos adotantes, enquanto estratégias mais efetivas relacionaram-se ao relato de vivências de pais que adotaram crianças e adolescentes com perfis preteridos. No geral, observou-se que o espaço íntimo das entrevistas avaliativas tem sido privilegiado para explorar com maior profundidade o investimento dos pretendentes na adoção, de modo a desvelar as motivações e fantasias subjacentes à restrição por alguns perfis e garantir o amadurecimento da demanda inicial pelo filho. Por último, os entrevistados indicaram que a exposição irrestrita da imagem dos adotandos em campanhas como a Adote um Boa-Noite pode favorecer ampliações pautadas em motivações que se distanciam do desejo de cuidar de uma criança ou adolescente na condição de filho e reduzir a relação de parentalidade-filiação a uma lógica mercadológica.

Palavras-chave: Adoção. Adoções necessárias. Crianças maiores. Adolescentes. Judiciário.

ABSTRACT

RODRIGUES, A. C. F. A qualitative study about the expansion of the profile of children and teenagers to be adopted from the perspective of Psychologists and Social Workers from the Children and Youth court. 2021. Dissertation (Master in Clinical Psychology) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

Currently, there is a significant number of children and teenagers who, definitively separated from their origin families by the Judiciary, are unable to be included in adoptive families because they do not fit the profile of children desired by most applicants. Among the most difficult adoptions to be accomplished, the so called “necessary adoptions”, are those of older children and teenagers, interracial, children with disabilities or specific health needs and sibling groups. Therefore, this study aim was to analyze how Psychologists and Social Workers from selected Child and Youth courts on the state of São Paulo are dealing with the expansion of the profile of children and teenagers to be adopted. Through the utilization of a clinic-qualitative methodology, semi-structured individual interviews were conducted with twelve professionals, being one Psychologist and one Social Worker from each of the six selected Children and Youth courts in the capital and in the countryside of the state. For the analysis and discussion of the results, three categories were developed, organized based on the criteria of repetition and relevance, denominated: (1) The stage of preparing the adopters; (2) The role of psychosocial assessment interviews; (3) Considerations about the Adote um Boa-Noite program. In the preparation stage developed by the sample professionals, informative activities were associated with an incipient expansion of the profile accepted by adopters, while more effective strategies were related to the report of experiences of parents that adopted children and teenagers who belong to the neglected profiles. In general, it was observed that the intimate space of evaluative interviews has been a privileged sphere to explore in greater depth the applicant’s investment in adoption, to reveal the motivations and fantasies underlying the restriction by some profiles and ensure the maturation of the initial demand for the child. Finally, the participants indicated that the unrestricted exposure of the image of adoptees in campaigns such as Adote um Boa-Noite can favor expansions based on motivations that distance themselves from the desire to care for a child or adolescent as a child and reduce the relationship of parenting-affiliation to a marketing logic.

Key Words: Adoption. Necessary adoptions. Older children. Teenagers. Judiciary

LISTA DE SIGLAS

ANGAAD	Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção
CGJ	Corregedoria Geral da Justiça
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GAA	Grupo de Apoio à Adoção
GRPA	Grupos Reflexivos com Pretendentes à Adoção
IPUSP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
NJCGJ	Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIJ	Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADOÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO	14
2.1 ASPECTOS JURÍDICOS DA ADOÇÃO	17
2.2 O PERFIL DOS ADOTANDOS	20
3 AS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	25
3.1 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS/AS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DOS ADOTANTES	27
4 ESTRATÉGIAS MOBILIZADORAS PARA AS “ADOÇÕES NECESSÁRIAS”	35
4.1 A CAMPANHA ADOTE UM BOA-NOITE	38
5 OBJETIVOS	40
6 MÉTODO	41
6.1 INSTRUMENTOS	41
6.2 PARTICIPANTES	42
6.3 PROCEDIMENTOS	43
6.4 ASPECTOS ÉTICOS	44
7 RESULTADOS	45
7.1 VIJ1	48
7.2 VIJ2	53
7.3 VIJ3	56
7.4 VIJ4	60
7.5 VIJ5	63
7.6 VIJ6	66
8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
8.1 A ETAPA DE PREPARAÇÃO DOS ADOTANTES	69
8.2 O PAPEL DAS ENTREVISTAS DE AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL	76
8.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CAMPANHA ADOTE UM BOA-NOITE	84
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	102
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	105

1 INTRODUÇÃO

O interesse em me debruçar sobre a atuação de profissionais da Justiça da Infância e Juventude para garantir os direitos de crianças/adolescentes à espera de uma família adotiva relaciona-se à minha trajetória profissional no campo da Psicologia e da Psicanálise. A oportunidade de coordenar rodas de conversa com adolescentes em acolhimento institucional, durante a graduação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e grupos reflexivos com candidatos a pais adotivos, enquanto graduanda e, posteriormente, como pós-graduanda no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), me fez testemunhar uma realidade que tem incomodado a comunidade científica, jurídica e a sociedade civil há algum tempo: o desencontro existente entre o filho almejado pelas pessoas que buscam a adoção para realizarem o sonho de exercer a parentalidade e o perfil do jovem acolhido que aguarda para ser inserido em uma família novamente.

Dessa forma, em meio a adolescentes acolhidos - que dificilmente falavam sobre a temática da adoção, quase como se não lembrassem da possibilidade de se tornarem filhos de pais adotivos - e adotantes - que se preparam com tanta expectativa para receber seus filhos - fui me deparando com inquietações que abriram espaço para o desenvolvimento desta pesquisa: Quem são, nos dias atuais, os adotandos que não correspondem aos filhos desejados pelos candidatos à adoção? O que está relacionado à escolha pelo perfil de um filho requerido através da adoção? Seria possível sensibilizar os adotantes a serem menos restritos quanto ao perfil do filho desejado? E, finalmente: O que tem sido feito pelos profissionais da Infância e Juventude para viabilizar a ampliação do perfil de crianças/adolescentes a serem adotadas?

Operando em interface com as equipes interprofissionais do Judiciário, parto do entendimento de que o trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos/as com os adotantes transcende o processo jurídico estabelecido para essa medida, envolvendo o processo psíquico do amadurecimento de um projeto de parentalidade adotiva, que compreende o delineamento do perfil da criança/adolescente almejado. Portanto, o presente estudo apoia-se na hipótese de que o trabalho dos profissionais da Infância e Juventude com os pretendentes pode figurar como uma oportunidade de ampliação na concepção de adoção desses sujeitos, se forem oferecidas a eles condições para que se aprofundem nos sentidos que investem em seu projeto adotivo, podendo contribuir para alterar o quadro do desejo generalizado por um único perfil de adotando.

Assim sendo, este estudo voltou sua atenção para a atuação e percepção de Psicólogos/as e Assistentes Sociais da Infância e Juventude, tendo por objetivo geral analisar como esses

profissionais estão lidando com a ampliação do perfil de crianças/adolescentes a serem adotados/as. Na intenção de que o leitor se aproprie de conhecimentos primordiais relacionados ao tema-problema da pesquisa, abrimos o estudo com três capítulos teóricos que apresentam, respectivamente: considerações sobre a adoção no Brasil contemporâneo, sob a ótica do Direito e da Psicanálise; diretrizes estabelecidas para o trabalho das equipes interprofissionais com os candidatos à adoção; estratégias que têm emergido nas últimas décadas para ampliar a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos.

Diante de um assunto tão primordial quanto à garantia dos direitos infanto-juvenis, acredita-se que esta pesquisa, ao lançar luz sobre o trabalho e a percepção de profissionais da Justiça para promover a visibilidade de crianças/adolescentes preteridas pelos adotantes, pode contribuir para discussões aprofundadas sobre possibilidades de atuação frente ao desafio de encontrar famílias para a maioria dos jovens disponíveis à adoção no Brasil.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADOÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

A adoção de filhos pode ser compreendida como um processo no qual o Poder Judiciário intermedia uma situação composta por uma criança/adolescente, sua família de origem e uma outra que pretende adotá-la. Essa medida apresenta-se como alternativa a crianças/adolescentes que tiveram seus direitos violados, na intenção de garantir-lhes condições para o desenvolvimento pleno e a convivência no seio de uma família e na comunidade. Portanto, na adoção conhecida como “moderna”, busca-se pais que possam assegurar os direitos infanto-juvenis daqueles que não puderam ser cuidados por sua família, sem perder de vista que por parte do pretendente deve haver o desejo de exercer a parentalidade (BRASIL, 1990, 2006).

Todavia, ao dimensionarmos o percurso histórico da adoção no Brasil, notamos que ela esteve até o século passado atrelada à doutrina jurídica menorista, a qual não estava comprometida com o melhor interesse da criança/adolescente, e sim ao controle e à contenção social. A partir de um discurso ideológico sobre uma pretensa incapacidade de famílias em situação de pobreza cuidarem de seus filhos, observou-se, ao longo de décadas, o desenvolvimento de políticas paternalistas que confinavam essas crianças/adolescentes em instituições e davam sustentação a práticas recorrentes de suspensão provisória ou definitiva do poder dos pais em relação a seus filhos, os quais formaram o público das políticas de atendimento direcionadas à infância e juventude no país (BRASIL, 2006).

Se por um lado havia famílias tratadas como incapazes, que perdiam o poder familiar de seus filhos por encontrarem dificuldades para protegê-los, do outro, havia pessoas interessadas em acolher algumas dessas crianças/adolescentes. Sobre esse período, Nakamura (2019) alude ao incentivo de práticas adotivas associadas à caridade, ao recebimento de “filhos de criação”, os quais eram tratados de forma diferente dos biológicos, a ocultamentos sobre a origem da criança quando isto era viável, dentre outras condutas inapropriadas para o desenvolvimento infanto-juvenil e do sentimento de pertencimento familiar. Nesta forma de adoção conhecida como “clássica”, Amim e Menandro (2007), Paiva (2004) e Nakamura (2019) evidenciam que os recém-nascidos da mesma raça/cor dos adotantes foram estritamente privilegiados, visto que a principal motivação para a adoção era atender a demanda de casais inférteis ou estéreis.

A adoção sob um ideal de família centrado no interesse do adotante influenciou as leis brasileiras por gerações. Todavia, essa perspectiva foi sendo substituída gradualmente por legislações e movimentos sociais que passaram a priorizar os direitos infanto-juvenis, implicando uma “Nova Cultura da Adoção”. A promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), em 1990, logo após a Constituição Federal (1988) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), foi fundamental para dar início a um processo de rupturas com concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes, bem como de mudanças na forma de olhar para a infância e juventude. O ECA se sobressai por conferir às crianças/adolescentes o lugar de sujeitos de direitos, isto é, como indivíduos íntegros, em condições peculiares de desenvolvimento, que devem ser protegidos pela família, pela sociedade e pelo Estado (BRASIL, 1990, 2006)

Erigindo as crianças/adolescentes à condição de prioridade absoluta, o ECA enfatiza a máxima preservação de seus vínculos de origem, diante do entendimento de que o melhor para toda criança/adolescente é ser criada e educada no seio de sua família. No entanto, a Lei pressupõe que nas situações em que o ambiente familiar oferece algum risco à criança/adolescente, violando seus direitos fundamentais, é dever do Estado afastar temporariamente o jovem de sua família, encaminhando-o a serviços especializados de acolhimento, até que ele possa ser reintegrado com brevidade, em até 18 meses. Desse modo, evidencia-se a prerrogativa de manutenção ou reintegração da criança/adolescente em sua família em relação a qualquer outra providência, de modo diferente das condutas antecedentes (BRASIL, 2006, 2017).

Contudo, Sampaio, Magalhães e Machado (2020) apresentam que, em algumas situações, a reintegração familiar é difícil de ser alcançada e o jovem acaba permanecendo por tempo demasiado nas entidades de acolhimento, o que pode levar até mesmo à ruptura do vínculo familiar. Em uma revisão da literatura nacional, Brito, Rosa e Trindade (2014) indicam que as principais condições que dificultam a reinserção dos acolhidos às famílias de origem são: uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis; falta de planejamento e acompanhamento das visitas periódicas dos acolhidos à família ou das famílias à instituição de acolhimento pelas equipes técnicas; ausência de políticas públicas e ações de apoio à reestruturação das famílias; fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar, agravadas pelo elevado tempo de institucionalização, entre outros.

À vista disso, nas situações em que o Poder Judiciário considerar que foram esgotadas todas as possibilidades de retorno da criança/adolescente acolhida ao convívio com sua família, ou se for averiguado o rompimento do vínculo com as origens, o Estado torna-se responsável por sua proteção e pelo desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que possam levar o jovem à constituição de novos vínculos, preferencialmente mediante a colocação em família substituta, através de guarda, tutela ou adoção (BRASIL, 1990).

Diante disso, sob a ótica do Direito, apresenta-se que a adoção é uma modalidade de colocação de crianças/adolescentes em família substituta de caráter excepcional e irrevogável, que desliga juridicamente o adotando de qualquer vínculo com sua origem e atribui a ele a condição de filho de seus pais adotivos, com os mesmos direitos e deveres que um filho biológico (BRASIL, 1990).

Sob o entendimento da Psicanálise, a adoção representa uma forma de relação que possibilita a crianças/adolescentes e a pais adotivos vivenciarem as experiências preciosas que caracterizam o vínculo de parentalidade-filiação, a partir de um encontro afetivo e íntimo que permite a construção de mundos compartilhados e que pressupõe, ao mesmo tempo, o encontro com o diferente. Contrariamente à perspectiva do Direito, na vertente psicanalítica compreende-se que a adoção cria uma rede de relações que liga para sempre duas famílias, a de origem e a adotiva, através da criança/adolescente adotada (LEVINZON, 2004, 2018; ROTENBERG, 2018).

Acerca das crianças/adolescentes dispostas à adoção, Lisondo (2018) apresenta que é comum terem vivenciado traumas cumulativos de diferentes gravidades, como rejeição durante a gestação, falta de segurança básica, maus-tratos, abandono dos pais biológicos, institucionalização, privação de atenção íntima e contínua por parte dos cuidadores e outras situações. Portanto, várias são as possibilidades presentes no início da vida desses jovens, que se constituem em fatores potencialmente patogênicos para seu desenvolvimento. Dessa forma, Levinzon (2018) teoriza que há uma marca do abandono e do desamparo gravada no psiquismo de cada adotando, em graus variados, podendo levá-lo a desenvolver uma série de mecanismos defensivos para sua sobrevivência.

No que diz respeito às pessoas interessadas em adotar um filho, Levinzon e Lisondo (2018) apresentam que há questões bastante específicas sobre esse mundo a serem elaboradas, dentre elas as motivações para a adoção, que servem como base para preferências quanto ao perfil do filho desejado e interferem diretamente no estabelecimento da relação parento-filial (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; TRINDADE-SALAVERT, 2010).

Embora a literatura apresente que a parentalidade adotiva tem sido cada vez mais considerada, especialmente devido às novas configurações familiares da atualidade, ainda se verifica que a maioria dos pretendentes são casais heterossexuais inférteis ou estéreis, que optam pela medida diante da impossibilidade de gerar um filho biológico (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018; LEVINZON, 2004, 2018; OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Portanto, por parte dos adotantes também pode haver uma travessia traumática que precede a decisão pela medida,

marcada por frustrações ante a infertilidade ou esterilidade e eventuais perdas gestacionais, bem como por preconceitos morais, ideológicos, religiosos, familiares e sociais ante a parentalidade adotiva (LISONDO, 2018).

A valorização da parentalidade consanguínea por pessoas que optam por ter filhos evidencia o valor que a hereditariedade possui na cultura brasileira. A literatura revisada apresenta que a inexistência do elo sanguíneo pode ser responsável por um medo, nem sempre consciente, a respeito da firmeza e legitimidade da relação entre pais e filhos na adoção, e pelo sentimento de que a aliança familiar não é indissolúvel mesmo que garantida judicialmente, o que favorece a configuração de fantasias a respeito dos adotandos e suas origens (LADVOCAT, 2018; LEVINZON, 2004; PEITER, 2016). Algumas dessas fantasias se baseiam em mitos, como a bagagem que a criança/adolescente trará consigo sendo determinada pelo “sangue ruim” de sua família de origem, que contribuem para a preferência por adotandos com determinadas características (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020), como será aprofundado adiante.

Após algumas considerações iniciais sobre a adoção, sob a ótica do Direito e da Psicanálise, apresentaremos de que modo ocorre o processo judicial de adoção no Brasil, bem como algumas questões referentes ao perfil das crianças/adolescentes.

2.1 ASPECTOS JURÍDICOS DA ADOÇÃO

Sendo o Estado o único responsável por todo e qualquer processo judicial de adoção no Brasil desde a promulgação do ECA, as autoridades judiciárias devem manter em cada Comarca ou Fórum um registro das crianças/adolescentes em serviços de acolhimento, e se estão em condições legais de serem adotadas, bem como um registro de pretendentes habilitados para receber um adotando na condição de filho. A relação de jovens acolhidos, adotandos e adotantes também deve ser garantida pelo Poder Judiciário a nível estadual e federal, por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que foi instituído no país em julho de 2019 e lançado em agosto do mesmo ano para substituir e integrar as informações contidas nos antigos Cadastros Nacionais de Crianças Acolhidas (CNCA) e de Adoção (CNA) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020).

Dentre as principais alterações propostas pelo SNA, temos que as pessoas interessadas em adotar um filho devem preencher um pré-cadastro, através de formulário eletrônico, em que informam alguns dados pessoais e selecionam as características desejadas na criança/adolescente pretendida por eles no processo. As características dispostas aos

pretendentes nesse momento são: idade mínima e máxima do adotando, gênero, raça/cor, se aceitam jovens com deficiência física ou mental, com doenças detectadas infectocontagiosas, grupos de irmãos, e se possuem preferência por estado brasileiro. Embora devam indicar o perfil da criança/adolescente desejada nesse momento, os candidatos podem alterá-lo durante e após o processo de habilitação sem qualquer penalidade (CNJ, 2020).

Após a inscrição através do pré-cadastro, os candidatos devem dirigir-se à Vara da Infância e Juventude (VIJ) de sua cidade ou região para apresentar uma série de documentos que permitem uma breve investigação sobre seus antecedentes psicológicos, sociais e financeiros, e protocolar o pedido de habilitação. Tendo o Ministério Público analisado esses documentos, os candidatos iniciam a etapa de habilitação na VIJ, passando por um programa de preparação psicossocial e jurídica, que inclui o contato com crianças/adolescentes acolhidas sempre que possível e recomendado, e por avaliações psicossociais. Ambas as fases do processo de habilitação são realizadas pelas equipes interprofissionais da Infância e Juventude, compostas por profissionais do Serviço Social e da Psicologia (BRASIL, 2017; CNJ, 2020).

O programa preparatório, referido no parágrafo anterior, foi determinado como etapa obrigatória aos interessados em adotar um filho no ano de 2009, pela Lei 12.010, que ficou conhecida como a “Nova Lei da Adoção”. De acordo com Nakamura (2019), tal documento teve como pano de fundo o desconforto da comunidade jurídica e de segmentos da sociedade civil com o expressivo número de crianças/adolescentes que, separadas definitivamente de suas famílias pelo Poder Judiciário, não conseguiam ser inseridas em famílias adotivas por não se enquadrarem no perfil buscado pela maioria dos pretendentes.

Dentre as adoções mais difíceis de serem concretizadas, as quais ficaram conhecidas como “adoções necessárias”, estão: a adoção de crianças maiores e adolescentes, como é chamada aquela que ocorre quando o adotando possui mais de dois ou três anos de idade (LEVINZON, 2013; PEITER, 2011); inter-racial; de jovens com deficiência ou necessidades específicas de saúde; de grupos de irmãos (BORGES; SCORSOLINI-COMIN, 2020; GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018; PEITER, 2011; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Isto posto, a Lei 12.010/2009 estabeleceu que o programa de preparação obrigatório aos pretendentes incluísse uma “preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiência e de grupos de irmãos” (BRASIL, 2009, Art. 197-C, §1º). Além disso, a legislação instituiu às linhas de ação da política de atendimento dos direitos infanto-juvenis a promoção de “campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes

afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiência e grupos de irmãos” (BRASIL, 2009, Art. 87, VII).

Posteriormente, em 2017, a Lei 13.509 propôs alterações no programa de preparação aos adotantes, revogando algumas condições que haviam sido estabelecidas outrora. Dentre elas, evidenciamos que o documento deixa de mencionar o incentivo à adoção de crianças maiores e adolescentes nesse espaço, que parece se tornar responsabilidade integral das campanhas previstas no Art. 87. Assim sendo, atualmente é obrigatória a participação dos candidatos à adoção em:

[...] programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde e de grupos de irmãos (BRASIL, 2017, Art. 197-C, §1º).

Nesse trecho, destacamos, ainda, a menção aos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) habilitados perante a Justiça como recurso prioritário das equipes interprofissionais para garantir o preparo dos adotantes durante a etapa de habilitação. Organizados pela Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), os GAAs apresentam-se como associações civis sem fins econômicos, constituídos de modo geral por pais adotivos, que trabalham junto aos poderes públicos para promover ações de desenvolvimento e fortalecimento da “Nova Cultura da Adoção” em todo o país (ANGAAD, 2019).

Findadas a etapa de preparação e as avaliações psicossociais, a habilitação do adotante encerra-se com o deferimento ou indeferimento do processo, realizado pelo juízo da Infância e Juventude com base no estudo psicossocial elaborado pelos profissionais da equipe. É importante frisar que o prazo máximo para a conclusão da habilitação à adoção é de 120 dias, prorrogável por igual período. No caso da decisão judicial favorável ao pretendente, ele é inscrito no SNA e sua convocação para conhecer uma criança/adolescente é realizada de acordo com a ordem cronológica da habilitação e conforme a disponibilidade de adotandos. A habilitação tem validade de três anos, devendo ser renovada até seu vencimento mediante nova avaliação psicossocial da equipe (BRASIL, 2009, 2017).

Não há prazo mínimo ou máximo para que o pretendente seja convocado a conhecer uma criança/adolescente, embora seja assegurada prioridade àqueles que apresentam interesse

em jovens com deficiência, com doença crônica ou necessidades específicas de saúde, e grupos de irmãos (BRASIL, 2014, 2017).

2.2 O PERFIL DOS ADOTANDOS

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, as motivações para a adoção de uma criança/adolescente estão entremeadas de desejos inconscientes que alicerçam a demanda por um filho, produzindo efeitos impeditivos ou impulsionadores para a escolha pelo perfil do adotando (MACHADO, 2014; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Assim, Paiva (2008) aponta que embora as preferências referentes ao perfil do filho aceito na adoção possam sinalizar, em um primeiro momento, os fundamentos racionais da escolha pelas características da criança/adolescente, encenando o pedido manifesto dos pretendentes, deve-se ter em mente que essas escolhas revelam o desejo inconsciente subjacente às motivações para a adoção.

Isto posto, temos no Brasil um expressivo número de crianças/adolescentes acolhidas à espera da adoção que não conseguem ser inseridas em famílias substitutas por não apresentarem o perfil desejado pela maioria dos adotantes. Tal desencontro tem gerado, ano após ano, o acúmulo de crianças/adolescentes e pretendentes à espera da adoção, proporcionando longos períodos de espera e até mesmo inviabilizando a medida para muitos jovens, que acabam atingindo a maioridade institucionalizados (BORGES; SCORSOLINI-COMIN, 2020; GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018; NAKAMURA, 2019; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Em relação ao desencontro entre as preferências dos adotantes e as características dos acolhidos, Borges e Scorsolini-Comin (2020) e Mozzi e Nuernberg (2017) apresentam que a idade da criança/adolescente é a variável que se destaca. A partir disso, verificamos que, enquanto aproximadamente 83% dos pretendentes aceitam crianças com até seis anos de idade, apenas 32,57% dos adotandos estão compreendidos nesta faixa etária. Dessa forma, para 67,43% das crianças/adolescentes, que possuem mais de seis anos, apenas 17,03% dos adotantes têm disponibilidade para acolhê-las. A situação torna-se ainda mais crítica quando consideramos os adolescentes: enquanto 37% dos acolhidos em condições legais de adoção possuem mais de 12 anos, apenas 1,25% dos pretendentes em todo o país aceitam adotá-los (CNJ, 2021).

Fica evidente, portanto, que as crianças maiores de seis anos e os adolescentes não correspondem ao perfil idealizado pela maior parte dos candidatos, embora sejam as mais numerosas nos serviços de acolhimento. Isto se justifica, em partes, pela convicção de que esses

jovens trariam consigo vícios e maus hábitos adquiridos ao longo de sua vida pregressa. Portanto, os pretendentes consideram que as crianças maiores e os adolescentes poderiam apresentar dificuldades em aceitar as normas estabelecidas pelos pais adotivos, se adequarem aos costumes e valores da família e serem educados conforme seu desejo e expectativa. Assim, a preferência por crianças pequenas costuma ser justificada pela ideia de que esse grupo seria mais adaptável, visto que o filho seria “lapidado” desde os primeiros cuidados sob os valores dos adotantes (AMIM; MENANDRO, 2007; GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2015; OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Além disso, Dantas e Ferreira (2015), Ladvocat (2018) e Sampaio, Magalhães e Machado (2020) apresentam que estigmas e fantasias relacionadas à origem dos adotandos configuram-se como verdadeiros impasses para os adotantes no momento em que devem selecionar a idade do filho aceito. Segundo os autores, os pretendentes atribuem a indisponibilidade para adotar crianças maiores e adolescentes, que possuem mais recordações sobre sua história e já adquiriram a linguagem, ao medo de se depararem com o passado do adotando, devido ao contexto de sofrimento e aos sentimentos ambivalentes de raiva, inveja, pena e preocupação que nutrem, consciente ou inconscientemente, pelas famílias de origem.

Portanto, a preferência por bebês e crianças pequenas, que conviveram pouco tempo com suas famílias, pode estar vinculada à crença recorrente de que esse tipo de adoção possibilitaria a construção de vínculos afetivos mais profundos, capazes de apagar as marcas da rejeição e do abandono promovidas no passado. Em alguns casos, também se nota o desejo de ocultar a história de vida do adotando e imitar mais facilmente o modelo familiar biológico, em que não há outra matriz familiar (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; PEITER, 2011). A este respeito, Levinzon (2015, p. 14) observa que muitos adotantes gostariam, consciente ou inconscientemente, que o filho adotivo tivesse nascido “de sua barriga”, levando-nos ao entendimento de que a busca exclusiva por crianças menores pode ter como motivação a impossibilidade de elaborar o luto pelo filho biológico (LEVINZON, 2015; LADVOCAT, 2018).

Sobre os aspectos mobilizadores para a adoção de crianças maiores e adolescentes, destacam-se as motivações altruístas, relacionadas ao desejo de ajudar um adotando e a sociedade, assim como motivações religiosas, contato anterior com o jovem, ausência do desejo de engravidar, indisponibilidade de cuidar de um recém-nascido, já ter vivenciado a experiência parental anteriormente (MERÇON-VARGAS; ROSA; DELL’AGLIO, 2015; OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; SANTOS;). Queiroz (2018) aponta

que, em sua experiência profissional, jamais encontrou o interesse por esses adotandos como a primeira opção de mulheres sem filhos biológicos.

Além disso, Sampaio, Magalhães e Machado (2020) consideram que alguns mitos podem impulsionar a escolha por crianças maiores, como a crença de que ao adotar um filho com mais idade seriam dribladas dificuldades da parentalidade relacionadas à trabalhosa relação primitiva bebê-cuidador, como mudar demasiadamente a rotina ou enfrentar o processo árduo de decifrar as demandas de crianças que ainda não adquiriram a linguagem. As autoras evidenciam, no entanto, que apesar de serem crianças maiores, elas carregam consigo vivências internas de bebês, como ansiedades precoces e demandas primitivas de amor, segurança e contenção, que podem se apresentar em etapas regressivas e fases de testes, exigindo dos pais adotivos disponibilidade para cuidados sensíveis (LEVINZON, 2020; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020;).

Levinzon (2020), então, teoriza que quanto menor a idade do adotando, maior sua facilidade de se adaptar aos pais adotivos, de modo geral, tendo em vista que a criança foi exposta por menos tempo a situações de desamparo e à falta de cuidados adequados que a levaram à institucionalização. No entanto, a autora apresenta que até mesmo bebês dispostos à adoção possuem marcas da ruptura com a mãe que os gerou, que lhes impõem a necessidade de se adaptar a um novo ambiente, a uma nova pessoa com outro ritmo cardíaco, cheiro, voz e andar (LEVINZON, 2004, 2020). A separação precoce deixa no adotando traços silenciosos da vivência do trauma, os quais podem ficar gravados como um engrama de sensações corporais desagradáveis vinculadas à desproteção e à fragilidade (OZOUX-TEFFAINE, 2018). Diante disso, observamos que é ilusória a ideia de que a adoção de bebês e crianças pequenas garantiria, por si só, o estabelecimento de laços capazes de apagar a ferida narcísica dos adotandos, promovida pelo que foi vivido por eles na vida fetal e no período inicial de sua existência (LEVINZON, 2004; MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Por outro lado, é preciso ter cuidado com algumas motivações para a adoção de crianças maiores e adolescentes. Sendo o altruísmo uma delas, os autores pesquisados evidenciam os efeitos nocivos para o psiquismo dos adotandos quando a adoção tem como pano de fundo esse tipo de motivação (BRASIL, 2006; LEVINZON, 2020; MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; NAKAMURA, 2019). Se os pais se colocam como benfeitores, o filho adotivo fica impedido de exprimir sua agressividade, o que pode implicar no desenvolvimento de um falso-*self*, em que o jovem tenta retribuir constantemente o ato de generosidade dos pais e corresponder às suas expectativas, com prejuízos de sua possibilidade de se sentir real (LEVINZON, 2018). O desejo de “fazer um bem” a uma criança/adolescente é diferente do

desejo de exercer a parentalidade, imprescindível para que o adotando tenha lugar enquanto filho no universo simbólico de seus pais (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Além das crianças maiores e dos adolescentes, outras adoções que requerem atenção especial do Poder Judiciário por serem mais difíceis de serem concretizadas são as inter-raciais, como já apresentado. Ainda que em estudo recente, Silva et. al (2016) apresentem que os pretendentes têm sido menos restritos quanto à raça/cor do filho desejado, verifica-se no SNA que apenas 38,3% dos adotantes não tem restrições quanto a esse marcador identitário (CNJ, 2021).

Segundo Amim e Menandro (2007), os candidatos a pais adotivos justificam a escolha pela raça/cor através do desejo de que o filho se pareça fisicamente com eles, a fim de evitar o preconceito da sociedade. Contudo, alguns autores apontam que a dificuldade na adoção inter-racial pode indicar uma tentativa inconsciente de imitar o modelo familiar biológico (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2015; PEITER, 2011). Nesses casos, Levinzon (2015, p. 14) destaca que para os pretendentes criarem um filho “que não veio deles” pode ser ainda mais penoso quando o adotando apresenta diferenças físicas, de raça/cor, que podem ser olhadas de modo pejorativo, associadas à “herança maldita” advinda da família de origem.

Embora a maioria dos pretendentes tenha restrições quanto à raça/cor do filho aceito, o número de adotandos brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas cadastrados no SNA é inferior ao total de candidatos dispostos a adotá-los, o que significa que, isoladamente, o fator raça/cor não tem sido um impeditivo para a concretização das adoções. A lógica é a mesma para as crianças/adolescentes com deficiência, necessidades específicas de saúde e grupos de irmãos: ainda que a maioria dos pretendentes não aceite jovens com essas condições, há mais candidatos dispostos a adotá-los do que adotandos com tais características (CNJ, 2021). No entanto, Mozzi e Nuernberg (2017) destacam que tanto o perfil aceito pelos pretendentes como o perfil dos adotandos são constituídos pela articulação entre os diferentes marcadores identitários, de modo que analisá-los separadamente não soluciona a equação representada pelo maior número de adotantes.

Dessa forma, Mozzi e Nuernberg (2017) discutem que a possibilidade de escolher o perfil da criança/adolescente hierarquiza os adotandos como mais ou menos adotáveis, a depender de suas características. Essa hierarquia, por sua vez, revela a existência de um perfil de filho ideal, que corresponde aos padrões de normalidade socialmente aceitos e promove a segregação de um grupo de adotandos, os quais, por não preencherem os requisitos estipulados pelos adotantes, estão fadados a crescerem sem o amparo de uma família. Ao mesmo tempo, a

literatura evidencia que a prerrogativa de escolha pelas características do adotando contribui para idealizações, visto que os pretendentes apoiam suas expectativas de realização da parentalidade sobre aquilo que imaginam de um filho com determinado perfil (MOZZI; NUERNBERG, 2017; ORSELLI; ANASTÁCIO, 2010).

Diante disso, nota-se a emergência, nas últimas décadas, de estudos que questionam se a adoção de filhos no Brasil continua voltada a atender ao melhor interesse do adulto, como na lógica anterior ao ECA, visto que é o adotante quem manifesta suas preferências pelo perfil da criança/adolescente no processo adotivo. Os pesquisadores argumentam que se a “Nova Cultura da Adoção” orienta-se em buscar pais para as crianças/adolescentes acolhidas, e não o contrário, talvez devessem os jovens escolherem a família ideal para adotá-los (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; MOZZI; NUERNBERG, 2017; NAKAMURA, 2019; ORSELLI; ANASTÁCIO, 2010).

3 AS EQUIPES INTERPROFISSIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Conforme já mencionado, as equipes interprofissionais a serviço da Infância e Juventude são compostas por profissionais do Serviço Social e da Psicologia que, nos dias atuais, são reconhecidos como protagonistas na doutrina da proteção integral e garantia dos direitos infanto-juvenis, complementando a leitura da realidade social em um trabalho interdisciplinar com os atores do Direito. No entanto, ao dimensionarmos a trajetória dos Assistentes Sociais e Psicólogos na instituição jurídica, observamos que, em seu início, sua inserção se deu de forma gradual e lenta, com atuações meramente periciais e descompromissadas com o melhor interesse das crianças/adolescentes (OLIVEIRA, 2014; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

De acordo com o TJSP (2017), os Assistentes Sociais passaram a fazer parte do quadro funcional do Poder Judiciário em 1948, atuando majoritariamente no Juizado de Menores, atuais VIJs, com o objetivo de evitar o acolhimento institucional de crianças/adolescentes. Pelos dez anos seguintes, várias frentes de trabalho foram abertas a esses especialistas no atendimento à infância e juventude, até que, em 1957, eles também foram incluídos nas Varas de Famílias e Sucessões em função do aumento de determinações para estudos sociais nessa área. Apesar disso, somente em 1967 ocorreu o primeiro concurso público para Assistentes Sociais na Justiça, no estado de São Paulo.

A respeito dos profissionais da Psicologia, há indícios de que foram inseridos de maneira informal no Tribunal de Justiça, em 1956, para a realização de avaliações psicológicas e determinações de diagnósticos para crianças/adolescentes. Segundo Miranda (1988, citado por Oliveira, 2014), o parecer técnico emitido pelos Psicólogos através de um uso não-crítico dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica servia para melhor classificar e controlar os “menores”, como eram denominadas as crianças/adolescentes na época, em um período de concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes. Somente nos anos 1980, em particular no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, intensificou-se uma importante discussão sobre cidadania e direitos humanos, impulsionada pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, pelo ECA, que veio a modificar a atuação dos Psicólogos no campo da Justiça (OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, em 1980, os Psicólogos foram convidados a atuar junto aos Assistentes Sociais em audiências profissionais, que consistiam em uma forma de atendimento de casos em juízo por meio da prévia apuração psicossocial. Como bem apresentado pelo TJSP (2017), essa proposta constituiu-se em um verdadeiro marco para a entrada definitiva dos Psicólogos na

instituição jurídica. Assim sendo, em 1981 houve a primeira contratação de profissionais da Psicologia para o TJSP e, após quatro anos, o primeiro concurso público para esses especialistas. O ingresso oficial dos Psicólogos ocorreu nas antigas Varas de Menores e, posteriormente, nas Varas de Famílias e Sucessões.

Isso posto, atualmente está determinado pelas Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça (NJCGJ) - ofício responsável por orientar o trabalho das equipes interprofissionais do TJSP - que os profissionais do Serviço Social e da Psicologia executem suas atividades na Justiça junto às:

Varas da Infância e Juventude, da Família e das Sucessões, de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Crimes contra Crianças e Adolescentes e do SANCTVS, nas ações que demandem medidas de proteção a idosos em situação de risco e nas ações que demandem o depoimento especial. Compete à equipe interprofissional fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou oralmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos relacionados a aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção, depoimento especial e outras, sob subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico (NJCGJ, 2013, Art. 802, p. 226).

No campo da Infância e Juventude, *locus* deste estudo, verificam-se como atribuições dos Assistentes Sociais e Psicólogos:

- I – Analisar e emitir parecer a respeito da proposta apresentada pelo serviço de acolhimento familiar ou institucional, referente à reavaliação da situação de criança ou adolescente que estiver inserido nos respectivos programas;
- II - Ouvir, previamente, nas colocações em família substituta a criança, sempre que possível, ou o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e ter a sua opinião devidamente considerada;
- III - Preparar e acompanhar a colocação da criança ou adolescente em família substituta, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar;
- IV - Esclarecer e orientar previamente os titulares do poder familiar antes do consentimento destes em relação à colocação em família substituta, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida;
- V - Orientar a família substituta, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar;
- VI - Opinar previamente sobre a concessão da guarda provisória na adoção;
- VII - Emitir parecer a respeito do pedido de colocação em família substituta;
- VIII - Acompanhar, na adoção, o estágio de convivência, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, apresentando relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida;
- IX - Orientar os postulantes à adoção no período de preparação psicossocial e jurídica, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar;
- X - Orientar, supervisionar e avaliar, com apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, os postulantes à adoção durante o

contato com crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados;

XI - Avaliar, no pedido de adoção de criança/adolescente se este, após o estudo técnico, se encontra preparado para a medida;

XII - Intervir no procedimento de postulação ao cadastro de pretendentes à adoção, elaborando estudo psicossocial, que conterá subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XIII - Assessorar o juiz nas visitas às entidades de atendimento que desenvolvam programas de acolhimento institucional, internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviço;

XIV - Fiscalizar, mediante expressa delegação do juiz, as demais entidades referidas no art. 90 da Lei nº 8.069/1990;

XV - Avaliar o adolescente e sua família no processo de apuração de ato infracional e no processo de execução da medida socioeducativa;

XVI - Procurar fortalecer e articular a rede de serviço socioassistencial.

XVII - A atualização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA, sempre que decorrer de entrevista, visita domiciliar, visita nas instituições de acolhimento, reuniões com a rede, pesquisas e outros atos que decorram direta ou indiretamente de suas atividades (NJCGJ, 2013, Art. 804, p. 227, grifo nosso).

Sendo o objetivo desta pesquisa analisar como profissionais do Serviço Social e da Psicologia que atuam na Infância e Juventude estão lidando com a ampliação do perfil de crianças/adolescentes a serem adotadas, aprofundaremos-nos nas atribuições das equipes interprofissionais no que diz respeito à habilitação dos adotantes, conforme grifo, pois durante essa etapa espera-se que as equipes interprofissionais auxiliem os adotantes a decidirem-se pelo perfil do filho aceito na adoção, embora possam alterá-lo posteriormente sem qualquer penalidade.

3.1 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS/AS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DOS ADOTANTES

De acordo com as NJCGJ (2013), os Assistentes Sociais e Psicólogos devem promover plantões diários no recinto de cada Fórum, ou onde for designado, das 13h às 18h, para atendimento e orientação da sociedade civil sobre assuntos relativos às áreas de atribuição das equipes interprofissionais, apresentadas em seu Art. 802. Nesses plantões, espera-se que os profissionais ofereçam aos interessados na adoção os primeiros esclarecimentos sobre a medida, podendo utilizar como material de apoio um caderno de orientações sobre o cadastro

de adoção¹ e uma cartilha com dúvidas frequentes sobre o tema², materiais desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio Profissional do Serviço Social e da Psicologia, disponíveis às equipes e à população no *site* do TJSP (TJSP, 2017).

Para os candidatos que optarem por dar seguimento ao processo de adoção, cabem aos Assistentes Sociais e Psicólogos preparar um programa de preparação psicossocial e jurídica, destacado nos itens IX e X do Art. 804 das NJCGJ. Nesse programa, as equipes devem oferecer aos pretendentes o efetivo conhecimento sobre a parentalidade adotiva, fornecer informações que possam ajudá-los a decidir com mais segurança sobre a adoção, prepará-los para superar as possíveis dificuldades durante a convivência inicial com o adotando, bem como orientar e estimular a adoção inter-racial, de crianças ou adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou necessidades específicas de saúde e grupos de irmãos (CNJ, 2020).

Conforme apresentado por Levy e Gomes (2017), é possível notar que as diversas Comarcas brasileiras vêm definindo estratégias de execução para o desenvolvimento dos programas de preparação dos adotantes de modo a respeitar a legislação e garantir o maior benefício dos envolvidos no processo de habilitação. Em 2014, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) publicou diretrizes normativas para o trabalho das equipes do TJSP nessa etapa, cujas linhas principais estão apresentadas a seguir:

1. Deverão ter carga horária mínima de 4 (quatro horas) e máxima de oito horas, com o mínimo de 1 (um) encontro e máximo de 3 (três encontros);
2. Os grupos serão formados no mínimo por 6 (seis) pessoas e no máximo 40 (quarenta pessoas);
3. Terão um caráter informativo no qual prestarão orientações e primeira sensibilização, sendo realizados sempre antes da decisão final quanto à habilitação dos interessados;
4. Serão abordados os temas elencados no Art. 197, §1º do ECA: aspectos jurídicos, psicológicos e sociais, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (CGJ, Provimento CG 36, 2014).

Ademais, o Núcleo de Apoio Profissional do Serviço Social e da Psicologia constatou que as equipes da Infância e Juventude do TJSP têm sido auxiliadas por profissionais que atuam em instituições de acolhimento, profissionais da área da saúde, pais adotivos, GAAs e especialistas de universidades para o desenvolvimento dos grupos de preparação psicossocial e

¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cadastro de Adoção: orientações**. 9 p. Disponível em:

<<https://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/CartCadastroAdocaoResumida.pdf>>

² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha sobre Adoção**. 21 p. Disponível em:

<<https://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/CartCadastroAdocaoExtensa.pdf>>

jurídica. As parcerias com esses colaboradores se materializam, principalmente, através da realização de palestras gratuitas e produção de vídeos que podem ser utilizados pelos Assistentes Sociais e Psicólogos no encontro com os pretendentes. Além disso, as parcerias podem prever a inclusão de encontros reflexivos a serem coordenados pelas instituições colaboradoras fora da instituição jurídica, entre os procedimentos obrigatórios na etapa de preparação dos adotantes (LEVY; GOMES, 2017; TJSP, 2017).

A respeito dos grupos reflexivos externos ao Judiciário que têm sido incluídos como obrigatórios aos adotantes por algumas equipes, Carvalho et. al (2017) apresentam que seu objetivo principal é oferecer tempo e espaço para que os candidatos aprofundem o entendimento das motivações implicadas em sua escolha pela parentalidade adotiva e para a promoção de discussões relacionadas às especificidades desse arranjo familiar. Levy e Gomes (2017) destacam que nesses casos é comum não haver troca de informações entre as instituições parceiras e os profissionais da Justiça, para assegurar a espontaneidade e liberdade de expressão dos adotantes. Para as autoras, um enquadre que se distancia da burocratização institucional possibilita aos pretendentes sentirem-se mais acolhidos para manifestar suas dúvidas, fantasias e angústias sobre a adoção e os adotandos (LEVY; GOMES, 2017).

Da mesma forma, Sequeira e Stella (2014) consideram que a possibilidade de escutar os pretendentes fora do Judiciário humaniza o preparo para a adoção, visto que eles podem compartilhar suas fantasias, desejos e medos sem a preocupação de estarem sendo avaliados pelos Assistentes Sociais e Psicólogos. Portanto, mesmo obrigatórios, os grupos reflexivos externos têm oportunizado aos pretendentes entrar em contato com seu projeto adotivo, bem como ouvir, interagir e reconstruir discursos a respeito do investimento na adoção. Segundo Cecílio, Hueb e Farinelli (2018), nesses encontros, os adotantes parecem se dar conta dos desafios presentes no cenário adotivo, o que contribui para a diluição de idealizações, após reconhecerem suas inseguranças frente ao diferente. O contexto grupal também tem sido apontado na literatura como ferramenta potente para o encontro de histórias de adoção e como espaço de acolhimento, identificações, elaborações e transformações (CECÍLIO; HUEB; FARINELLI, 2018; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; SCORSOLINI-COMIN; AMATO; SANTOS, 2006).

Para nortear a atuação das equipes interprofissionais e seus parceiros no preparo dos adotantes em todo o território nacional, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da

República e o Instituto Aconchego publicaram um livro³ no qual disponibilizam materiais bibliográficos e atividades que vêm sendo utilizadas por eles em grupos reflexivos obrigatórios aos pretendentes à adoção que buscam habilitação em VIJs de Brasília. Fundamentados em uma metodologia participativa, eles reiteram que os espaços de preparação, dentro e fora das VIJs, devem envolver os adotantes na discussão dos seguintes temas: aspectos legais da adoção, apresentando o perfil das crianças/adolescentes disponíveis no Brasil; expectativas e motivações para adoção; origem dos adotandos; mitos, preconceitos e estereótipos que recaem sobre as crianças/adolescentes; o filho idealizado e a criança/adolescente real, convidando os pretendentes a refletirem sobre o luto pelo filho biológico e o perfil do filho adotivo; adoções possíveis: de crianças maiores e adolescentes, inter-racial, de jovens com necessidades especiais de saúde ou deficiência, grupos de irmãos; desenvolvimento infanto-juvenil; construção da família adotiva (INSTITUTO ACONCHEGO, 2015).

Nota-se que o perfil da criança/adolescente desejada na adoção, bem como as “adoções necessárias”, são temas estimulados nos encontros preparatórios com os adotantes. Contudo, a literatura apresenta a diversidade na forma como as equipes interprofissionais e as instituições colaboradoras vêm definindo estratégias para convidar os pretendentes a refletirem sobre esses assuntos. Nos Grupos Reflexivos com Pretendentes à Adoção (GRPA), realizados pelo IPUSP em parceria com algumas VIJs do município de São Paulo, por exemplo, os adotantes são convidados a refletir sobre o filho aceito após a exposição de vídeos com depoimentos de famílias que adotaram crianças/adolescentes com perfis preteridos. Ademais, são utilizadas fotografias como objeto mediador para facilitar a emergência dos conteúdos entremeados na escolha pelo perfil do adotando (CARVALHO et al., 2017; RODRIGUES et al., 2018).

De outro modo, em uma das etapas de preparação dos candidatos à adoção da Comarca de Uberaba, que acontece fora da VIJ, elabora-se uma atividade em que são dispostas ao chão uma série de fichas de cartolina onde estão descritas características físicas, de gênero e de personalidade que uma criança/adolescente poderia apresentar. Em seguida, os coordenadores da atividade sugerem que os adotantes “criem” o filho desejado, utilizando esse material, e solicitam que todos falem livremente a respeito da criança/adolescente escolhida. Depois, os coordenadores passam a “desconstruir” o filho idealizado pelos pretendentes, trocando as características escolhidas por eles. Feitas as trocas das fichas, os pretendentes são convidados

³ INSTITUTO ACONCHEGO. **Programa de formação para núcleos de preparação para adoção e apadrinhamento afetivo**. Brasília: SDH/PR. 2015. 226 p. *Ebook*. Disponível em: <<http://aconchegodf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Livro-Programa-de-Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>>

novamente a falarem do filho que receberam a partir da seguinte provocação: “Como é se preparar para um filho diferente?” (CECÍLIO; HUEB; FARINELLI, 2018).

Outro aspecto regulamentado para a atuação das equipes interprofissionais do TJSP na preparação dos adotantes foi o das visitas opcionais às instituições de acolhimento, previstas no Art. 197-C do ECA (BRASIL, 2009). Com o objetivo de dar visibilidade à realidade dos jovens acolhidos, as visitas às instituições podem ser realizadas quando houver a garantia dos seguintes requisitos:

1. O serviço de acolhimento institucional escolhido para a visita deverá estar em conformidade com as normas técnicas de serviço social e, no momento da visita, contar com acolhidos de diferentes faixas etárias, de preferência maiores do que 2 (dois) anos de idade;
2. Devem ser breves e acompanhadas por um profissional do serviço de acolhimento devidamente orientado pela equipe interprofissional da VIJ;
3. Poderão ser feitas apenas após os postulantes à habilitação terem frequentado o programa preparatório obrigatório, garantindo-se que tenham recebido todos os esclarecimentos iniciais do ponto de vista jurídico, psicológico e social;
4. Deverão ser precedidas necessariamente de orientação quanto ao seu objetivo, que é tão somente possibilitar visibilidade para o cotidiano e realidade de uma instituição de acolhimento, sem qualquer perspectiva de criação de vínculos, ou escolha de crianças para uma futura adoção;
5. As visitas não poderão ser realizadas por um único pretendente ou casal, devendo acontecer sempre em pequenos grupos (CGJ, Provimento CG 36, 2014).

Além do programa de preparação psicossocial e jurídica, a avaliação psicossocial dos pretendentes representa uma etapa indispensável no processo de habilitação dos candidatos a pais adotivos. Destacada no item XII do Art. 804 das NJCGJ, a avaliação deve ser realizada pelos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes por meio de entrevistas e outros procedimentos que julgarem necessários, com vistas a conhecer as motivações e expectativas dos pretendentes, analisar a realidade sociofamiliar, avaliar se os candidatos podem vir a receber uma criança/adolescente na condição de filho para o exercício de uma parentalidade responsável à luz dos princípios do ECA, identificar qual lugar o adotando ocupará na dinâmica familiar, bem como orientar os pretendentes sobre o processo adotivo (CNJ, 2021).

De acordo com o TJSP (2017), as entrevistas têm sido o principal instrumento de avaliação dos adotantes, para as duas áreas do conhecimento. Na avaliação de casais, observou-se que, de modo geral, os profissionais realizam entrevistas com os cônjuges e como um, individualmente. Também são realizadas entrevistas com filhos dos pretendentes e outras pessoas que residam com eles, se for o caso (OLIVEIRA, 2016; TJSP, 2017).

Dentre os temas abordados pelos profissionais nessa etapa, a literatura destaca: história pessoal e familiar dos candidatos, história do casal, relacionamento e aceitação da família extensa em relação à adoção; motivações conscientes e inconscientes subjacentes ao interesse pela adoção, a fim de evitar que a criança/adolescente seja exposta à outras situações traumáticas de abandono e sofrimento; questões ligadas à infertilidade ou perdas gestacionais; preferências quanto ao perfil da criança/adolescente; expectativas, medos e idealizações sobre os acolhidos; fantasias sobre a família de origem dos adotandos; posição do pretendente sobre a revelação ao filho da condição de adoção; preparo e amadurecimento do projeto adotivo (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; MERÇON-VARGAS; ROSA; DELL'AGLIO, 2015; QUEIROZ; BRITO, 2013; TJSP, 2017).

Tendo em vista que a etapa de avaliação psicossocial costuma ser marcada por sentimentos de ansiedade, angústia e expectativas por parte dos adotantes (LEVINZON, 2004), o TJSP (2017) sugere que as equipes utilizem recursos complementares às entrevistas como facilitadores do contato com os pretendentes e como elementos intermediários para que profissionais e candidatos possam aproximar-se dos aspectos contidos no projeto adotivo de cada família. Como exemplo, destacam-se os procedimentos Desenho-Estória e Desenho de Família com Estórias, Genograma Familiar, Linha do Tempo, Trabalho com fotos de famílias (TJSP, 2017; PEITER, 2011).

Especificamente na área da Psicologia, Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) apresentam que é dever dos profissionais compreender o lugar simbólico que a criança/adolescente adotada ocupará no imaginário parental, observando o amadurecimento dos pretendentes e aspectos emocionais que possam contribuir para a construção do sentimento de pertencimento do filho na história da família. Para isso, Hamad (2002) sugere que os Psicólogos utilizem o momento das entrevistas para escutar os adotantes sobre tudo aquilo que diz respeito ao filho desejado por eles, a fim de compreender o que está atuante em seu desejo e desvelar as fantasias inconscientes presentes em seu investimento na adoção.

De acordo com Gimenes (2016), o trabalho de auxiliar os adotantes a perceberem suas potencialidades e limites quanto às características da criança/adolescente pretendida é crucial no momento das entrevistas psicológicas, a fim de evitar desfechos de adoções malsucedidas. A autora considera que os Psicólogos devem escutar e acolher o mal-estar do pretendente em relação às exigências sobre o perfil do adotando, convocando-o a refletir e a respeitar suas limitações, para que não tome decisões pautadas em princípios filosóficos ou preconceitos, mas a partir de seu desejo inconsciente. Se o profissional não escuta as questões inconscientes que

levam à escolha por determinado perfil e respeita as resistências pessoais do candidato, o ônus será da criança/adolescente caso a adoção se concretize (GIMENES, 2016).

Findadas as etapas de preparação e avaliação psicossocial, os Assistentes Sociais e Psicólogos devem elaborar um relatório conclusivo e fundamentado, conhecido como estudo social e psicológico, quanto às condições do interessado em adotar um filho. Os aspectos a serem considerados pelos profissionais na elaboração desse documento, a partir do referencial teórico e metodológico de cada área de formação, referem-se ao histórico individual do pretendente e do casal, às motivações para a adoção, ao perfil da criança/adolescente pretendida e ao preparo para determinado perfil (TJSP, 2017). O estudo psicossocial permite que o Juiz avalie questões que fogem à esfera do Direito para o deferimento ou indeferimento da adoção (QUEIROZ; BRITO, 2013).

Considerando o compromisso ético do Serviço Social e da Psicologia, o TJSP (2017) entende como fundamental a finalização do estudo psicossocial por meio de entrevistas devolutivas com os pretendentes, com vistas a serem realizados assinalamentos e encaminhamentos necessários diante dos conteúdos observados nas avaliações. Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) sugerem que nesse momento alguns pretendentes sejam encaminhados para acompanhamento psicológico ou para participarem de GAAs e/ou outros grupos reflexivos. A devolutiva pode ser realizada pelos Assistentes Sociais e Psicólogos conjuntamente ou em separado, conforme a especificidade do caso. É importante que ela não seja confundida pelo adotante como a decisão do Magistrado, pois o juiz poderá concordar ou não com as conclusões da equipe (TJSP, 2017).

Após a decisão judicial, os profissionais podem encaminhar os candidatos que forem habilitados para grupos e cursos de formação extensiva e aprofundada, de caráter opcional, organizados fora do ambiente jurídico por instituições colaboradoras (CGJ, 2014). A finalidade desses espaços é mobilizar os pretendentes habilitados que se encontram na fila de espera para a chegada do filho adotivo à família a refletirem sobre suas expectativas, sobre a ansiedade decorrente do período de espera, as diferenças entre o filho idealizado e a criança/adolescente real e outros temas relacionados à adoção (SCORSOLINI-COMIN; AMATO; SANTOS, 2006; TJSP, 2017).

Segundo Queiroz e Brito (2013), a atuação dos Assistentes Sociais e Psicólogos durante toda a etapa de habilitação dos adotantes pode ser considerada uma oportunidade de desenvolvimento e transformação, visto que nesse espaço os futuros pais adotivos podem adquirir uma maior compreensão dos sentidos que investem em seu projeto de parentalidade, sentindo-se autorizados a imaginar, pensar e falar sobre suas expectativas e dúvidas quanto à

adoção. Portanto, às equipes interprofissionais da Infância e Juventude atribui-se a responsabilidade de esclarecer, desmistificar, motivar e desvelar potenciais, de modo a investir no amadurecimento dos adotantes a partir de reflexões e vivências, podendo contribuir para uma ampliação na concepção de família e de adoção (TJSP, 2017).

4 ESTRATÉGIAS MOBILIZADORAS PARA AS “ADOÇÕES NECESSÁRIAS”

Há tempos, a comunidade jurídica e alguns segmentos da sociedade brasileira têm manifestado desconforto frente ao expressivo número de crianças/adolescentes que encontram dificuldades para serem inseridas em famílias adotivas por apresentarem perfil incompatível com o desejado pelos adotantes e que, por esse motivo, têm riscos de atingir a maioria institucionalizadas. Diante dessa realidade, nota-se o surgimento de estratégias em todo o país que buscam dar visibilidade aos adotandos preteridos, com vistas a mobilizar a população para as “adoções necessárias” (BELTRAME, et. al, 2020; BORGES; SCORSOLINI-COMIN, 2020; NAKAMURA, 2019; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; SILVA, 2018).

Dentre as estratégias, encontram-se iniciativas de Busca Ativa e campanhas publicitárias originárias de diferentes Tribunais de Justiça do país. A respeito da Busca Ativa, trata-se de uma alternativa que se esforça para encontrar famílias adotantes para crianças com mais de sete anos e adolescentes, afrodescendentes, portadoras ou não de deficiências físicas ou mentais, bebês com deficiências e grupos de irmãos. Ela acontece através da articulação entre o Poder Judiciário e membros diretores da ANGAAD, o que significa que as equipes da Infância e Juventude interessadas na Busca Ativa, com anuência do Magistrado, devem disponibilizar informações e fotos das crianças/adolescentes escolhidas para representantes dos GAAs, que ficam responsáveis por localizar e apresentar aos Assistentes Sociais e Psicólogos pessoas dispostas a essas adoções. O aplicativo WhatsApp é a principal ferramenta utilizada para a troca de informações (ANGAAD, 2017).

Segundo o regulamento interno da Busca Ativa, apenas as crianças/adolescentes para as quais haja decisão judicial ordenando o encaminhamento para colocação em família substituta através da adoção e sem pretendentes locais podem participar do programa. A respeito dos candidatos a pais adotivos, devem, de forma obrigatória, estar previamente habilitados por sentença judicial antes da aproximação com os acolhidos. Ainda, a indicação de pretendentes habilitados com perfil exato para o adotando em Busca Ativa deve ser priorizada, permitindo-se posteriormente a recomendação de adotantes cujo perfil indicado no SNA não compreende a criança/adolescente. Nessas situações, cabe aos profissionais da Justiça responsáveis pelo adotando exigir, ou não, que os candidatos interessados em conhecê-lo alterem o perfil no SNA e sejam submetidos à nova avaliação psicossocial antes do aceite da indicação (ANGAAD, 2017).

Em plataforma de domínio público, membros diretores da ANGAAD justificam a Busca Ativa por três propósitos, sendo o primeiro deles o papel da sociedade - juntamente à família e

ao Estado - na garantia dos direitos infanto-juvenis, segundo as diretrizes do ECA. O segundo propósito refere-se ao reconhecimento da família enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança/adolescente e sua socialização. Portanto, a estratégia busca a inserção dos adotandos em novos contextos familiares em estado de urgência, pelo entendimento de que isso torna-se cada vez mais difícil com o envelhecimento dos acolhidos. Finalmente, eles sugerem que a Busca Ativa é necessária devido ao mau funcionamento do SNA e ao despreparo das equipes da Infância e Juventude para a alimentação do sistema, considerando a diversidade das Comarcas brasileiras (SCHETTINI, 2017).

Além da Busca Ativa, as campanhas publicitárias têm ganhado destaque nos últimos anos como prática consolidada para buscar famílias para jovens com perfis preteridos. Como apresentado por Beltrame et. al (2020), o surgimento dessa estratégia parece estar atrelado a duas alterações legislativas, estabelecidas pela Lei 12.010 (BRASIL, 2009) e Lei 13.509 (BRASIL, 2017). Enquanto a primeira estabelece como constitucional e incentiva a promoção de “campanhas de estímulo à adoção, especificamente inter-raciais, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiência, e grupos de irmãos” (BRASIL, 2009, Art. 87, VII), a segunda alteração da Lei retira do programa de preparação psicossocial e jurídica, etapa obrigatória para a habilitação dos candidatos, o estímulo à adoção de crianças maiores e adolescentes, que parece se tornar responsabilidade integral das campanhas (BELTRAME, et. al, 2020).

Embora possuam uma variabilidade em termos metodológicos, Nakamura (2019) reitera que as campanhas publicitárias se assemelham em estratégias e objetivos, sobretudo no que se refere a dar ampla visibilidade aos adotandos inseridos nos programas. Dessa forma, comumente envolvem a exposição massiva de fotos, vídeos e dados pessoais dos jovens em redes sociais, aplicativos de comunicação, *sites* de órgãos públicos e privados, ou apresentação das crianças/adolescentes em estádios de futebol, *shopping centers* e outros espaços públicos. Considerando que utilizam plataformas de uso geral e irrestrito, as campanhas pretendem sensibilizar qualquer pessoa da sociedade civil para a adoção das crianças/adolescentes apresentadas, ainda que a aproximação com elas seja permitida somente àqueles que estiverem previamente habilitados perante a Justiça.

Damasceno, Sousa e Batinga (2020) evidenciam que as ações publicitárias sociais buscam promover mudanças nos padrões de comportamento da população, com a intenção de atender aos interesses da sociedade. No cenário adotivo, os autores apresentam que, sob o ponto de vista dos adotantes, as campanhas são mais eficazes quando destacam elementos emocionais e apresentam a situação das crianças/adolescentes acolhidas, o que resulta na comoção dos

espectadores. Eles consideram que dar visibilidade às crianças/adolescentes com perfis preteridos através da publicidade social pode contribuir para mudanças no comportamento dos pretendentes no Brasil (DAMASCENO; SOUZA; BATINGA, 2020). Da mesma forma, a ANGAAD defende a exposição dos adotandos que “não estão no desejo de ninguém”, uma vez que consideram que “a única chance dessas crianças é que alguém as veja e se apaixone por elas” (SCHETTINI, 2017).

Sob outra ótica, Nakamura (2019) é incisivo ao descrever que a Busca Ativa e as campanhas publicitárias ferem a dignidade das crianças/adolescentes desde o momento em que divulgam sua imagem à sociedade, contrariando o ECA, que assegura, “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, Art. 17, 1990). Além disso, o autor considera que embora tais programas produzam material com conotação positiva, expondo os interesses e perspectivas dos adotandos, produz-se, por vias transversais, o rebaixamento dessas crianças/adolescentes à condição de desamparo, de invocação de piedade, violando o que está garantido pelo Art. 18 da Lei: “a dignidade da criança e do adolescente, pondo-os salvo de qualquer tratamento [...] vexatório ou constrangedor” (BRASIL, Art. 18, 1990).

Alguns autores associam as campanhas publicitárias ao aumento de práticas assistencialistas e adoções motivadas por determinações altruístas, algo que a “Nova Cultura da Adoção” procura enfrentar, sustentada na concepção de que o desejo de ajudar uma criança/adolescente não é suficiente para o estabelecimento e a manutenção de um vínculo de parentalidade-filiação ((BELTRAME, et. al, 2020; LEVINZON, 2004; NAKAMURA, 2019; PEITER, 2011). Dessa forma, os pesquisadores consideram que a estratégia em jogo nas campanhas publicitárias atende a uma lógica produtivista, na qual as crianças/adolescentes tornam-se meros objetos de ação do Estado, livremente disponíveis aos adultos, e não à doutrina da proteção integral (NAKAMURA, 2019; TRINDADE-SALAVERT, 2010).

Silva (2018) apresenta que não se deve induzir os pretendentes a adotarem uma criança/adolescente com determinado perfil, ainda que não haja nenhuma família disponível para a maioria dos jovens à espera de pais adotivos. Segundo a autora, a escolha pela adoção de um filho não pode ser decidida a partir do que está disponível nas entidades de acolhimento, visto que o desejo pela criança/adolescente deve ser orientado pelo sentimento de pertença, processo que necessita ocorrer com bastante cuidado. Em suas palavras: “a adoção é um processo que não pode advir de uma escolha impulsiva [...] ou de motivadores externos, do que

está disponível, pois isso reduz a relação de filiação-parentalidade a uma lógica mercadológica” (SILVA, 2018, p. 124-125).

Tendo em vista que os participantes selecionados para este estudo atuam em VIJs do estado de São Paulo, apresentaremos a seguir, com maior detalhamento, a campanha Adote um Boa-Noite, desenvolvida pelo TJSP.

4.1 A CAMPANHA ADOTE UM BOA-NOITE

Como pode ser visualizado nos relatórios dispostos no SNA, é no estado de São Paulo que se concentra a maior quantidade de pretendentes habilitados para a adoção no país, bem como de crianças/adolescentes acolhidas à espera de uma nova família. Contudo, assim como em todo o território nacional, há um desencontro entre o perfil de filho aceito pelos adotantes paulistas e perfil dos jovens acolhidos, que tem gerado a permanência desses jovens por período prolongado nas instituições de acolhimento, inviabilizando a adoção para muitos. Em maio de 2021, 71% dos adotandos do estado de São Paulo possuíam mais de seis anos de idade, sendo 39% adolescentes (CNJ, 2021).

Frente a essa realidade, o TJSP lançou, em 2017, o programa Adote um Boa-Noite, uma parceria com a agência de publicidade F/Nazca Saatchi & Saatchio que tem como objetivo estimular a população às “adoções necessárias”. Para isso, foi desenvolvido um *site*⁴ de domínio público, no qual são divulgadas fotos e relatos breves de crianças com mais de sete anos, adolescentes e adotandos de qualquer idade com deficiência que possa dificultar sua inserção em família adotiva. O programa também foi divulgado pela imprensa nos meses que sucederam seu lançamento, através de matérias em redes televisivas, rádios, mídia impressa e digital e por grandes times de futebol, que convidaram os jovens a entrarem em campo com os jogadores. A campanha foi reconhecida nacionalmente após vencer o Prêmio Inovare em 2018, a maior premiação da área jurídica do país (FARIELLO, 2019).

Segundo o *site* da campanha, o nome Adote um Boa-Noite remete ao momento de solidão diariamente vivenciado pelos acolhidos, que deixam de receber um beijo de boa-noite ao se deitarem para dormir. Para sensibilizar os espectadores à adoção das crianças/adolescentes apresentadas no programa, o *site* apresenta, ainda, a seguinte mensagem: “Adotar adolescentes e crianças com mais de sete anos é a maneira *mais rápida* de realizar seu sonho de ser pai ou

⁴ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP. **Adote um Boa-Noite**. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite>. Acesso em: 17 jan. 2020.

ser mãe. E, principalmente, de realizar o sonho de quem quer ter alguém para desejar *um simples boa-noite*” (TJSP, 2018, grifo nosso).

Para o juiz Iberê de Castro Dias, principal idealizador e coordenador do programa, a exposição das crianças/adolescentes tem como objetivo dar ampla visibilidade a elas, apresentando-as como sujeito de direitos e parte da sociedade. Ele considera que a aproximação entre candidatos interessados e adotandos deve ser realizada com cautela pelas equipes da Infância e Juventude, para diminuir os riscos de adoções malsucedidas. Em vídeo de domínio público, através de uma breve análise quantitativa acerca dos resultados obtidos no primeiro ano da campanha, o juiz atribuiu como positivos os números que revelaram que mais de 400 pessoas manifestaram interesse em conhecer um jovem retratado no projeto Adote um Boa-Noite durante esse período, enquanto quatro jovens foram efetivamente adotados e 17 estavam em estágio de aproximação com candidatos (DIAS, 2018).

Atualmente, verifica-se que 114 crianças/adolescentes, originárias de VIJs do município de São Paulo e do interior do estado, estão disponíveis para adoção no *site* da campanha Adote um Boa-Noite. A inclusão de adotandos é aberta a todas as Comarcas paulistas que tiverem interesse em participar da iniciativa.

5 OBJETIVOS

O presente estudo teve por objetivo geral analisar como Psicólogos/as e Assistentes Sociais de Varas da Infância e Juventude do estado de São Paulo estão lidando com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados.

Como objetivos específicos da pesquisa apresentam-se: (a) Identificar, pela perspectiva desses profissionais, como a etapa de habilitação dos adotantes nas Varas da Infância e Juventude selecionadas tem contribuído para ampliar o perfil de crianças e adolescentes a serem adotados; (b) Investigar a percepção desses profissionais sobre a campanha publicitária Adote um Boa-Noite.

6 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com vistas a proporcionar maior familiaridade da comunidade científica e da sociedade civil com o problema da pesquisa (GIL, 2007). Quanto à abordagem, a pesquisa amparou-se no método clínico-qualitativo, proposto por Turato (2008), através de um corte transversal. O método clínico-qualitativo consiste em uma proposta teórica e prática da união seletiva entre duas áreas metodológicas densas: as concepções epistemológicas pós-modernas dos métodos qualitativos, desenvolvidos a partir das Ciências Humanas, e os conhecimentos e as atitudes clínico-psicológicas da prática clínica e do enfoque psicanalítico das relações interpessoais (TURATO, 2008).

Dessa forma, utilizou-se de conceitos deliberadamente buscados na prática clínica e na Psicanálise para: a construção da pesquisa, envolvendo elementos como o desenho do estudo, a definição dos pressupostos e objetivos a serem respondidos; a construção e aplicação dos instrumentos auxiliares em campo, a postura da pesquisadora; e a interpretação e discussão dos resultados provenientes da coleta dos dados (TURATO, 2008).

O conhecimento adquirido nesta pesquisa é assumido como resultado de contingências históricas e culturais presentes no momento de sua produção, estando a elas submetido e sendo por elas configurado. Parte-se do pressuposto de que o papel da pesquisadora e sua participação ativa no processo de construção do conhecimento devem ser enfatizados de modo a considerar que suas condições de âmbito pessoal influem deliberadamente sobre a compreensão das questões humanas propostas pelo estudo (FERREIRA; CALVOSO; GONZALES, 2002).

Desse modo, trata-se de uma produção de conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, que buscou o aprofundamento de elementos que se referem aos participantes, suas vivências, as representações de suas experiências e suas percepções. Ademais, ressalta-se a valorização de elementos psicanalíticos na interação entre a pesquisadora e os sujeitos de investigação. Assim, a pesquisa não se comprometeu com a produção de material que poderia resultar em generalizações, mapeamento de resultados ou esgotamento da temática.

6.1 INSTRUMENTOS

Da contemplação do método clínico-qualitativo, apresentam-se as técnicas utilizadas para a coleta dos dados. Considera-se a pesquisadora como instrumento principal, uma vez que suas percepções são responsáveis por apreender os fenômenos, e sua consciência, por

representá-los e elaborá-los. Como instrumentos auxiliares foram utilizados um (a) *Roteiro de entrevista semidirigida* (Apêndice A) e (b) *Diário de Campo*.

Tendo em vista o método proposto, na entrevista utilizou-se, inequivocamente, de conceitos psicanalíticos, tais como estabelecimento de *setting*, valorização da transferência e da contratransferência e permissão da livre associação das ideias. A escolha pela entrevista semidirigida, no qual o pesquisador introduz um tópico e guia a discussão para questões mais específicas, se deu no sentido de permitir que a realidade dos participantes fosse investigada com base em sua própria experiência sensível e para favorecer a relação intersubjetiva entre a pesquisadora e os participantes do estudo (TURATO, 2008).

O roteiro da entrevista foi desenvolvido com o intuito de obter informações, primeiramente, sobre o profissional – sexo, tempo de atuação no Tribunal de Justiça e na VIJ selecionada, cargo – e as características da VIJ – localização, número aproximado de habitantes nos municípios, número de Assistentes Sociais e Psicólogos/as que compõem a equipe interprofissional. Posteriormente, a pesquisadora propôs a seguinte questão: “Como você e sua equipe têm lidado com a ampliação do perfil de crianças/adolescentes a serem adotadas?”. A partir desse momento a condução da entrevista se deu ora pelo participante, ora pela pesquisadora, em uma espécie de discurso compartilhado que permitisse investigar os objetivos propostos pela pesquisa.

O Diário de Campo foi adotado como recurso metodológico por se compreender que as situações nas quais se verificou o contato entre a pesquisadora e os participantes configuraram-se como parte integrante do material de análise. O instrumento permitiu registrar dados sobre como foram estabelecidos os contatos, quantos profissionais aceitaram ou negaram participar da pesquisa, o grau de disponibilidade para a concessão das entrevistas e a forma como a pesquisadora apreendeu as relações intersubjetivas propiciadas em seu percurso metodológico (DUARTE, 2002).

6.2 PARTICIPANTES

Foram convidados/as Psicólogos/as e Assistentes Sociais que atuam em equipes interprofissionais da Infância e Juventude do estado de São Paulo e que lidam diretamente com o processo de habilitação de pretendentes à adoção. Os participantes foram escolhidos por conveniência, o que significa que foram selecionados a partir dos contatos sociais da pesquisadora e sua orientadora, e através da técnica de amostragem “bola de neve”, na qual os

sujeitos seguintes da amostra são recrutados a partir da rede de conhecidos dos já presentes na amostra, e assim sucessivamente (VINUTO, 2014).

Em busca de alcançar maior diversidade na composição da amostra, considerando o tempo para a realização de um projeto de mestrado, foram selecionados profissionais de VIJs da capital do estado de São Paulo e de municípios de grande, médio e pequeno porte do interior paulista. Estimou-se, *a priori*, um número de doze (12) profissionais a serem incluídos na pesquisa, seis (6) Assistentes Sociais e seis (6) Psicólogos/as provenientes de seis (6) varas judiciárias: três (3) VIJs localizadas no município de São Paulo, uma (1) VIJ de um município de grande porte do interior paulista, uma (1) VIJ de um município de médio porte do interior paulista e uma (1) VIJ de um município pequeno porte do interior paulista.

Para a classificação dos municípios localizados do interior do estado de São Paulo, considerou-se de grande porte aqueles com mais de 400 mil habitantes, de médio porte os que contêm entre 100 mil e 400 mil habitantes, e de pequeno porte os municípios com menos de 100 mil habitantes.

6.3 PROCEDIMENTOS

Para a coleta dos dados foi realizada uma entrevista individual com cada um dos participantes, após anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Algumas entrevistas foram realizadas face a face com os profissionais, no Fórum em que trabalham, em dia de semana e horário de expediente, conforme escolhido por eles. As outras entrevistas, que se deram durante a pandemia da Covid-19, foram realizadas por videoconferência, através da plataforma Google Meet, em horário escolhido pelos participantes. Todos os encontros entre a pesquisadora e os participantes, presenciais e virtuais, foram audiogravados mediante consentimento dos entrevistados e as entrevistas foram transcritas na íntegra e literalmente para análise. O Diário de Campo foi preenchido após o primeiro contato com os participantes e logo após a realização das entrevistas.

Para a apresentação dos resultados, foram realizadas leituras flutuantes do material coletado nas entrevistas e do Diário de Campo, expressão utilizada por Turato (2008) em analogia ao conceito psicanalítico de atenção flutuante. Dessa forma, no primeiro momento, a pesquisadora entrou em contato com os materiais, deixando-se invadir por impressões e orientações, fazendo com que pouco a pouco o alvo da leitura fosse ganhando clareza. A partir disso, foram elaboradas duas tabelas em que estão apresentadas as principais características dos profissionais que compuseram a amostra e das VIJs em que atuam. Além disso, os resultados

foram apresentados de forma tratada e lapidada a partir da descrição de como os profissionais de cada VIJ têm trabalhado na etapa de habilitação dos adotantes para sensibilizar os pretendentes a serem menos restritos quanto ao perfil do filho aceito, bem como suas percepções acerca da campanha Adote um Boa-Noite.

Para a análise e discussão foi realizada uma leitura horizontal dos resultados, que permitiu a sistematização do discurso dos entrevistados em três categorias de análise, organizadas a partir dos critérios de repetição, que se propõe a investigar aquilo que cada entrevista tem em comum com as outras, e de relevância, que se detém naquilo que, sob a ótica dos pesquisadores, constitui-se em um material rico em conteúdo, sem que necessariamente apresente repetição (TURATO, 2008). As categorias foram denominadas: (1) A etapa de preparação dos adotantes; (2) O papel das entrevistas de avaliação psicossocial; (3) Considerações acerca da campanha Adote um Boa-Noite.

6.4 ASPECTOS ÉTICOS

O desenvolvimento da pesquisa foi condicionado à sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) e à aceitação voluntária dos participantes, expressa verbalmente e também por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dessa forma, somente após a aprovação do projeto, cujo parecer favorável de número 3.441.892 se deu no mês de julho de 2019 (Anexo A), a pesquisadora iniciou o contato com os participantes para a coleta dos dados.

As entrevistas foram realizadas por meio de uma conduta ética, respeitando a autonomia dos profissionais referente à participação voluntária, sem qualquer tipo de coerção. Assegura-se o anonimato dos participantes e das respectivas VIJs neste material e nos textos científicos que se sucederem a partir da pesquisa.

7 RESULTADOS

Ao total, participaram desta pesquisa doze profissionais, sendo uma Assistente Social e um/a Psicólogo/a da mesma equipe interprofissional de seis VIJs do estado de São Paulo, três delas localizadas na capital paulista e as outras três em municípios do interior.

Em duas VIJs, os Assistentes Sociais e os Psicólogos foram selecionados por conveniência. Nas outras quatro VIJs, o contato inicial foi realizado com os Psicólogos, selecionados por conveniência, que indicaram Assistentes Sociais de suas equipes para participarem da pesquisa, através da técnica de amostragem “bola de neve”. No decurso da busca por participantes, profissionais de outras quatro VIJs, localizadas no município de São Paulo e em cidades do interior, não se dispuseram a participar do estudo. Um desses profissionais alegou indisponibilidade de tempo para comparecer à coleta de dados e os outros não justificaram o impedimento.

Para apresentar e caracterizar os participantes da amostra, bem como as varas judiciais em que atuam, foram elaboradas duas tabelas, que estão apresentadas adiante. Na Tabela 1 encontram-se informações referentes às seis VIJs em que os profissionais atuam, em termos de localização, porte do município e número de Assistentes Sociais e Psicólogos que compõem a equipe interprofissional. Destacamos que nenhuma das VIJs selecionadas neste estudo é especializada, o que significa que os profissionais entrevistados são responsáveis por atuar em todas as áreas da Justiça, e não somente nas atividades que competem à Infância e Juventude.

Tabela 1 – Identificação das VIJs

VIJ	Localização	Porte do município	Quantidade de Assistentes Sociais	Quantidade de Psicólogos
VII1	Capital	Região Metropolitana	6	3
VII2	Capital	Região Metropolitana	7	7
VII3	Capital	Região Metropolitana	8	7

VIJ	Localização	Porte do município	Quantidade de Assistentes Sociais	Quantidade de Psicólogos
VIJ4	Interior	Grande porte (700 mil habitantes)	11	10
VIJ5	Interior	Médio porte (300 mil habitantes)	7	4
VIJ6	Interior	Pequeno porte (40 mil habitantes)	3	1

Conclusão

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Na Tabela 2 estão localizadas informações referentes aos participantes da amostra, em termos de sexo, tempo de atuação no Tribunal de Justiça e na VIJ atual e função desempenhada na equipe. Evidenciamos que apenas em instituições da capital de São Paulo há designação de chefia entre os profissionais, o que significa que nas VIJs do interior toda a equipe assume a função de Técnico.

Tabela 2 – Identificação dos participantes

Profissional	Sexo	Tempo no TJ	Tempo na VIJ atual	Função
Assistente Social VIJ1 (AS1)	Feminino	12 anos	6 anos	Técnico
Psicólogo VIJ1 (P1)	Feminino	7 anos	7 anos	Chefe
Assistente Social VIJ2 (AS2)	Feminino	6 anos	4 anos	Técnico
Psicólogo VIJ2 (P2)	Feminino	13 anos	6 anos	Técnico
Assistente Social VIJ3 (AS3)	Feminino	28 anos	28 anos	Técnico

Profissional	Sexo	Tempo no TJ	Tempo na VIJ atual	Função
Psicólogo VIJ3 (P3)	Feminino	11 anos	6 anos	Técnico
Assistente Social VIJ4 (AS4)	Feminino	14 anos	7 anos	Técnico
Psicólogo VIJ4 (P4)	Feminino	7 anos	7 anos	Técnico
Assistente Social VIJ5 (AS5)	Feminino	6 anos	6 anos	Técnico
Psicólogo VIJ5 (P5)	Feminino	12 anos	12 anos	Técnico
Assistente Social VIJ6 (AS6)	Feminino	5 anos	5 anos	Técnico
Psicólogo VIJ6 (P6)	Masculino	11 anos	4 anos	Técnico

Conclusão

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A diversidade na composição da amostra, no que se refere à localização das VIJs, porte do município e tamanho da equipe, possibilitou entrar em contato com experiências profissionais distintas. No município de São Paulo, os profissionais das VIJ1 e VIJ2 sinalizaram que a demanda de trabalho é intensa para suas equipes, o que tem dificultado a elaboração de atividades que visem sensibilizar os adotantes a serem menos restritos quanto ao perfil do filho aceito durante o processo de habilitação. De outro modo, os participantes da VIJ3 não consideram que a relação entre a demanda de trabalho e o tamanho da equipe seja um empecilho para sua atuação no que se refere a elaborar estratégias de incentivo às “adoções necessárias”, pois embora haja uma quantidade eminente de candidatos interessados em se habilitar à adoção na VIJ3, outras atribuições que competem à Infância e Juventude, como o acolhimento de crianças/adolescentes, possuem demanda reduzida.

Ao contrário da experiência dos profissionais das VIJ1 e VIJ2, o volume reduzido de processos de acolhimento e adoção de crianças/adolescentes foi indicado pelos profissionais da VIJ6 como condição desfavorável para o desenvolvimento de estratégias mobilizadoras para a

adoção de grupos com perfis preteridos. Nas palavras da AS6: *“Os números aqui são todos muito reduzidos, tanto de pretendentes como de crianças, então não existe demanda para essa ampliação de perfil. Pode ser por isso que nós não estamos preparados para falar de novos perfis”*. Nas demais VIJs do interior, a demanda de trabalho e o tamanho da equipe não foram correlacionados ao trabalho de sensibilizar os adotantes às “adoções necessárias”.

De modo unânime, os profissionais associaram a temática do estudo à Lei 12.010 (BRASIL, 2009) por ela ter acrescentado ao ECA a obrigatoriedade dos adotantes participarem de um programa de preparação psicossocial e jurídica que oriente e sensibilize-os à adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos, durante o processo de habilitação. Ademais, três Assistentes Sociais (AS2, AS3, AS4) e todos os/as Psicólogos/as da amostra relacionaram as entrevistas de avaliação psicossocial como momento oportuno para trabalhar para a ampliação do perfil aceito pelos pretendentes.

Além das etapas do processo de habilitação, dois participantes (AS4, P4) fizeram alusão à Busca Ativa e sete profissionais (AS1, P2, AS3, AS4, AS6, P6) mencionaram as campanhas publicitárias de estímulo às “adoções necessárias”, incluindo-se o programa Adote um Boa-Noite, quando questionados a respeito do tema-problema da pesquisa. Embora não tenham associado livremente a campanha do TJSP, os demais entrevistados estavam familiarizados com o projeto e puderam expressar suas percepções. Destacamos que no momento da coleta dos dados, apenas os profissionais das VIJ1 e VIJ2 tinham experiência na aproximação entre candidatos e adotandos através da campanha.

A seguir, descreveremos com maior detalhamento como as Assistentes Sociais e os/as Psicólogos/as da amostra estão utilizando as etapas do processo de habilitação dos adotantes para sensibilizá-los a ampliarem o perfil do filho aceito e suas percepções sobre o programa Adote um Boa-Noite.

7.1 VIJ1

Na VIJ1, o programa de preparação psicossocial dos candidatos a pais adotivos acontece antes ou após as entrevistas avaliativas, a depender da disponibilidade dos profissionais que serão responsáveis pelas avaliações. Desenvolvido em formato de grupo, o programa preparatório acontece integralmente nas dependências do Fórum e é coordenado por um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a da equipe, que se revezam ao longo do ano para ocupar essa função. Os grupos acontecem com frequência bimensal, contemplam, em média, 18 pretendentes, e têm duração de quatro horas.

Segundo as profissionais da VIJ1, os/as Psicólogos/as e Assistentes Sociais têm autonomia para coordenar o grupo, mas devem apresentar aos adotantes um material informativo disponibilizado às equipes paulistas pelo TJSP. Um dos conteúdos explorados em tal material refere-se ao perfil das crianças/adolescentes disponíveis à adoção no Brasil e no estado de São Paulo. As profissionais utilizam esse momento para informar os pretendentes a respeito do perfil dos adotandos disponíveis no município. De acordo com elas, essa atividade tem como objetivo evidenciar aos adotantes que os jovens disponíveis são, em sua grande maioria, crianças maiores e adolescentes, e que também existem adotandos com questões específicas de saúde, deficiência e grupos de irmãos. Na intenção de sensibilizá-los a não serem tão restritos quanto ao perfil da criança/adolescente pretendida, as profissionais percebem, contudo, que essa estratégia não têm contribuído para que os pretendentes ampliem o perfil desejado na adoção, como pode ser observado na fala seguinte: *“Eu sinto que informar não traz muita mudança no perfil das pessoas. O que traz mudança é a reflexão dos candidatos, e não a informação”* (P1).

De acordo com as participantes, o programa de preparação psicossocial e jurídica da VIJ1 tem caráter *“informativo”* - no sentido de informar os adotantes sobre os aspectos jurídicos do processo adotivo - e *“formativo”* - no sentido de prepará-los para lidar com os aspectos psíquicos e emocionais envolvidos na adoção e promover reflexões sobre o perfil desejado no processo. Entretanto, a curta duração dos grupos, segundo elas, têm impedido que a equipe proponha atividades reflexivas durante essa fase da habilitação, que poderiam contribuir para que os pretendentes fossem mais flexíveis quanto ao perfil do adotando. A respeito disso, a AS1 declara:

Já passou da hora da gente fazer uma revisão do nosso grupo, porque eu acho que ele é muito carente dessa motivação para ampliar. Não é que a gente não fala disso nos grupos, mas nós não temos esse foco porque nós temos um tempo muito curto para tratar de muita coisa. [...] Porque é isso que o TJ pretende: que a gente converse mais a respeito do perfil das crianças com os pretendentes. (AS1)

A estratégia que tem sido utilizada pela equipe da VIJ1 durante o grupo preparatório, com vistas a incentivar a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos, é o depoimento de um casal, atuante do GAA da região, que adotou duas crianças com características tradicionalmente preteridas pelos pretendentes: uma criança maior e uma adoção inter-racial. As profissionais percebem que o depoimento desse casal contribui para que os candidatos à

adoção reflitam sobre a possibilidade de ampliarem o perfil imaginado por eles inicialmente. Portanto, planejam convidar mais famílias que adotaram crianças maiores, jovens com deficiência ou soropositivos e grupos de irmãos para participarem dos grupos:

Mesmo mantendo o caráter informativo do grupo, a gente já reservou um tempo para esses depoimentos. A gente sente que isso traz muito mais motivação, seja para ampliação da faixa etária ou mesmo para adotar. Quando eles ouvem os depoimentos, desperta o interesse. Mesmo que esses depoimentos incluam dificuldades, porque a ideia é desromantizar um pouco a adoção. [...] Desperta o interesse das pessoas em se disponibilizar mais para investir no vínculo, talvez em uma adoção tardia (P1).

Ademais, as participantes destacaram que pretendem realizar uma parceria com o GAA da região, para que parte do programa de preparação ocorra nas dependências do GAA. A ideia é que, primeiramente, os pretendentes participem de um encontro oferecido pelo GAA, no qual são apresentados os principais aspectos jurídicos da adoção, para que depois compareçam ao grupo de preparação no Fórum, coordenado pela equipe da VIJ1. De acordo com as profissionais, essa parceria permitiria que os adotantes chegassem aos grupos com mais informações sobre o processo adotivo, liberando espaço e tempo para que a equipe interprofissional pudesse se aprofundar nos aspectos afetivos da adoção e em temas que envolvam o perfil do adotando. Ainda, a P1 relata que no GAA, os pretendentes teriam a oportunidade de conhecer famílias adotivas e suas histórias, o que poderia mobilizá-los a aceitarem crianças/adolescentes com perfis menos restritos.

Assim nós vamos ter um pouco mais de tempo para trabalhar com eles outras questões nos nossos grupos. Eles obrigatoriamente teriam que passar por essa reunião no GAA, trariam um certificado, e então nós vamos fazer nossa preparação, [...] e uma das ideias é falar sobre a adoção inter-racial e de crianças mais velhas (AS1).

A participação deles no GAA, sendo obrigatória, liberaria nosso espaço para poder trabalhar mais a preparação e menos a informação. A gente entende que com essas parcerias o nosso trabalho se alivia um pouco e os pretendentes conseguem ter contato com outras pessoas e ter uma troca. Essa troca também propicia reflexão e, de repente, ampliação do perfil (P1).

De acordo com as participantes, a parceria com o GAA ainda não havia sido concretizada por conta da demanda de trabalho da equipe: “Nós já conversamos com o GAA e

eles já aceitaram a proposta. Nossa dificuldade é sentar, colocar isso no papel e apresentar pra juíza. Apresentando a ideia, sei que ela aceitaria” (P1).

Sobre a avaliação psicossocial dos pretendentes, a AS1 costuma realizar uma entrevista com eles após o grupo preparatório, enquanto a P1 realiza duas entrevistas, uma antes e outra após o grupo, tendo em vista que como Chefe da equipe possui maior disponibilidade de tempo que seus colegas de trabalho. Segundo a P1, o objetivo da entrevista é investir na preparação dos candidatos, no sentido de fazer questionamentos e oferecer espaço para que eles reflitam sobre aspectos subjetivos da parentalidade adotiva. Na avaliação de casais, ela costuma separar os cônjuges na primeira entrevista, para identificar as motivações e expectativas de cada um frente a criança/adolescente e para identificar o lugar que o filho adotivo ocupará na dinâmica familiar.

Na segunda entrevista, realizada pela P1 após o grupo preparatório, com ambos os cônjuges, a profissional procura discutir algumas temáticas relacionadas à adoção, como a origem e história pregressa das crianças/adolescentes, os preconceitos relacionados aos filhos adotivos, o racismo e as adoções inter-raciais, o desenvolvimento na infância e adolescência. Ainda, ela apresenta aos pretendentes os comportamentos esperados pelos adotandos no período de adaptação e início da vida em família a fim de prepará-los para superar possíveis desafios na vinculação com as crianças/adolescentes.

Segundo a P1, a proposição desses temas pode contribuir para que os adotantes sejam mais flexíveis quanto à adoção de crianças maiores e adolescentes, assim como para as adoções inter-raciais, uma vez que ajudam a desmistificar idealizações e preconceitos que comumente circundam o imaginário dos pretendentes. Além disso, a profissional utiliza o momento das entrevistas para abordar, principalmente, a preferência por bebês e tenta trabalhar para a ampliação da idade dos adotandos:

Eu também trago a informação [...] “Bom, mas você está querendo um bebê, até dois anos pode ser que não negativou HIV, que vai desenvolver um autismo, ninguém sabe. Um recém-nascido é uma caixa de surpresas. Ele não teve muita vivência na família, mas passou por rupturas de vínculos, porque foi gerado e saiu de uma barriga [...] e nunca mais ouviu aquele coração. E não dá pra diagnosticar um bebezinho”. Eu acho que esse argumento pode propiciar reflexão para ampliar a idade com aqueles pais muito receosos em relação à saúde (P1).

Por fim, a P1 encaminha pretendentes que *“precisam amadurecer alguma questão pessoal ou elaborar um luto antes de poder fazer parte do cadastro”* (P1) para GAAs, universidades e outras instituições que promovem atividades reflexivas com pessoas interessadas na adoção. De acordo com ela, esses espaços são favoráveis para que os adotantes entrem em contato com seu desejo e suas fantasias, visto que não são espaços avaliativos, o que pode contribuir para que amadureçam seu projeto de parentalidade e flexibilizem o perfil da criança/adolescente pretendida no processo de adoção.

Sobre a campanha Adote um Boa-Noite, as entrevistadas identificaram um aumento considerável na busca pela adoção de crianças maiores e adolescentes na VIJ1 nos meses que sucederam o lançamento do programa na mídia. No entanto, elas percebem que a maioria das pessoas que se interessa pela adoção através dessa e de outras campanhas tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o processo jurídico da adoção e sobre temas relacionados à parentalidade-filiação adotiva, apresentando imaginário fantasioso e idealizado sobre os adotandos. Como consequência, as Assistentes Técnicas observam que essas pessoas desistem da adoção antes ou durante o processo de convivência ou guarda provisória com as crianças/adolescentes:

Aquele furor que tem da mídia, aí vem aquela avalanche de pessoas [...] muito sem informação nenhuma, sem noção, num desejo de escolher a criança. Quer ir lá [na instituição de acolhimento], ver se gosta e escolher a criança (AS1).

No começo, quando tinha uma grande divulgação pela mídia teve muita procura sim. [...] Mas quando começa a falar dos problemas, algum atraso no desenvolvimento, na escola, elas já desistem, muitas vezes antes de conhecer a criança (P1).

Além disso, a AS1 se incomoda com a exposição de fotos e vídeos das crianças/adolescentes em plataformas de uso geral e irrestrito. Segundo ela, uma estratégia de caráter mais protetivo seria dar visibilidade aos adotandos com perfis preteridos sob jurisdição da VIJ1 para os pretendentes durante a etapa de habilitação. A esse respeito, a P1 considera que a motivação para as “adoções necessárias” envolve sensibilizar as pessoas através de depoimentos, fotos e vídeos e, por isso, a exposição na mídia pode ser válida para garantir aos jovens uma nova família.

7.2 VIJ2

A etapa de habilitação para os pretendentes à adoção na VIJ2 tem início com o programa de preparação psicossocial e jurídica. Assim como na VIJ1, o programa é desenvolvido em formato de grupo, ocorre integralmente no Fórum e é coordenado por um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a da equipe que se revezam ao longo do ano para ocupar essa função. Os grupos acontecem em período bimestral, com duração de quatro horas e contemplam, em média, 20 adotantes. De acordo com a P2, a equipe optou por não realizar nenhuma parceria com GAAs, universidades ou outras instituições que auxiliam o Poder Judiciário no preparo dos pretendentes para garantir que a informação apresentada a eles esteja, de fato, alinhada com a realidade vivenciada pela VIJ2.

De modo semelhante à VIJ1, os profissionais têm autonomia para coordenar o grupo, com respaldo de um material que contém informações sobre o que é a adoção, o funcionamento do processo jurídico, o perfil das crianças/adolescentes disponíveis no Brasil e no estado de São Paulo, e o perfil mais procurado pelos pretendentes. Dessa forma, uma temática que deve ser abordada por todos os profissionais no programa preparatório é o desencontro entre o perfil das crianças/adolescentes disponíveis e o desejado pela maioria dos candidatos. A P2 acredita que essa atividade não contribui para que os adotantes se sensibilizem para as “adoções necessárias”, como pode ser ilustrado em sua fala: *“É muito raro pretendentes que abrem o perfil por conta do que está disponível. De entender que a população de crianças que está lá esperando pela adoção é outra, não é a que eles idealizam”* (P2).

De outro modo, a AS2 acredita que expor o desencontro é uma estratégia válida para incentivar os pretendentes a ampliarem o perfil do filho requerido na adoção. Ainda, com ênfase em sensibilizar os pretendentes a serem menos restritos quanto ao perfil do adotando, a profissional apresenta nos grupos alguns vídeos de curta duração com depoimentos de crianças com deficiência, grupos de irmãos e adolescentes acolhidos:

Eu começo o grupo fazendo uma roda de apresentações e pedindo para dizerem qual a ideia inicial do perfil. A grande maioria diz que quer adotar de zero a três anos, uma criança só e sem problemas de saúde. Então eu agradeço, dou um sorriso e solto o vídeo. Algumas pessoas ficam bastante incomodadas. E é essa a intenção: incomodar, chocar os pretendentes (AS2).

Após os vídeos, a participante incentiva os pretendentes a falarem sobre suas ideias e percepções acerca das crianças/adolescentes com perfis preteridos buscando *“desconstruir o*

imaginário, a idealização de família perfeita, família Dorian, papai, mamãe e filhinhos perfeitos” (AS2). De modo geral, ela acredita que o programa de preparação na VIJ2 tem contribuído para que alguns candidatos ampliem o perfil do adotando, principalmente em termos de faixa etária, mas percebe que a maioria deles continua optando por crianças com até cinco anos de idade e sem deficiência.

Findado o grupo preparatório, os pretendentes são encaminhados para as entrevistas de avaliação psicossocial. A P2 considera que nas entrevistas é possível preparar os candidatos de forma mais aprofundada, e que isso pode contribuir para que eles sejam mais flexíveis quanto ao perfil da criança/adolescente desejada na adoção. Segundo ela, o papel do Psicólogo no momento da entrevista é avaliar o desejo dos futuros pais adotivos em relação às características selecionadas por eles e conversar com os pretendentes sobre ideias pré-concebidas e fantasias que possam impedir ou impulsionar a escolha por determinado perfil. A profissional exemplificou sua atuação em situações que envolvem crianças/adolescentes com histórias pregressas marcadas por violência, a escolha pelo gênero do adotando e questões referentes à saúde:

Eles falam: “Eu não aceito criança fruto de incesto” [...] Eu sempre tento trabalhar com a pessoa o que ela imagina que isso seja um problema. Porque o problema é como o pretendente vai lidar com isso, com a história, receber a história e provavelmente deixá-la para trás. Porque não acho que seja algo que deva ser atualizado para a criança (P2).

No caso do sexo, eu falo: “A sua vontade de ter um menino é maior que a vontade de ser mãe? [...] Você percebe que está priorizando a necessidade de determinado gênero em detrimento de ser mãe? Se tiver três meninas, eu vou te pular três vezes no cadastro” (P2).

Sobre HIV negativedo eles falam “Prefiro não”. É óbvio que prefere não! Mas ele sabe o que é HIV negativedo? “Você está deixando a oportunidade de ser mãe de uma criança por conta disso” (P2).

A P2 destaca que motivar os pretendentes a adotarem crianças/adolescentes com perfil diferente daquele que havia sido selecionado inicialmente por eles pode ser perigoso caso não haja uma abertura genuína para esse filho no imaginário dos adotantes. Dessa forma, ela reitera que a equipe deve estar atenta para os desejos e limites de cada candidato durante todo o processo de adoção, trabalhando para a flexibilização do perfil cautelosamente. Nas situações em que os pretendentes manifestam interesse em ampliar o perfil do adotando, a equipe deve

identificar se a mudança está pautada na disponibilidade de parentalizar um filho diferente ou se traduz uma ansiedade de que o filho chegue com mais rapidez.

Para a AS2, os/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as da equipe devem utilizar o momento das entrevistas para explorar as motivações dos pretendentes para a adoção de um filho. Ela percebe que ainda nos dias atuais a maioria dos candidatos opta pela adoção diante da impossibilidade de ter um filho consanguíneo, e que histórias de aborto espontâneo, inseminação artificial, perdas e frustrações são comuns. Portanto, a profissional considera que tocar em temáticas que envolvem o luto pelo filho que não pode ser gerado biologicamente permite que os pretendentes iniciem um processo de elaboração de suas dores e, como consequência, se abram para adoções de crianças/adolescentes com perfis que não remetem ao modelo familiar biológico, como é o caso da busca por bebês saudáveis e por crianças pequenas da mesma raça/cor da família adotiva, segundo ela.

A respeito da campanha Adote um Boa-Noite, as profissionais acreditam que é possível que pessoas se interessem pelas “adoções necessárias” apenas após entrarem em contato com a foto e o depoimento de uma criança/adolescente: *“Eu entendo que tem pessoas que dizem não para determinadas idades ou características porque não viram determinada criança, e que ao vê-la podem, de repente, se apegar, pensar que é possível desenvolver com aquela criança uma relação de afeto”* (P2). Contudo, elas criticam a exposição dos adotandos nas plataformas de uso geral e irrestrito. Acreditam, inclusive, que essa estratégia traz riscos relacionados à exploração e violência sexual contra crianças/adolescentes.

É exposta para pedófilo também. [...] Você está anunciando na mídia que ninguém quer aquela criança, ninguém vai procurar, ninguém vai reclamar. [...] eu não tenho a menor pretensão de achar que eu consigo em uma avaliação psicológica prevenir em todos os casos de ser um pedófilo (P2).

Vira uma presa fácil, principalmente o adolescente que tem celular e redes sociais. Quem garante que alguém mal-intencionado não vai ver ele pelo Adote um Boa-Noite e buscar ele nas redes sociais? A gente não vai nem saber, porque ele está exposto em um programa do TJ (AS2).

A P2 relata que a campanha pode reforçar estereótipos e preconceitos sobre padrões étnicos e estéticos, ao dispor os jovens como objetos que podem ser comparados uns aos outros e escolhidos. Sendo o cabelo crespo um ícone da identidade negra, ela conta: *“Então uma vez veio uma foto de chapinha. Tem que ter respeito se a adolescente quer aparecer assim, mas já tive abrigo que orientou a fazer chapinha para ficar mais bonita na foto”* (P2). Ainda, a

profissional considera que o projeto expõe não somente o adotando, como sua família de origem, que tem o sigilo das informações sobre a destituição do poder familiar garantida pela legislação.

Então se a família decidiu falar para a comunidade que o filho morreu [...] ou foi morar com um parente, porque não quer ser exposta enquanto alguém que perdeu o poder familiar, ela vai ser desmascarada no momento em que aquela foto vai pro site e o território inteiro reconhece a criança (P2).

Para a AS2, os jovens expostos no programa Adote um Boa-Noite podem sofrer assédio moral e até mesmo serem vítimas de *bullying* por seus pares devido à condição de abandono: “*Eu fico pensando o quanto essa criança ou esse adolescente, que já está fragilizado por todo o contexto, está preparada para suportar os comentários e os assédios*” (AS2). Dessa forma, embora acredite que as crianças maiores e os adolescentes têm autonomia para decidir participar, ou não, da campanha, a profissional acredita que “*casos de sucesso não pagam os riscos*” (AS2).

As entrevistadas consideram que uma estratégia pertinente e mais protetiva para incentivar os adotantes à adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos seria promover encontros reflexivos com candidatos já habilitados pela equipe e, ao final do evento, apresentar fotos e depoimentos dos adotandos preteridos sob jurisdição da VIJ2. Segundo a P2, esse projeto não havia sido desenvolvido pela equipe até o momento da coleta de dados devido à alta demanda de trabalho e à falta de tempo dos profissionais para se organizarem.

7.3 VIJ3

A etapa de habilitação dos candidatos à adoção na VIJ3 tem início com o programa de preparação psicossocial e jurídica e, posteriormente, com as entrevistas avaliativas. Assim como nas VIJ1 e VIJ2, o programa acontece em formato de grupos, tem frequência bimestral e é coordenado por um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a, que se revezam ao longo do ano para ocupar essa função. Com duração de quatro horas, os grupos contemplam, em média, 30 adotantes e são organizados em espaço emprestado ao Fórum para garantir maior conforto aos pretendentes.

No grupo preparatório, a primeira questão a ser trabalhada com os pretendentes, com vistas a ampliar o perfil das crianças/adolescentes a serem adotadas, é o caráter excepcional da adoção de filhos no país. Dessa forma, os profissionais devem destacar que a Infância e

Juventude, orientada pelas diretrizes do ECA, prioriza a reinserção das crianças/adolescentes acolhidas em suas famílias de origem. Assim, elas são disponibilizadas para a adoção somente se confirmada a indisponibilidade de que sejam criadas no seio de sua família. Segundo as profissionais, com tal discussão, pretende-se que os adotantes compreendam que a maioria dos adotandos são crianças maiores e adolescentes, visto que suas trajetórias de acolhimentos e tentativas de reinserção à família de origem até a chegada na adoção costumam levar meses e até mesmo anos:

Nesse curso, a gente fala porque essa criança está para adoção, quais são as principais violações [...]. Conta que quando criança é acolhida é feito todo um trabalho com a rede para ela voltar para sua família o mais breve possível e que, em alguns casos, a gente não consegue. [...] Às vezes são famílias que não dão seguimento ao tratamento, mesmo a gente fazendo visitas, intervenções. A gente conta todas essas histórias, essas trajetórias, para sensibilizá-los com essa relação de não diminuir tanto a idade (AS3).

A partir disso, os profissionais devem apresentar aos adotantes que o número de pretendentes habilitados na VIJ3, bem como em todo o país, é maior que o de crianças/adolescentes disponíveis à adoção, mas que existe um desencontro entre o perfil desejado pelas famílias e o perfil dos jovens acolhidos que dificulta o andamento das adoções. Assim sendo, os profissionais esclarecem aos candidatos que, quanto mais restrito eles forem em relação às características do filho requerido na adoção, principalmente em termos de idade, mais tempo terão que aguardar para a chegada da criança/adolescente à família.

Para sensibilizar os adotantes a escolherem crianças maiores, as participantes investem em informar os pretendentes sobre a possibilidade de construção de vínculos afetivos com jovens de qualquer idade. Utilizam como estratégia alguns vídeos com depoimentos de pais e filhos por adoção, ou trechos de filmes que elucidem a relação parento-filial entre adotantes e crianças maiores. Ainda, pessoas que adotaram crianças maiores e adolescentes participam dos grupos preparatórios para relatar sua experiência aos pretendentes:

Como nos grupos anteriores tem o perfil de até cinco anos, a gente imagina que os próximos também terão essa preferência. [...] Então a gente traz casais para estar contando como foi, para sensibilizar adoção tardia, de nove, dez anos de idade, até grupos de irmãos, para desorganizar essa pré-construção. Os depoimentos mobilizam, é diferente do profissional falando sobre a possibilidade. E geralmente esses casais trazem a experiência com muito

amor, da parentalidade, então isso toca os pretendentes, fica um momento com muita emoção (P3).

Além dos grupos, as profissionais relataram que também buscam estratégias para incentivar os candidatos a flexibilizarem o perfil do adotando durante as entrevistas de avaliação psicossocial. Para a P3, na etapa das avaliações individuais, é possível compreender com maior profundidade as expectativas, idealizações e fantasias de cada pretendente e como eles se relacionam à escolha pelo perfil do adotando. A fim de facilitar a emergência desses conteúdos, a participante utiliza como recurso complementar algumas fotografias de crianças/adolescentes em vários cenários, pedindo para que os pretendentes digam o que pensam, como se sentem ao olhar para as imagens, incentivando-os a associarem as fotos à temática da adoção: *“Foto de criança maior pedindo dinheiro, vendendo chiclete, foto de criança com alguma deficiência com os pais, de criança branca brincando com vários brinquedos num lar mais rico. Eu vou trazendo vários cenários para mobilizar essas questões” (P3).*

A AS3 utiliza o espaço das entrevistas avaliativas para reforçar o caráter preparatório da habilitação, segundo ela. A profissional conversa com os pretendentes sobre as fases do desenvolvimento na infância e adolescência, as dificuldades comuns às famílias no período de adaptação e construção dos vínculos na adoção, insistindo para que eles busquem ajuda em casos de dificuldades: *“As dificuldades vão vir e eles terão que aprender a lidar com elas. Eu falo: ‘se tiver dificuldade, procure ajuda’. Tudo isso é normal, e se a pessoa está preparada ela vai entender, superar, procurar ajuda nossa, do acolhimento, da psicoterapia, dos grupos de apoio” (AS3).* Segundo ela, uma preparação primorosa resulta em formulações de perfis menos restritos. Portanto, acredita que a ampliação do perfil na adoção é consequência de pretendentes mais informados, preparados e ativos em espaços onde haja diálogo sobre os temas da adoção e troca de experiências, como redes sociais, cursos, GAAs.

Se a pessoa não estiver preparada, ela não vai dar conta e a questão da idade pouco importa. Então, se ela está preparada, também independe. Ela vai saber lidar com o bebê, com a criança de três, cinco, nove. E aí elas começam a refletir e perceber que elas têm capacidade de adotar uma criança maior! E é isso que muda o perfil [...], achando que vai dar conta, sim, do jeito que você dá conta de uma criança pequena, você vai dar conta de uma criança maior! (AS3).

Ainda, a AS3 explicou que, em algumas situações, quando uma criança/adolescente sob jurisdição da VIJ3 é disponibilizada à adoção e não há nenhum pretendente habilitado para seu perfil, ela realiza uma busca ativa de candidatos já habilitados por sua equipe anteriormente, que tenham selecionado um perfil ligeiramente próximo ao do adotando:

Eu ligo e falo: “A senhora não vai sair da fila, não vou anotar nada aqui porque essa criança não está no seu perfil, fique tranquila. Tem uma menina de 12 anos aqui e fiquei pensando se a senhora tem interesse em pelo menos conhecer a história dela?”. Então assim, passou um pouco do perfil, eu ligo. Óbvio que não vou chamar uma pessoa que quisesse até 6 anos para uma de 12. Nesse caso, a pretendente tinha escolhido até 10 anos. Não são todos os casos que faço isso, mas às vezes lendo o processo, a maleabilidade da pessoa, dá pra ligar. Eu faço, não sei se minhas parceiras fazem (AS3).

Sobre as estratégias de incentivo à adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos, a P3 acredita que o Poder Judiciário deva investir em campanhas pois percebe que a escolha pela adoção ainda se encontra bastante relacionada à infertilidade e busca por um bebê que remete aos moldes da família biológica. No entanto, a profissional presume que a campanha Adote um Boa-Noite não contribui para mobilizar pessoas que não estavam dispostas anteriormente a adotar uma criança maior ou um adolescente. Ademais, ela considera que o programa pode favorecer idealizações, tendo em vista que apresenta os adotandos de maneira superficial, aumentando as chances de adoções malsucedidas:

“Será que você quer aquela criança de verdade ou a que ‘tá’ aparecendo na TV?” [...] Tem muitas questões que precisam ser olhadas e cuidadas, porque uma devolução é uma tragédia. [...] Que a criança fique a vida toda em um abrigo é 100 vezes menos danoso do que ela viver uma adoção e ser devolvida (P3).

Do mesmo modo, a AS3 considera que projetos de estímulo às “adoções necessárias” devem ser desenvolvidos pelo Judiciário, porém sente-se receosa com a estratégia de expor a imagem das crianças/adolescentes em plataformas de uso geral e irrestrito, como é feito pelo programa Adote um Boa-Noite.

7.4 VIJ4

A etapa de habilitação na VIJ4 tem início com o programa preparatório para os pretendentes, que, posteriormente, são encaminhados para as entrevistas de avaliação social e psicológica, respectivamente. O programa acontece integralmente no Fórum, a cada três meses, e contempla, em média, 35 adotantes. É desenvolvido em formato de grupo, com duração de quatro horas, e é coordenado por um assistente jurídico da Infância e Juventude, por um/a Assistente Social e um/a Psicólogo/a, que se revezam ao longo do ano para ocupar essa função. Segundo a P4, um dos principais objetivos do grupo preparatório é sensibilizar os adotantes às adoções menos típicas na VIJ4, que são as de bebês e crianças com até dois anos de idade sem necessidades específicas de saúde.

Para isso, os profissionais apresentam dados nacionais e municipais sobre a quantidade de crianças/adolescentes disponíveis à adoção e seu perfil. A finalidade dessa atividade é mostrar aos pretendentes que a maioria dos adotandos são crianças maiores e adolescentes, bem como existem jovens com necessidades de saúde e grupos de irmãos, para discutir a possibilidade de construção de vínculos com essa população. Além disso, para sensibilizar os adotantes a serem menos restritos quanto ao perfil da criança/adolescente, os profissionais apresentam vídeos com depoimentos de casais que adotaram crianças maiores. De acordo com a P4: *“Nos vídeos as pessoas trazem de forma bem realista as dificuldades iniciais de adaptação, mas também mostram o lado positivo, que é o que os pretendentes querem: ver que o esforço, desempenho e disponibilidade resultaram na construção desse vínculo e como é gratificante”* (P4).

Para a P4, embora sua equipe desenvolva estratégias durante o grupo preparatório que viabilizam que os pretendentes entrem em contato com o tema das “adoções necessárias”, elas não asseguram reflexões aprofundadas sobre o assunto, uma vez que a carga horária dos grupos é limitada.

A respeito das avaliações psicossociais, a P4 considera que seu papel durante as entrevistas não é meramente pericial, mas também interventivo, no sentido de escutar os pretendentes, propor reflexões, simular situações e indicar leituras sobre os temas da adoção. Nesse momento, a profissional convida os candidatos a refletirem sobre a possibilidade deles selecionarem um perfil de criança/adolescente menos restrito se percebe que há abertura genuína para isso: *“A gente vai se situando de como são as idealizações sobre esse filho e se é possível. Se é rígido, ok, ou se está aberto para a construção e tem potencial para isso, não necessariamente aquele bebê”* (P4). Ela reconhece que, após a participação no grupo e nas

entrevistas, a maioria dos pretendentes passa a aceitar crianças um ou dois anos mais velhas do que haviam planejado inicialmente.

Para a AS4, é evidente a constante preocupação do Poder Judiciário e da sociedade civil com as crianças/adolescentes preteridas pelos adotantes. Frente a isso, ela considera que os Psicólogos de sua equipe devem conversar com os pretendentes sobre o perfil desejado na adoção, mas identifica que não há uma preocupação da sua equipe em incentivar as famílias a flexibilizar o perfil pretendido. A respeito disso, ela relata:

Tanto no curso como nos atendimentos eu acredito que não tenha um trabalho de aumento do perfil, de motivação para ampliar. [...] Eu acho que a gente tem que ver qual o interesse e motivação dos pretendentes. A gente até fala das crianças que estão disponíveis, mas não fazemos um trabalho de ampliação, [...] respeitamos o desejo inicial deles (AS4).

Apesar disso, a participante acredita que é possível orientar os candidatos que têm preferência pelo gênero e raça/cor dos adotandos, assim como aqueles que optam por não querer crianças/adolescentes cujos genitores eram usuários de álcool e drogas ilícitas, o que poderia resultar na flexibilização do perfil. Quanto às crianças maiores e adolescentes, a profissional entende que a motivação para tais adoções deve ser intrínseca e que a equipe não pode trabalhar para que eles sejam menos restritos quanto à idade do adotando: “*Para crianças maiores, o requerente já tem que chegar com um olhar diferenciado, não é a equipe que vai trabalhar isso*” (AS4).

Segundo a AS4, não haveria necessidade de pensar em estratégias para estimular a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos se o SNA funcionasse corretamente. Ela considera que as equipes interprofissionais do Brasil não têm qualificação para lidar com o SNA, o que resulta em um cadastro mal alimentado e em jovens esquecidos nas instituições de acolhimento: “*Eu acho que deveria acontecer uma melhora no SNA para não ter necessidade dessas ferramentas paralelas. Talvez não resolvesse na totalidade, mas ajudaria muito porque tem pessoas dispostas a uma adoção tardia, mas um sistema mal alimentado não funciona*” (AS4). Frente a isso, a profissional critica as alternativas paralelas para incentivo à adoção de grupos preteridos, como a Busca Ativa e as campanhas publicitárias.

A P4 também demonstrou preocupação e críticas ao trabalho de Busca Ativa que vem sendo realizado pelo GAA do município. Segundo ela, tal estratégia pode levar a adoções impulsivas e motivadas pela caridade:

É uma coisa que os próprios adotantes buscam nos GAAs, não é algo que incentivamos, é uma coisa de fora para dentro. Na Busca Ativa eles saem do perfil que eles tinham amadurecido, tinham sido preparados, mudam bruscamente. [...] Só que às vezes as pessoas mudam por ansiedade, e não por desejo. Até por pena, porque viram a foto. É uma coisa que preocupa muito a gente porque não queremos colocar uma criança a todo custo em uma família sem a devida reflexão, amadurecimento (P4).

Em referência ao programa Adote um Boa-Noite, as profissionais desaprovam a exposição das crianças/adolescentes em plataformas de uso geral e irrestrito, frisando que os jovens não deveriam ser apresentados a pessoas que não estão habilitadas à adoção. Dessa forma, elas acreditam que as campanhas publicitárias são ainda menos protetivas que a Busca Ativa: *“Na Busca Ativa, pelo menos, ela não vai estar exposta em um site público, que qualquer um pode ter acesso. Então é dentro de um grupo de apoio, onde as pessoas que estão ali, ou ‘tão’ na fila, ou já adotaram. É mais fechado, não há uma exposição tão grande como na campanha” (P4).*

Ainda, as entrevistadas consideram que a campanha Adote um Boa-Noite pode favorecer a idealização dos adotantes, uma vez que apresentam as crianças/adolescente de forma superficial: *“Ali tem só a foto da criança sorrindo, dizendo o que ela gosta de fazer, só os dias bons, sabe? Não ‘tá’ falando da criança mesmo” (P4).* Como consequência, a P4 percebe que a maioria dos interessados na campanha desiste do processo de adoção antes ou durante o processo de convivência e guarda provisória assim que passam a conhecer verdadeiramente a criança/adolescente. Diante disso, a AS4 considera que a campanha traz mais exposição para os adotandos do que chances deles serem inseridos em uma família que os deseje como filho e possa garantir seus direitos fundamentais: *“Porque essas campanhas estão trazendo mais exposição do que trabalhar verdadeiramente o que a pessoa [adotante] está disposta” (AS4).*

Apesar dessas considerações, a P4 acredita que a campanha Adote um Boa-Noite é uma estratégia válida como última possibilidade para os adotandos que não têm perspectiva de inserção em família substituta através do SNA, pois a exposição na mídia amplia a visibilidade dos jovens e pode despertar em algum adulto o desejo de adotá-los:

Antes eu julgava mais, de achar um absurdo, que ‘tá’ expondo. Mas hoje eu vejo que é um recurso, que talvez as crianças não tivessem essa visibilidade e possibilidade de conexão com alguém por outra via se ficasse só como número. A criança passa a ter um rosto, uma carinha, então eu comecei a

desconstruir, mas com algumas ressalvas. [...] Acho válida como última possibilidade, mas tem que ter todo amparo da equipe no processo de aproximação (P4).

7.5 VIJ5

Na VIJ5, as pessoas que buscam habilitação para adotar um filho devem procurar a equipe interprofissional em plantões que acontecem no Fórum em um dia da semana. Nesse primeiro contato, o objetivo dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as é informar os interessados sobre o perfil das crianças/adolescentes disponíveis na cidade e no país, bem como orientá-lo a respeito dos trâmites jurídicos e das etapas do processo de habilitação. Segundo o AS5, é comum que algumas pessoas optem por não dar continuidade ao processo de adoção já nesse momento, especialmente as que apresentam uma visão bastante idealizada a respeito dos adotandos, imaginando que haveria vários bebês e crianças pequenas disponíveis à adoção nas instituições de acolhimento.

Para aqueles que desejarem dar continuidade ao processo adotivo após as primeiras orientações, são agendadas as entrevistas psicossociais. De acordo com a P5, as entrevistas na VIJ5 ocorrem necessariamente antes do programa de preparação psicossocial e jurídica, pois *“é provável que na avaliação os profissionais levantem uma série de demandas aos pretendentes que o grupo pode ajudar, não somente a responder, mas a sensibilizar e ampliar”* (P5). Dessa forma, após as entrevistas psicossociais, os adotantes são encaminhados para o programa preparatório, que é desenvolvido em formato de grupos, a cada 6 meses, no Fórum, e contempla em média 20 candidatos.

O grupo preparatório na VIJ5 acontece em dois encontros, sendo um dia pela manhã e tarde e o outro dia no período da tarde. No primeiro dia, um/a Assistente Social coordena as atividades, seguido de uma juíza da Infância e Juventude e de um profissional da saúde convidado pela equipe. No segundo dia, o grupo é dirigido por um/a Psicólogo/a da equipe. Embora os profissionais da equipe se revezem ao longo do ano para atuar na coordenação do grupo, o restante dos Assistentes Técnicos se dispõem a estarem presentes, como ouvintes, e participarem de algumas discussões durante os encontros: *“Todos nós vamos, a gente só alterna os horários. Então, a pessoa que foi avaliada por mim vai me ver lá em algum momento e é assim com todos os profissionais”* (P5).

As entrevistadas apontaram que a participação da juíza no grupo preparatório é uma estratégia que contribui para que a equipe interprofissional tenha mais tempo para promover

discussões aprofundadas acerca dos conteúdos emocionais relacionados às motivações para a adoção e à parentalidade no cenário adotivo, visto que ela fica responsável por abordar todos os aspectos jurídicos da adoção e por responder as dúvidas dessa natureza.

Ademais, a presença de um/a profissional da área da saúde permite que os candidatos esclareçam dúvidas sobre questões de saúde dos adotandos, desenvolvimento infantojuvenil e hereditariedade. De acordo com a AS5, os pretendentes costumam ter muitas dúvidas sobre a transmissão sanguínea, preocupando-se com quais características da família de origem são transmitidas à criança/adolescente: *“O que os casais mais querem saber é ‘Se os pais são adictos, a criança vai ser também? Se a mãe dele vivia na rua, será que ele não vai querer ficar em casa?’. Eles perguntam essas coisas pra médica”* (AS5). Dessa forma, a profissional acredita que a presença de um especialista da saúde no grupo preparatório contribui para que os adotantes sejam mais flexíveis no momento de selecionar as características da criança/adolescente pretendida, visto que podem escolher o perfil do adotando após esclarecimentos sobre a hereditariedade, questão que contribui para que sejam mais restritos.

Ainda no programa de preparação, a P5 acredita que seu papel seja convidar os pretendentes a refletirem sobre os principais desafios da adoção, como a possibilidade dos adotandos estarem emocionalmente fragilizados e necessitarem de mais atenção e cuidado, deles apresentarem comportamentos “difíceis” para testar o amor e os limites dos pretendentes, a dificuldade na construção dos vínculos familiares, entre outros. Para a P5, explorar os desafios inerentes ao cenário adotivo contribui para o preparo dos adotantes e, como consequência, para que sejam mais flexíveis quanto ao perfil da criança/adolescente, pois a restrição do perfil está relacionada, segundo ela, à idealização de que a adoção de crianças pequenas não convocam os pais adotivos a lidarem com dificuldades e ao medo de não saber lidar com situações comuns à adoção de crianças maiores.

Os adotantes têm suas fantasias, idealizações a respeito da criança. E o grupo ajuda a desmistificar, a prepará-los para outra realidade que é a que eles vão de fato vivenciar: que é dar condições de criação de vínculos para um ser humano que tem muitas fragilidades [...]. Eu penso que a desromantização contribui para que as pessoas alterem o perfil, porque eles imaginam que criar uma criança de oito é muito mais difícil do que uma de quatro. E aí quando a gente conta das dificuldades de criar um filho de quatro, a pessoa passa a considerar os dois [...] A escolha da idade por pequeninhos está muito relacionada com o medo do que vai acontecer depois que adotar. (P5)

Os/as Psicólogos/as da equipe também exibem vídeos, disponibilizados pela Associação dos Magistrados Brasileiros, que trazem depoimentos de crianças maiores e adolescentes acolhidos à espera da adoção e de jovens que foram adotados, com o objetivo de sensibilizar os pretendentes à ampliação do perfil. Posteriormente, apresentam-se as fotos das crianças/adolescentes disponíveis no município. Segundo a P5, essa estratégia já facilitou algumas adoções de crianças/adolescentes com perfis preteridos na VIJ5: *“Os adotantes que escolheram a criança do vídeo não estavam nessa faixa etária de perfil antes. Mas ao verem a foto, se sensibilizaram, quiseram saber mais sobre aquele adolescente e assim foi feito”* (P5).

Ao final do segundo encontro com os adotantes, membros do GAA do município comparecem ao grupo para convidar os candidatos a participarem das reuniões mensais realizadas por eles. De acordo com as profissionais, a parceria com o GAA objetiva que os pretendentes frequentem um espaço em que possam compartilhar seus sentimentos e anseios com outras famílias que estão vivenciando o processo de adoção ou que já passaram pela situação. Para elas, a convivência entre pretendentes à adoção e famílias que adotaram crianças maiores e adolescentes, filhos com outra raça/cor ou com necessidades específicas de saúde, pode contribuir para a ampliação do perfil das crianças/adolescentes a serem adotadas, pois aproxima os candidatos desse modelo familiar.

Findado o programa de preparação, os pretendentes da VIJ5 são encaminhados para entrevistas de fechamento, realizadas em conjunto por ambos os profissionais que avaliaram o candidato nas entrevistas iniciais. Segundo a P5, *“as entrevistas de fechamento demoram um tempinho para acontecer para que eles possam assentar os conteúdos trabalhados no grupo”* (P5). Nesse espaço, as técnicas buscam identificar e explorar os conteúdos que mais mobilizaram os adotantes ao longo do processo de habilitação, esclarecer dúvidas e conversar novamente sobre a escolha pelo perfil do adotando.

A P5 também apresentou que quando uma criança/adolescente sob jurisdição da VIJ5 é encaminhada para a adoção e não há nenhum pretendente habilitado com interesse em adotar um filho com aquele perfil, ela realiza uma busca ativa de candidatos habilitados por sua equipe anteriormente, que tenham selecionado um perfil ligeiramente próximo ao daquele adotando e estejam aguardando a chegada de uma criança/adolescente à família. A P5 identifica essa prática como uma estratégia para ampliar o perfil das crianças/adolescentes a serem adotadas na VIJ5:

Às vezes os casais têm uma abertura mediana, e aí a gente conversa se dá para ampliar um pouquinho [...]. Se a gente tem uma criança que está

ligeiramente fora do perfil do adotante, a gente chama eles para conversar, se a gente aposta que essa consulta é possível, a depender de quem são esses adotantes. Então isso a gente também faz, com cuidados (P5).

Sobre a campanha Adote um Boa-Noite, as profissionais avaliam que é uma estratégia válida para inserir crianças/adolescentes com perfis preteridos em novas famílias. A AS5 considera que os jovens à espera da adoção já estão expostos em seu círculo social pela situação de institucionalização. Portanto, a exposição na campanha não resulta em mudanças significativas em suas relações sociais, segundo ela: *“Quando ele chega na escola de van, todo mundo sabe que ele é do abrigo. [...] reunião de pais, Dia das Mães, quem chega lá na escola é a assistente social ou a psicóloga do acolhimento. Então, de alguma forma, eles já estão expostos.” (AS5).*

De acordo com a P5, é preciso que as equipes interprofissionais da Justiça, em parceria com os profissionais da instituição em que a criança/adolescente está acolhida, avaliem caso a caso quais jovens teriam condições psicológicas de participar do programa. Para ela: *“É mais uma expectativa que você levanta na criança, e que pode não ter resposta. Se o adolescente estiver altamente fragilizado, de repente não é o momento. Temos que avaliar para quem vai ser benéfico. Tem contras, mas também tem prós, que é a possibilidade de aparecer alguém” (P5).*

7.6 VIJ6

O programa de preparação psicossocial e jurídica na VIJ6 teve início há menos de cinco anos, após o ingresso do P6 na equipe. Até aquele momento, o número de pessoas interessadas em adotar um filho no município não era significativo e, por esse motivo, os candidatos eram encaminhados para outra Comarca para participar dessa etapa da habilitação. Dessa forma, a AS6 e o P6 foram responsáveis, juntamente com sua equipe, por elaborar o programa que tem sido oferecido na VIJ6 nos dias atuais. Ele acontece antes das entrevistas de avaliação psicossocial, em formato de grupo, no Fórum. Com frequência semestral, o grupo contempla, em média, seis pretendentes.

O grupo é desenvolvido em três encontros, cada um com duração de duas horas: no primeiro dia, é coordenado pela juíza da Infância e Juventude, no segundo, por duas Assistentes Sociais da equipe e no terceiro dia, pelo Psicólogo. Segundo o P6, o tema jurídico no programa de preparação da VIJ6 é de extrema significância pois o município possui um histórico recente de práticas irregulares e adoções ilegais, que aconteceram sem a mediação do Poder Judiciário.

Por isso, ele considera que o grupo preparatório da VIJ6 tem como principal função assinalar aos pretendentes que a adoção é responsabilidade integral do Estado, como pode ser ilustrado a seguir:

O Judiciário vai ter que entrar com esse assunto para mostrar para a sociedade que ele participa da adoção sim, que ele é a peça central da adoção [...] E a gente vê que fez uma análise certa nesse aspecto porque até hoje as pessoas chegam aqui falando que achavam que podiam ir até o abrigo buscar a criança. De onde eles tiram isso? Uma parte, eu entendo, do universo da cultura da adoção no Brasil. Mas tem coisa que vai além, que responde pela realidade local. Porque acontecia aqui, e fora dos nossos olhos ainda deve estar acontecendo (P6).

Dessa forma, os profissionais consideram que a preocupação da equipe em promover estratégias para estimular a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos no grupo preparatório fica em segundo plano. Apesar disso, o P6 considera que nesse espaço os profissionais deveriam trabalhar para ampliar a visão de adoção dos pretendentes, para ajudá-los a superar preconceitos e flexibilizar alguns valores culturais que, segundo ele, estão mais arraigados em municípios do interior do estado. Ele acredita que se as equipes trabalhassem essas temáticas com os adotantes no espaço de preparação, seria possível ampliar o perfil das crianças/adolescentes a serem adotadas, mas destaca que, até o momento, sua equipe não sabe como atingir esse propósito.

A nossa primeira questão foi criar o curso, porque não existia. Agora, com o curso em si, a gente está se vendo na condição muito recorrente entre as comarcas de colocar um conteúdo para os pretendentes, mas não necessariamente conseguir transpor aquele conteúdo para a vivência dos participantes, para que eles incorporem isso no momento final em que eles preenchem o perfil (P6).

Segundo a AS6, uma atividade que já vem sendo desenvolvida no grupo preparatório pelo Serviço Social a fim de incentivar os candidatos à adoção de jovens com perfis preteridos é apresentar o desencontro entre o perfil desejado pela maioria dos pretendentes brasileiros e a realidade das crianças/adolescentes acolhidas no país. Contudo, os entrevistados percebem que essa estratégia não tem motivado os adotantes da VIJ6 a ampliarem o perfil do adotando, uma vez que as características selecionadas por eles após o programa preparatório permanecem muito parecidas, senão idênticas, ao que desejavam anteriormente.

Para o P6, a carga horária limitada do grupo também dificulta a elaboração de atividades que poderiam sensibilizar os pretendentes a aceitarem perfis menos restritos, como a exposição de trechos de filmes, documentários e até mesmo a participação de famílias que já adotaram. Dessa forma, ele assegura que a temática do perfil apareça durante a entrevista de avaliação psicológica, para que o pretendente possa escutar e refletir sobre a questão ao longo de seu processo adotivo: *“Eu faço isso na esperança de que eles possam refletir, se não naquele momento, pelo menos na vigência do cadastro deles, porque eles podem mudar. De repente deixar uma porta aberta para um processo de eventual mudança”* (P6).

Sobre o programa Adote um Boa-Noite, os entrevistados consideram que a campanha apela para motivações caritativas, além de facultar ao pretendente o poder de escolher o adotando, que fica exposto como um *“produto em uma vitrine”* (AS6) para despertar a benevolência dos espectadores. A respeito disso, a AS6 relata: *“Você pega um ser humano que, às vezes, nunca pensou em adotar, e aí ele vê aquele adolescente e pensa ‘coitadinho dele, vou ajudar’. A gente tem que ter uma preocupação com isso [...] de sair anunciando adolescente por aí como sendo uma coisa”*. Da mesma forma, o P6 acredita que a campanha se aproxima à visão de adoção anterior ao ECA, voltada a atender ao melhor interesse do adotante:

O adulto fica na parte que não aparece [...] com a parte da piedade, da benfeitoria, isso também é da lei antiga. E acaba sendo uma agudização desse negócio de escolher a criança e isso não atende ao raciocínio da lei da criança. É levar isso para as últimas consequências: “Eu vou continuar escolhendo e vocês vão cada vez mais se expor para mim”. Então o eixo é o que? A vontade do adulto (P6).

Além disso, o P6 considera que o programa Adote um Boa-Noite isenta o Poder Judiciário da responsabilidade para com os jovens acolhidos, ao propor que o próprio adotando tenha sua imagem exposta para garantir o interesse dos pretendentes. Em consonância, a AS6 declara:

É meio no berro, é tipo “Chegou a adolescência, o que nós vamos ficar fazendo com esse monte de adolescente aqui dentro?” [...] Em vez de fazer um bom serviço no acolhimento, de capacitá-los, dar dignidade, afeto de outra forma, saem caçando pai onde não tem e achando que é a resolução do problema. Eu não acho que é (AS6).

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As temáticas emergentes no discurso dos participantes foram dispostas em três categorias de análise, organizadas a partir dos critérios de repetição e relevância, sendo elas: 1) A etapa de preparação dos adotantes; 2) O papel das entrevistas de avaliação psicossocial; 3) Considerações acerca da campanha Adote um Boa-Noite.

8.1 A ETAPA DE PREPARAÇÃO DOS ADOTANTES

Com unanimidade, os profissionais associaram o tema-problema desta pesquisa à Lei 12.010, que acrescentou ao ECA, em 2009, a obrigatoriedade dos pretendentes à adoção participarem de um programa de preparação psicossocial e jurídica que incluísse orientação e estímulo à adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos durante o processo de habilitação. Portanto, os participantes evidenciam que independentemente da metodologia estabelecida para a etapa de preparação dos candidatos, as equipes devem desenvolver estratégias para dar visibilidade à causa da maioria dos jovens acolhidos, os quais possuem um perfil indesejado pelos pretendentes, a fim de sensibilizá-los às “adoções necessárias”:

Em 2009 foi criada uma lei federal que modificou o ECA. A gente chama de Lei da Adoção. Uma das coisas que ela determinou é que dentre os procedimentos que a gente deve fazer com os adotantes tem um curso de preparação psicossocial e jurídica, mas a lei não diz exatamente como esse curso deve ser, então você vai encontrar profissionais contando sobre esse curso das mais variadas formas. E uma das coisas nesse curso é pensar em métodos de fazer essa ampliação de perfil, [...] vias de saídas que atendam razoavelmente a essa intenção (P5).

Enfatizada por todos os participantes, a principal estratégia utilizada pela amostra para sensibilizar os candidatos à adoção de crianças/adolescentes preteridas durante a etapa de preparação consiste em informar o perfil dos adotandos disponíveis sob jurisdição das varas judiciárias, bem como em nível municipal, estadual e nacional, comparando-o com o desejado pelos pretendentes habilitados no país. Levando em consideração que a preparação costuma ser a primeira etapa desenvolvida no processo de habilitação, notamos que os profissionais se preocupam em demonstrar aos pretendentes, desde o início, que os adotandos disponíveis são,

em sua maioria, crianças/adolescentes que destoam do filho idealizado por eles, especialmente por serem mais velhos ou por terem irmãos mais velhos.

Nesse momento, os participantes também estabelecem a relação entre o filho aceito pelos pretendentes e o tempo de espera para a adoção, esclarecendo que, quanto mais restritos eles forem na escolha pelas características do adotando, mais tempo terão que esperar para a chegada de um filho que atenda a tais requisitos:

Falamos da realidade do Brasil, quantas crianças estão para adoção, e da nossa Vara. Informamos que quando tem uma criança com perfil que abrange a maioria dos casais ela é colocada logo, mas que existem crianças maiores e grupos de irmãos, que tem o perfil que é de difícil colocação. [...] Porque quando ela chega no serviço de acolhimento, ou quando é colocada para a adoção, ela já tem uma idade maior. Então, que se ele quiser uma criança, quanto menor a idade, mais difícil fica (AS3).

A natureza informativa dessa atividade revela a reduzida participação dos adotantes na etapa de preparação que vem sendo elaborada pela maioria dos participantes deste estudo, de maneira oposta à metodologia proposta pelo Instituto Aconchego (2015) e Cecílio, Hueb e Farinelli (2018). Tendo como justificativa, sobretudo, o tempo limitado no qual os grupos preparatórios são realizados em suas varas judiciárias, poucos profissionais estimulam os pretendentes a falarem a respeito do filho idealizado, das motivações para a adoção, suas expectativas, medos e fantasias antes de apresentarem aos pretendentes as informações referentes ao perfil das crianças/adolescentes disponíveis.

Do mesmo modo, identificamos que expressões e discussões acerca dos conflitos e angústias decorrentes do desencontro entre o desejo inicial dos adotantes e a realidade dos jovens acolhidos não foram evidenciadas pelos participantes durante a atividade, o que nos leva a considerar que as repercussões emocionais dos dados apresentados não têm sido acolhidas e ponderadas, condutas essenciais para que as informações sejam transformadas em sentidos que ajudem os pretendentes a encontrarem um lugar simbólico para um filho diferente do que havia sido idealizado por eles inicialmente (CARVALHO, et. al, 2017).

A falta de estímulo à participação mais ativa dos pretendentes, às trocas interpessoais e às discussões grupais no decorrer da atividade também demonstra que o contexto grupal da etapa de preparação não tem sido aproveitado pela maioria dos profissionais da amostra como ferramenta para o amadurecimento dos projetos de parentalidade. A literatura apresenta que o trabalho com grupos de pretendentes pode figurar como espaço potente de acolhimento,

identificações com outros projetos adotivos, elaborações e possíveis transformações na demanda pelo filho (CECÍLIO; HUEB; FARINELLI, 2018; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; SCORSOLINI-COMIN; AMATO; SANTOS, 2006). Uma das entrevistadas ilustra tal consideração:

Honestamente, já passou da hora da gente fazer uma revisão do nosso grupo, porque ele é carente dessa motivação para ampliar. Não é que a gente não fale nunca, mas ele não tem esse foco porque temos um tempo muito curto. Ele vai das 13h30 às 17h30, então você imagina um grupo que se presta a dois objetivos: ser informativo e reflexivo em uma única vez. Não dá! [...] Em outra experiência que eu tive, vi que o grupo é muito mais rico no que concerne a essa motivação para ampliação, porque no grupo as pessoas gostam de falar, de trocar experiências entre si e isso mobiliza eles a refletirem (AS1).

Tendo em vista o não comprometimento com a função reflexiva da preparação, relativa ao aprofundamento dos sentidos investidos na parentalidade adotiva, a maioria dos profissionais enfatiza que, embora a atividade informativa seja a principal estratégia estabelecida no preparo dos adotantes para sensibilizá-los às “adoções necessárias”, ela não contribui para ampliar a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos: “*Eu sinto que o que eu informo a respeito disso não traz mudança no perfil das pessoas. O que traria mudança é a reflexão*” (P1).

De outro modo, um único profissional trouxe que a atividade favorece pequenas ampliações na faixa etária do filho aceito, desde que compreendidas na primeira infância, podendo contribuir para a adoção de crianças maiores: “*Os dados dão aquela chocada neles. Eu não digo que eles chegam aqui falando ‘Ah, quero adotar até 10 anos’. Mas pula de três pra cinco pelo menos. O que já é um ganho para as crianças*” (AS2). No entanto, destacamos que, embora a adoção de crianças maiores seja aquela realizada quando o adotando possui mais de dois ou três anos de idade (LEVINZON, 2004; PEITER, 2011), na última década, observou-se nos pretendentes um aumento na disponibilidade por crianças um pouco mais velhas. Conforme já mencionado, 83% dos habilitados aceitam filhos com até seis anos (CNJ, 2021), o que significa que adotandos compreendidos na primeira infância conseguem ser inseridos com facilidade em famílias adotivas. Portanto, ainda que a estratégia contribua para a adoção de algumas crianças maiores, reforçamos que ela não favorece a adoção de jovens com perfis preteridos.

A partir das considerações apresentadas, interpretamos que nessa atividade a escolha dos candidatos pelas características do filho almejado tem sido tratada de modo simplista pelas equipes, como se estivesse desvinculada de desejos inconscientes subjacentes às motivações para a adoção que a influenciam diretamente (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020; PAIVA, 2008). Sob essa perspectiva, a exposição do perfil dos jovens disponíveis nas entidades de acolhimento e do longo período de espera para os adotantes que desejam crianças com perfis tradicionalmente solicitados pode aumentar os riscos de ampliações para acelerar o processo de adoção, ou como um ato de compaixão pelos jovens preteridos, sem que haja o necessário amadurecimento dos conteúdos emocionais que impulsionam os pretendentes à demanda inicial:

Eu acho que tem que ter sim uma fala no grupo, no sentido de que as pessoas tenham conhecimento de que a maior parte das crianças acolhidas são maiores, são mais velhas, grupos de irmãos. E de que é possível que eles tenham apego, desenvolvam uma relação de afeto. Mas convencer essas famílias de que adotar é aceitar qualquer coisa, não. A gente tem que ver quais são os desejos e os limites das pessoas, porque senão a chance de uma criança ir para uma família que não está de fato aberta para ela é muito grande. Incentivar além do limite de cada pretendente é muito perigoso. (P2)

Silva (2018) e Trindade-Salavert (2010) apresentam que dar visibilidade à causa dos jovens acolhidos, na tentativa de encontrar famílias que possam adotá-los, é uma ação importante. Contudo, não se deve induzir nenhum pretendente a escolher ou alterar o perfil desejado com base no que está disponível nas entidades de acolhimento, pois isso reduz a relação de parentalidade-filiação a uma lógica mercadológica. O filho adotivo deve ter lugar no universo simbólico dos pretendentes, o que significa que precisa ser desejado por eles antes da adoção, e a ampliação deve ser resultado de um processo de análise e releitura do desejo inicial (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; SILVA, 2018).

Reconhecendo que a atividade informativa não garante, isoladamente, a sensibilização dos candidatos às “adoções necessárias”, a maioria dos participantes recorre à exibição de depoimentos de famílias, que adotaram crianças/adolescentes com perfis preteridos ao final da etapa de preparação, através de recursos audiovisuais ou da presença de pais adotivos nos grupos. De modo geral, os profissionais notam um maior interesse dos pretendentes nessa estratégia, o que os possibilita entrar em contato com seu projeto adotivo de forma reflexiva:

Esses depoimentos trazem muito mais motivação que a informação, seja para ampliação da idade ou mesmo para adotar, se inteirar dos assuntos. Às vezes tem uns candidatos muito apáticos que não tem nenhum interesse em participar do grupo de preparação, acham chato, e aí quando ouvem os depoimentos, isso desperta o interesse deles. Mesmo que os depoimentos incluam dificuldades, porque a ideia é desromantizar também. (P1)

Todos os profissionais apontam que a identificação dos pretendentes com os pais adotivos, que já passaram pela experiência de serem candidatos em habilitação, mobiliza-os a refletirem sobre a possibilidade da adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos, bem como a respeito de suas motivações para a adoção: “*Os depoimentos de pessoas como eles mobilizam é diferente do profissional falando sobre a possibilidade*” (P3). Ademais, todos os participantes consideram que a atividade contribui para a diluição de estigmas e preconceitos acerca das “adoções necessárias”, que se configuram como impasses no momento em que os pretendentes devem escolher o perfil aceito.

No caso das crianças maiores e dos adolescentes, os profissionais apresentam que os adotantes temem entrar em contato com a bagagem desses jovens, que possuem mais recordações dos acontecimentos traumáticos anteriores à adoção, corroborando a literatura (DANTAS; FERREIRA, 2015; LADVOCAT, 2018). Dessa forma, compreendemos que o relato das vivências desses pais adotivos auxilia os candidatos a refletirem sobre estigmas e fantasias acerca do passado e da origem dos adotandos, que os impulsionam a escolher crianças menores. Ao mesmo tempo, as famílias convidadas demonstram que é possível lidar e acolher a história pregressa das crianças maiores e dos adolescentes, bem como auxiliá-los a confiarem em um novo ambiente familiar, através de preparo e apoio de grupos e profissionais qualificados:

Eles têm que saber que as dificuldades vão vir de qualquer jeito, eles terão que lidar com elas. A gente fala e os pais adotivos falam: se tiver dificuldade procure ajuda, procure um GAA ou até mesmo a equipe. Eles contam que a criança maior precisa dar continuidade à terapia que já fazia no acolhimento, porque ela passou por muita coisa, precisa de um profissional. Que uma criança maior testa mais para saber se vai ser amada pelas pessoas que querem adotar, porque ela lembra do trauma do abandono. Tudo isso é normal, e se a pessoa estiver preparada ela vai entender, procurar ajuda, superar isso. (AS3)

Portanto, os entrevistados aludem que os depoimentos de pessoas que adotaram crianças maiores e adolescentes funcionam como “peça-chave” durante o preparo dos pretendentes, para que, além de serem orientados pelas equipes acerca da possibilidade de vinculação nesse tipo de adoção, eles possam presenciar relações firmes e verdadeiras de parentalidade-filiação nessas configurações familiares. Nesse sentido, interpretamos que tal atividade abre a possibilidade para ampliações na idade do filho aceito, visto que a crença de que a história pregressa das crianças maiores e dos adolescentes impede o estabelecimento de vínculos legítimos e indissolúveis com a família adotante contribui para resistências quanto à adoção desses jovens (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2015; PEITER, 2016; MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015):

Porque nos vídeos as pessoas trazem de forma bem realista as dificuldades iniciais de adaptação. Mas também mostram o lado positivo, que é o que todo mundo quer ver! Ver que todo o esforço, todo o empenho, a disponibilidade resultou nessa construção de vínculos, e o quanto isso é gratificante. Então é legal porque não traz uma coisa romantizada e ao mesmo tempo traz o que todo mundo quer: que não são só os problemas, é poder vivenciar essa relação verdadeira entre pai e filho também. Eu sempre trago um trecho lindo de um depoimento de adoção tardia. E eu acho que tem aberto as pessoas (P4).

A participação de pais adotivos nos grupos ilustra a concretização de parcerias entre equipes da Infância e Juventude e instituições colaboradoras na etapa de preparação dos adotantes, ainda bastante restritas na amostra estudada. Todas as parcerias estabelecidas pelos profissionais deste estudo se materializam somente através da participação dos colaboradores nos grupos desenvolvidos nas varas judiciais, e em nenhum caso preveem a inclusão de encontros preparatórios fora da instituição jurídica como atividade obrigatória aos adotantes, embora a ideia esteja sendo considerada por alguns participantes: “A gente entende que com essas parcerias o nosso trabalho pode se aliviar” (P1).

Apesar disso, observamos que a maioria dos profissionais incentiva os candidatos a frequentarem os encontros periódicos dos GAAs por entender que o contato frequente entre pretendentes e famílias adotivas contribui para o estabelecimento de expectativas mais reais, o que possibilita a renúncia ao filho e à família idealizada, podendo levá-los a serem mais flexíveis quanto ao perfil do adotando. A percepção dos profissionais vai ao encontro das ideias de Levy e Gomes (2017) e Sequeira e Stella (2014), que indicam que os GAAs podem ajudar a

desconstruir mitos, estereótipos, fantasias e idealizações acerca da adoção, favorecendo o amadurecimento parental. Em pesquisa realizada por Sampaio, Magalhães e Machado (2020) com pretendentes, a metade desses relatou mudanças no perfil do filho aceito após a participação em GAAs.

À medida em que os participantes percebem que o depoimento de famílias adotivas nos grupos preparatórios e a participação dos adotantes nos GAAs oferecem melhores condições para os pretendentes entrarem em contato com os sentidos que investem em seu projeto adotivo, contribuindo para demandas mais amadurecidas e próximas à realidade dos adotandos, refletimos que a participação obrigatória dos candidatos nesses e em outros grupos reflexivos pode figurar como ferramenta potente para dar seguimento ao trabalho de orientação e incentivo às “adoções necessárias” que deve ser promovido pelas equipes na etapa de preparação.

A característica de exterioridade desses encontros, mesmo que sejam definidos pelos profissionais como obrigatórios aos candidatos em habilitação, oferece mais tempo e um espaço humanizado para que eles possam aprofundar o entendimento das motivações implicadas na escolha pelo perfil do adotando e manifestar seus medos, anseios, fantasias e dúvidas acerca das “adoções necessárias”, sem a preocupação de estarem sendo avaliados pelos profissionais da Justiça (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018; LEVY; GOMES, 2017; SEQUEIRA; STELLA, 2014). Alguns entrevistados apontam que a espontaneidade dos pretendentes pode ficar reduzida nos grupos que acontecem nas varas judiciais, pois a função avaliativa dos profissionais no processo de habilitação fica ressaltada em detrimento da preparatória:

Eu vejo que o curso aqui tem um sentido totalmente quebrado pelos pretendentes, no sentido de se instrumentalizar para responder as avaliações depois. Como se tivesse o certo e o errado. Tipo, como a gente faz antes uma preparação, então seria tipo a aula, e a avaliação seria a prova depois. Eu tento incorporar um pouco o contrário disso: “A gente não vai passar aqui no curso conteúdos que a gente vai cobrar de vocês”, mas a gente vê que muitos tomam o curso para se instrumentalizar sobre como responder depois (P6).

No entanto, alguns de nossos sujeitos preocupam-se com o trabalho de estímulo às “adoções necessárias” que vem sendo realizado por alguns GAAs, sobretudo no que se refere à Busca Ativa de candidatos interessados em crianças/adolescentes com perfis preteridos, optando por não estabelecer parcerias com essas entidades. Segundo eles, a prática tem facilitado condutas impulsivas, mobilizando os adotantes a ampliarem o perfil que haviam

estabelecido junto às equipes interprofissionais sem estarem devidamente preparados para isso, o que tem resultado no aumento da devolução de crianças/adolescentes:

Na Busca Ativa eles saem do perfil, geralmente não é uma criança dentro do perfil que eles tinham amadurecido aqui com a gente. Às vezes muda bruscamente a idade. Então é um processo que vem mais a partir dos GAAs, a gente não incentiva eles a ir, embora eles busquem lá. Já teve situações de devolução aqui em função disso, então a gente fica mais cauteloso (P4).

Dessa forma, embora a participação dos candidatos em grupos externos ao Judiciário possa apresentar reais benefícios para o preparo dos pretendentes e para a ampliação do perfil das crianças/adolescentes a serem adotadas, esses profissionais evidenciam que as equipes devem estar atentas às práticas desenvolvidas pelas instituições colaboradoras, de modo a confirmar que estejam alinhadas à doutrina da proteção integral da infância e juventude.

Para finalizar a discussão desta categoria, destacamos que nenhum participante fez menção à alteração legislativa de 2017, estabelecida pela Lei 13.509, que retirou as crianças maiores e os adolescentes do grupo de adotandos os quais deve-se estimular a adoção durante o preparo dos adotantes. Tendo em vista que, de modo mais ou menos consciente, os profissionais relacionam as “adoções necessárias” diretamente à adoção de crianças maiores e adolescentes, evidenciando que a idade elevada dos adotandos configura-se como o fator de impedimento para que mais adoções se concretizem em suas varas judiciárias, o que vai de acordo com os achados de Borges e Scorsolini-Comin (2018) e Mozzi e Nuernberg (2017), interpretamos que a desatenção à alteração da Lei se justifica pelo fato da omissão desse grupo ser incoerente à demanda de trabalho da amostra.

8.2 O PAPEL DAS ENTREVISTAS DE AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL

Observamos que todos os/as Psicólogos/as da amostra e algumas Assistentes Sociais fazem uso das entrevistas de avaliação psicossocial dos adotantes para convidá-los a refletirem mais profundamente sobre a escolha pelas características do filho aceito na adoção, a fim de garantir o amadurecimento da demanda pelo filho e, assim, contribuir para a sensibilização dos pretendentes para as “adoções necessárias”. Desse modo, identificamos que o papel das entrevistas para a maioria dos profissionais da amostra transcende seu caráter avaliativo, corroborando o estudo de Cecílio e Scorsolini-Comin (2018), como pode ser ilustrado a seguir:

A avaliação que a gente faz não é meramente pericial, de escutar e avaliar o outro. É uma avaliação interventiva também. A gente propõe reflexões, indica leituras, para ser um processo de construção. E aí, diante disso, a gente também propõe essa ampliação [do perfil], de forma mais ou menos direta. A gente vai trazendo situações, trazendo possibilidades para as pessoas imaginarem e discutirem como seria adotar esse outro jovem, e não só de escutar o que elas trazem e avaliar (P4).

A partir da análise dos resultados, interpretamos que os participantes privilegiam o espaço avaliativo para ampliar o trabalho de orientação e estímulo à adoção de jovens com perfis preteridos, proposto para a etapa de preparação, por três fatores, sendo eles: por considerarem que a carga horária estabelecida para os grupos preparatórios em suas varas judiciárias é insuficiente; por desconhecerem como os outros profissionais de suas equipes atuam nos grupos para estimular as “adoções necessárias”; pelo entendimento de que o contexto individual das entrevistas assegura melhores condições para o aprofundamento das questões envolvidas na motivação para a adoção e na escolha pelo perfil do adotando.

As falas destacadas a seguir buscam ilustrar, respectivamente, as três condições descritas:

Infelizmente os cursos têm pouco tempo de duração. A gente percebe que as pessoas chegam nas entrevistas ainda meio verdes, com dúvidas muito básicas. Então os grupos têm contribuído para sensibilizar a questão da ampliação, mas não para aprofundar nisso. A gente aprofunda nas entrevistas, com mais tempo (P4).

Nas entrevistas eu sou da linha que tem que investir mais na preparação em detrimento de avaliar se estão aptos ou não. Propiciar reflexão, problematizar como seria essa ampliação do perfil. É uma entrevista longa, dura umas três horas essa primeira entrevista que eu faço, porque eu não sei como os meus colegas trabalham para isso nos grupos, então eu penso “Eu tenho que falar muita coisa, vai saber se ele já ouviu isso (P1).

Até que se tenta trabalhar nos grupos para mobilizar os pretendentes para pensar qual o perfil. Mas um outro ponto é o que se faz dentro das avaliações. É estar conversando diretamente com as fantasias, com as expectativas de cada casal, com as idealizações, de forma mais profunda. Eu acabo fazendo de uma forma mais individual para mobilizar essas questões (P3).

Dessa forma, com a finalidade de criar oportunidades para trabalhar a aceitação por perfis menos restritos durante as entrevistas, observamos que a maioria dos participantes estimula os pretendentes a refletirem sobre assuntos que dizem respeito ao seu investimento na parentalidade adotiva, de modo a desvelar o que está por detrás da escolha pelo perfil do adotando e instrumentalizá-los para lidar com os desafios do cenário adotivo. Dentre os temas abordados pelos profissionais da amostra estão: as motivações para a adoção; o luto pelo filho consanguíneo, nos casos de infertilidade, esterilidade e/ou perdas gestacionais; a história pregressa dos jovens disponíveis à adoção; fantasias acerca dos adotandos e da sua origem; desenvolvimento infanto-juvenil e comportamentos esperados pelos adotandos.

Ao identificarem que a motivação dos adotantes em suas varas judiciárias ainda está bastante relacionada à impossibilidade de terem seus filhos pelas vias biológicas, a maioria dos participantes considera fundamental escutar os candidatos e explorar o assunto com profundidade no espaço das entrevistas, pois entendem que a má elaboração do luto pelo filho consanguíneo pode levar os pretendentes à busca por crianças pequenas que sejam fisicamente parecidas à família adotante, em uma tentativa de substituir o filho que não pode ser gestado e imitar uma família biológica, o que corrobora a literatura (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2015; LADVOCAT, 2018; LEVINZON, 2015, 2018):

Esse continua sendo o perfil da maioria das mulheres que busca a adoção: quando ela vê que não consegue engravidar. Às vezes, ela gasta muito com inseminações, e aí vive uma, duas, três frustrações. Tem que viver a elaboração do filho pelo filho que não nasceu [...]. Então, junto com o candidato no momento da entrevista a gente tenta trabalhar um pouco isso, senão eles vão buscar um bebê ou uma criança com algo que se assemelhe às características físicas deles [...] por conta de não terem gerado o filho biológico (AS2).

Portanto, os participantes aludem que estimular os candidatos a falarem a respeito das motivações para a adoção e das frustrações pelo filho que não pode ser gestado abre margem para a construção de um novo lugar simbólico para o filho adotivo, contribuindo para a flexibilização do perfil de filho aceito, sobretudo no que se refere à idade e à raça/cor da criança/adolescente. Frente à delicadeza com a qual esse assunto costuma ser tratado em nossa cultura, visto que a busca pelo filho consanguíneo pode ser experienciada como um processo traumático de insucesso (LISONDO, 2018), identificamos que o contexto intimista das entrevistas tem sido privilegiado pelos participantes para a proposição desse tema.

Apesar disso, os limites das entrevistas avaliativas para a elaboração de lutos, bem como do processo de habilitação de modo geral, foram evidenciados por alguns profissionais, indicando que, em algumas situações, os pretendentes precisam ser encaminhados para psicoterapias ou grupos de caráter reflexivo e/ou terapêutico antes do aceite para a adoção, independentemente do perfil almejado por eles.

A história pregressa dos adotandos também foi apresentada pela maioria dos/as Psicólogos/as e Assistentes Sociais como um tema fundamental a ser explorado pelas equipes durante todo o processo de habilitação para sensibilizar os candidatos às “adoções necessárias”. De acordo com esses profissionais, o medo e as fantasias relacionadas às origens das crianças/adolescentes impedem os adotantes de refletirem sobre a possibilidade de adotar jovens com alguns perfis, sobretudo as crianças maiores e os adolescentes, que tiveram mais contato com a situação traumática que os levaram à institucionalização, corroborando a literatura (LADVOCAT, 2018; LEVINZON, 2004; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Embora a história pregressa dos adotandos seja abordada por alguns participantes durante a etapa de preparação dos adotantes, identificamos que a maioria dos profissionais utiliza o espaço das entrevistas para se aprofundar nas questões relativas a esse tema, devido às três condições apresentadas no início desta categoria. Dessa forma, averiguamos que todos os participantes utilizam o espaço das entrevistas para fornecer informações sobre as histórias de privações e rupturas comuns às crianças/adolescentes acolhidas, bem como sobre a realidade das famílias que perdem o poder familiar de seus filhos, convocando os adotantes a fazerem escolhas mais condizentes com a realidade dos jovens:

Eu sempre falo que se eles pensam em não aceitar uma criança que a família tenha envolvimento com álcool e drogas, vai ser muito difícil eles adotarem qualquer um. Nas minhas entrevistas eu sempre mostro a realidade das crianças do abrigo, que são crianças que sofreram algum tipo de negligência, de violência, que não tem uma família que está cuidando de maneira satisfatória. Faço ele pensar sobre isso e sobre quais são as características que ele vai escolher (AS4).

No entanto, alguns profissionais compreendem que as orientações e esclarecimentos acerca do histórico dos jovens disponíveis à adoção e suas famílias não são suficientes para atingir todas as questões emocionais envolvidas na escolha pelo perfil do filho desejado na adoção. Diante disso, eles consideram que o espaço das entrevistas individuais é ideal para que

os/as Psicólogos/as e Assistentes Sociais investiguem com profundidade as fantasias que levam às preferências e resistências pelas características do filho aceito através da escuta atenta e sensível das expectativas e inseguranças de cada pretendente em relação à criança/adolescente almejada, como é sugerido por Hamad (2002), Gimenes (2016) e Paiva (2008).

As falas destacadas ilustram a percepção de profissionais frente às fantasias que podem ser identificadas através da escuta dos pretendentes nas entrevistas:

Escutando as expectativas, a gente percebe que eles têm ideias de que os meninos seguem o gene ruim da família, de que o menino pode ser igual ao pai biológico, por exemplo. E a menina? Como se a menina não carregasse a herança genética. A gente vê muita coisa nesse sentido, sabe? (P2).

A gente percebe que muitos casais colocam um perfil tendo um monte de preconceitos. De ter ouvido alguém falar “Uma criança mais velha vai vir com tudo, a mesma forma de agir da outra família”. [...] “Se os pais deles são adictos, ele vai ser também?”. A ideia de que uma criança pequena vai poder ser educada desde o início e que vai ser fácil, e que a grande não pode mais aprender (AS5).

Nestes exemplos, as profissionais evidenciam que a indisponibilidade em adotar meninos, crianças mais velhas ou adotandos cujos genitores sejam usuários de álcool e drogas ilícitas, que representam as demandas manifestas dos adotantes (PAIVA, 2008), pode revelar a fantasia de que a bagagem que o adotando trará consigo será determinada pelo “sangue ruim” de sua família de origem (PEITER, 2016; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Ainda, nota-se na segunda fala destacada a ilusão de que a adoção de crianças pequenas asseguraria, por si só, o estabelecimento de vínculos entre pais adotivos e filhos, visto que a criança seria “lapidada” pelos valores dos pretendentes desde os primeiros cuidados, sem tantas interferências de seu passado (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2015; MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

A partir disso, interpretamos que condutas relativas a informar, orientar e esclarecer o histórico comum à origem das crianças/adolescentes são importantes, mas não suficientes para garantir o amadurecimento da demanda dos candidatos, que os levaria a fazerem escolhas mais próximas da realidade dos jovens acolhidos. Portanto, a possibilidade de explorar as expectativas e inseguranças de cada adotante no contexto privativo das entrevistas, buscando desvelar o que está por detrás de seu pedido manifesto, é fundamental para criar oportunidades

de elaboração, desmistificar imaginários e, assim, sensibilizar os pretendentes às “adoções necessárias”.

Tendo em vista que o tempo determinado para a preparação dos pretendentes nos grupos não têm sido suficiente para garantir o preparo dos adotantes, a maioria dos profissionais da amostra considera importante utilizar o espaço das entrevistas para orientar os candidatos sobre o desenvolvimento infanto-juvenil e os comportamentos esperados pelos adotandos de todas as faixas etárias a fim de instrumentalizá-los para lidar com as demandas que surgirão após a adoção. Segundo eles, quanto mais preparados para lidar com as especificidades da adoção os pretendentes estiverem, maiores as oportunidades deles se abrirem para as “adoções necessárias”, como pode ser exemplificado a seguir:

A gente procura ler sobre desenvolvimento e falamos de cada fase, o que pode acontecer. Se a pessoa fala que tem pensado em adotar uma criança de 0 a 1 ano, ou de 6 a 10 anos, eu vou falar: “Nessa idade, o que pode acontecer é isso, isso... Nessa idade ele vai te testar mais, por exemplo”. [...] Eu falo que do mesmo jeito que vai ter dificuldade com a criança maior, vai ter com o bebê. Exige um preparo, de qualquer jeito, senão a pessoa fica louca. Eu acho que as mudanças no perfil vêm disso, das pessoas se preparando mais, se abrindo, se informando. Então a questão da idade aí pouco importa, se ela está preparada, independe. Ela vai saber lidar com o bebê, com a de 3 anos, com a de 8 anos (AS3).

Diante da fala destacada, identificamos que os profissionais apostam em orientar os pretendentes sobre os desafios inerentes ao cuidado de bebês e crianças pequenas, ilustrando que esse grupo de adotandos também pode levar os pais adotivos a lidarem com dificuldades iniciais de vinculação, sentimentos ambíguos e frustrações para diluir idealizações acerca desse tipo de adoção, o que pode contribuir para ampliações na idade do filho aceito (CECÍLIO; HUEB; FARINELLI, 2018; INSTITUTO ACONCHEGO, 2015; ORSELLI; ANASTÁCIO, 2010).

Além disso, interpretamos que utilizar como argumento que a idade do adotando não se configura como impedimento para o estabelecimento da relação parento-filial pode ser vantajoso para estimular a adoção de crianças maiores e adolescentes somente se forem esclarecidas, ao mesmo tempo, as especificidades desse tipo de adoção, sobretudo no que diz respeito ao excessivo medo do abandono e da rejeição, às fases de teste, às etapas regressivas e à bagagem do adotando. Não se pode negar que o processo de vinculação com as crianças maiores e os adolescentes difere do que é esperado na adoção de crianças pequenas, tendo em

vista que a separação tardia com sua família de origem e a permanência em instituições de acolhimento interferem no estabelecimento dos vínculos com os adotandos (GOMES; LEVY, 2016; LEVINZON, 2020; SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018).

Realizada por poucos profissionais, evidenciamos uma conduta que se destacou nos resultados de modo desfavorável. Levando em consideração o medo dos adotantes em relação às origens das crianças maiores e dos adolescentes, bem como às condições de saúde do adotando, alguns participantes buscam incentivar os pretendentes a ampliarem a idade do filho aceito, apresentando informações desencorajadoras sobre as crianças menores, como está exposto a seguir:

Eu também trago uma informação para as pessoas que querem bebês e ficam receosas quando chega na parte de doenças. Eu falo: “Bom, mas vocês estão querendo até dois anos. Pode ser que ainda não negativou o HIV, pode ser que vai desenvolver autismo, ninguém sabe. Um recém-nascido é uma caixinha de surpresas. Ele não teve muita vivência com a família, mas passou por uma ruptura de vínculo porque foi gerado e saiu de uma barriga, nunca mais ouviu aquele coração. Não dá pra diagnosticar um bebezinho. Quanto à história dele, vocês vão participar desde quase o início, mas em relação à saúde dele, a gente não sabe. Acho que esse argumento pode propiciar uma reflexão para ampliar um pouco a idade. (P1)

A fala da profissional acima ilustra que todo adotando carrega marcas do desamparo gravada em seu psiquismo, uma vez que sua história contém uma experiência inicial de rompimento de vínculos (LEVINZON, 2004; OZOUX-TEFFAINE, 2018). Não questionamos a importância dessas informações serem apresentadas aos pretendentes no momento das entrevistas para diluir idealizações comuns a esse tipo de adoção. No entanto, os profissionais devem ter cautela ao utilizar esse argumento para ampliar a idade do filho aceito pois a escolha pelo perfil não deve se sustentar em medos e fantasias referentes ao seu passado, e sim em um desejo amadurecido e na disponibilidade de parentalizar uma criança/adolescente com determinadas características.

A mesma consideração é válida para a conduta de informar os pretendentes sobre condições de saúde e deficiências com manifestação tardia para que aceitem crianças um pouco mais velhas. Se a atuação do profissional durante as entrevistas não se reporta aos desejos que levam à escolha pelo perfil do adotando, corre-se o risco de ampliações advindas de motivadores externos, que aumentam as chances de frustrações e desencontros:

A adoção é um troço tão delicado, ela tem tanto a ver com desejos que se encontram. É claro que a gente tem uma demanda de crianças e adolescentes que precisam ser adotados. E claro que eles estão fora do perfil dos adotantes. Mas eu acho muito complicado que a gente faça um trabalho que se assemelhe, por exemplo, a forçar uma motivação. Se não vai ser um desencontro. Nós temos que dar condições de criação de vínculos, mudar a perspectiva nesse sentido. (P5)

Diante do que foi apresentado nesta categoria, identificamos que devido à falta de tempo na etapa preparatória, ao desconhecimento frente ao trabalho do restante da equipe na preparação dos candidatos e ao entendimento de que o contexto individual assegura melhores condições para o aprofundamento de alguns conteúdos, a maioria dos participantes da amostra faz uso de muitos recursos referentes à função informativa da preparação durante as entrevistas de avaliação psicossocial para estimular os pretendentes às “adoções necessárias”. Contudo, sob nosso entendimento, embora as condutas referentes a orientar e prestar esclarecimentos sejam importantes, elas se associam apenas às questões racionais da escolha pelo perfil aceito.

Em contrapartida, enfatizamos a estratégia de escutar, de forma atenta e sensível, o discurso de cada adotante sobre suas expectativas e inseguranças a respeito do filho desejado nesta etapa da habilitação por compreendermos que essa conduta permite a melhor apreensão das motivações, fantasias e medos que limitam os pretendentes de refletir verdadeiramente sobre a possibilidade de parentalizar uma criança/adolescente com perfil preterido. A possibilidade de imaginar, pensar e falar sobre seus desejos e angústias, como aludem Queiroz e Brito (2013), abre margem para o amadurecimento e a transformação do projeto adotivo.

Apesar disso, destacamos que a experiência de passar pela etapa de avaliação psicossocial pode ser marcada por sentimentos de ansiedade, angústia e expectativa por parte dos candidatos, o que significa que a espontaneidade e a liberdade de expressão dos adotantes podem ficar prejudicadas nas entrevistas (LEVINZON, 2004; LEVY; GOMES, 2017). Portanto, consideramos que, embora sejam utilizados por apenas uma participante da amostra, os instrumentos complementares às entrevistas são essenciais para auxiliar os profissionais a se aproximarem das questões inconscientes envolvidas na escolha pelo perfil do adotando (PEITER, 2011; RODRIGUES et. al, 2017; TJSP, 2017).

8.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CAMPANHA ADOTE UM BOA-NOITE

Conforme já apresentado, a principal estratégia da campanha Adote um Boa-Noite consiste em dar ampla visibilidade a crianças com mais de sete anos de idade, adolescentes e adotandos com deficiência do estado de São Paulo para os quais não consta nenhum pretendente habilitado no país. Portanto, ainda que a aproximação com os adotandos exija a prévia habilitação dos interessados perante o Poder Judiciário, o investimento em plataformas de uso geral e irrestrito revela que o programa Adote um Boa-Noite pretende mobilizar qualquer pessoa da sociedade civil para a adoção desses jovens. A partir disso, passemos às considerações referidas pelos entrevistados sobre a campanha, com a intenção de discuti-las.

De acordo com os profissionais entrevistados, nos primeiros meses que sucederam o lançamento do programa Adote um Boa-Noite na mídia foi possível observar um aumento substancial no número de pessoas interessadas em crianças/adolescentes com perfil aludido pela campanha, bem como nos adotandos ali retratados. Segundo eles, a maioria dessas pessoas não estava habilitada ou em vias de habilitação para a adoção, tampouco conhecia os aspectos jurídicos necessários para receber um adotando na condição de filho, como pode ser ilustrado pela AS1: *“Aquele furor que tem da mídia, e aí vem aquela avalanche de pessoas muito sem informação nenhuma, sem noção, num desejo de escolher a criança”*. Do mesmo modo, os participantes relatam que os interessados demonstravam desconhecimento diante das especificidades da parentalidade-filiação adotiva, apresentando imaginário idealizado e incompatível com a realidade dos jovens acolhidos.

Embora isso tenha sido observado de forma acentuada no momento em que a campanha esteve em voga, os profissionais percebem que, ainda hoje, a maioria dos candidatos mobilizados pelo programa não está habilitada para a adoção, bem como apresenta desconhecimento frente às características esperadas pelos adotandos em função de sua história pregressa. Portanto, os participantes consideram imprescindível que as equipes interprofissionais informem aos interessados nas crianças/adolescentes retratadas na campanha, desde o primeiro contato com eles, os procedimentos necessários para se habilitarem à Justiça, as histórias de privações e rupturas comuns aos adotandos, suas implicações para o desenvolvimento dos jovens e os desafios presentes no estabelecimento de vínculos no cenário adotivo, a fim de contrapor o desconhecimento e a idealização observados nesses candidatos.

Borges e Scorsolini-Comin (2018) evidenciam a necessidade de candidatos à adoção terem suas idealizações diluídas em prol das especificidades das crianças/adolescentes disponíveis à adoção. Como apresentam Levinzon (2018, 2020) e Lisondo (2018), há diversas

possibilidades presentes no início da vida dos adotandos que se constituem em fatores potencialmente patogênicos para seu desenvolvimento. Além das experiências iniciais, o tempo que a criança/adolescente permaneceu acolhida influencia sobremaneira o desabrochar de suas potencialidades e a forma como ela se vinculará aos pais adotivos (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Diante disso, Gomes e Levy (2016) evidenciam que os acolhidos possuem, comumente, o sentimento de pertencimento abalado, o que demandará dos pais adotivos amadurecimento para lidar com desafios no processo de estabelecimento de vínculos com uma criança/adolescente mais sensível a determinados aspectos ambientais, em função de sua história pregressa (LEVINZON, 2020; BORGES; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Como consequência, os participantes percebem que a maioria dos candidatos atraídos pelo programa Adote um Boa-Noite desiste de dar seguimento ao processo de adoção do jovem escolhido ao ser orientada pela equipe a respeito das peculiaridades do adotando: *“No momento em que estava acontecendo a divulgação muita gente ligava, porque viu um adolescente no site e se interessou na adoção. ‘Então vamos falar sobre ele, ele tem tais e tais questões’. Quando começa a falar dos problemas, as pessoas desistem”* (P1). Portanto, interpretamos que, embora a campanha atinja o objetivo de mobilizar pessoas para a adoção de crianças/adolescentes com perfis preteridos, o mínimo de aproximação com a realidade tem impedido que as adoções se concretizem devido à impossibilidade dos interessados superarem a desilusão inicial frente à criança/adolescente real.

Conforme apresentado pelos profissionais da amostra, a idealização dos adotandos e do cenário adotivo em que permeia um estado de apaixonamento sobre esse tipo de parentalidade não é exclusiva às pessoas que buscam a adoção após serem sensibilizadas pelas campanhas publicitárias e outras estratégias de incentivo às “adoções necessárias”. A percepção dos participantes vai ao encontro às considerações de Gomes, Marques e Ishara (2018, p. 226), que apresentam a condição de que muitos pretendentes que se habilitam à Justiça aos moldes convencionais possuem uma visão romantizada sobre a adoção, imaginando que a chegada do adotando à família será como a “realização de um sonho” e que os principais sentimentos vivenciados com o filho serão os de “amar e ser amado” e “amor infinito”.

Contudo, no processo de habilitação convencional, os participantes reforçam o trabalho de orientação e preparo realizado com os pretendentes antes de qualquer tipo de “contato” com os adotandos disponíveis. Portanto, nessa situação, depreendemos que, antes de virem a conhecer uma criança/adolescente e fragmentos de sua história, há tempo para a diluição de expectativas romantizadas a respeito dos jovens acolhidos e para o amadurecimento parental, visto que durante as etapas da habilitação os candidatos entram em contato com temas

relacionados às origens das crianças/adolescentes, ao desenvolvimento e comportamentos esperados por elas em cada faixa etária, aos desafios comuns e inerentes ao estabelecimento de vínculos entre pais e filhos na adoção, entre outros.

A P5 destaca a importância das fases que compreendem o processo de habilitação para a desromantização da parentalidade-filiação adotiva e das crianças/adolescentes acolhidas:

O grupo, o plantão, as entrevistas dão um banho de realidade nos pretendentes. [Nesses espaços] nós falamos do que realmente rola com as crianças que estão nos serviços de acolhimento. [...] A gente fala de todas as dificuldades que existem, e as pessoas podem ponderar e algumas encontram seu limite. [A habilitação] ajuda a desromantizar, amplia a perspectiva do adotante de quem é realmente a criança que ele vai adotar [...] prepara para uma outra realidade que é a que eles vão, de fato, vivenciar com as crianças (P5).

De modo contrário, os Assistentes Técnicos compreendem que na campanha Adote um Boa-Noite a estratégia de expor a imagem dos adotandos, inclusive para pessoas que ainda não passaram pelo processo de habilitação, contribui para que a escolha pela adoção e pela criança/adolescente desejada se dê a partir do “encontro mágico” (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018, p. 228) com a foto de um adotando, em que há uma ilusão de que aquele é o filho que completará a sua família, o que não se sustenta com a chegada da criança/adolescente real. A percepção dos profissionais pode ser ilustrada nas seguintes colocações:

Ele viu a imagem de uma criança na internet e se apaixonou. Bonitinha, arrumadinha, mas quem é aquela criança? Será que ele quer aquela criança de verdade ou ele quer a criança que está aparecendo na TV, felizinha? (P3)

Eu atendi uma moça que veio motivada pelo Boa-Noite porque ela viu uma menina na TV, entrou no site, ela queria aquela criança x, aquela menina específica da foto. O que eu percebi é que essa pessoa, ela fantasiou muito, ela idealizou com essa menina que tinha uns 11, 12 anos. Ela se identificava fisicamente, porque as duas são negras, não sei o que isso despertou. (AS1)

Ademais, os profissionais sugerem que as equipes investiguem sob lentes específicas a relação entre a exposição da criança/adolescente e as intenções do pretendente para adotá-la, a fim de identificar as idealizações entrelaçadas à imagem do adotando escolhido e evitar motivações que se distanciam do desejo de vivenciar a parentalidade. E isso porque eles

acreditam que a estratégia de dar ampla visibilidade aos adotandos e a fragmentos de suas histórias pode despertar nos espectadores o desejo de salvar as crianças/adolescentes acolhidos da ruína de crescer sem uma família, contribuindo para motivações altruístas, o que vai ao encontro às ideias de Beltrame et. al (2020), Levinzon (2004) e Nakamura (2019). A respeito disso, o P6 relata: *“A mazela da adoção é que os próprios pais não querem os filhos. E agora a gente está levando isso pro público, expondo que ninguém quis aquela criança [...] pra garantir seu direito. E o adulto fica com a parte da caridade, da benfeitoria”*.

Além das motivações caritativas, a experiência profissional de alguns participantes da amostra demonstrou que a divulgação dos adotandos em plataformas de domínio público pode facilitar a ocorrência de crimes de exploração e violência sexual contra crianças/adolescentes. Diante disso, eles aludem que a metodologia definida pela campanha favorece o chamado de pessoas com motivações que se distanciam do desejo de cuidar de uma criança/adolescente na condição de filho, ampliando os riscos para os adotandos representados no programa. Gomes, Marques e Ishara (2018), Silva (2018) e Trindade-Salavert (2010) apontam para a importância do projeto adotivo se pautar exclusivamente no desejo de vivenciar as experiências de uma relação parento-filial, e não em carências, benfeitoria, idealizações e outras motivações.

Alguns entrevistados associaram o projeto Adote um Boa-Noite ao evento Adoção na Passarela, duramente criticado pela sociedade civil, pela imprensa e pela comunidade jurídica no ano de 2019. Nesse evento, foi promovido um desfile de crianças com mais de quatro anos e adolescentes disponíveis à adoção em um *shopping center*, com vistas a mobilizar os espectadores a adotá-los. Na época, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) elaborou uma nota⁵ manifestando extrema preocupação e repúdio a esse tipo de iniciativa que, segundo ele, expõe os jovens em um ambiente público como objetos a serem escolhidos por adultos, podendo gerar consequências emocionais negativas entre os participantes. Ainda, o UNICEF (2019) destacou que iniciativas como essa vão contra as diretrizes do ECA, que priorizam proteção, confidencialidade e privacidade dos acolhidos.

Na mesma direção, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) emitiu um documento oficial⁶ alegando que, embora o evento “Adoção na Passarela”

⁵ FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Nota do UNICEF sobre o evento Adoção na Passarela**, 25 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nota-o-unicef-sobre-o-evento-adocao-na-passarela>>

⁶ CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Manifesto do Conanda sobre o evento Adoção na Passarela**, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/manifestos/manifesto-do-conanda-sobre-passarela-da-adocao_final.pdf>

tenha tido o objetivo de solucionar a dificuldade de colocação de crianças/adolescentes preteridas em famílias adotivas, isso não poderia ser feito às custas da violação dos direitos infante-juvenis. Segundo eles, é equivocada a interpretação de que a exposição da imagem, da histórias e das subjetividades de crianças/adolescentes acolhidas em espaço comercial seria uma forma de integração uma vez que o protagonismo das crianças/adolescentes enquanto sujeito de direitos é incompatível com a estratégia de serem apresentados como disponíveis para os adultos escolherem a partir de suas preferências e gosto pessoal (CONANDA, 2019).

Dessa forma, o Conanda manifestou repúdio ao evento “Adoção na Passarela”, bem como em iniciativas semelhantes nas quais os adotandos são expostos em “estádios de futebol, sites eletrônicos, veículos de publicidade, entre outros” (CONANDA, 2019, p. 2), por violar os artigos do ECA que asseguram às crianças/adolescentes a preservação de sua imagem e integridade, pondo-os a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor. O documento reforça, ainda, que nessas estratégias os jovens são tratados como meros objetos e as motivações para a adoção centram-se no assistencialismo ou salvacionismo, facilitando desencontros entre o que os jovens necessitam e o que os candidatos pretendem e até mesmo devoluções de crianças/adolescentes (CONANDA, 2019).

A respeito do assunto, o P6 diz:

O que teve muita visibilidade recentemente foi aquele evento “Adoção na Passarela”. Dezenas de entidades se manifestando sobre aquilo. E na contramão disso, a campanha Adote um Boa-Noite, do nosso tribunal, foi até premiada. Sendo que é a mesma perspectiva! Podem ter graus variados de extremismo, de como fazer a campanha, mas em essência é a mesma coisa. [...] Mostrar as crianças para os adultos [...] e o adulto fica na parte que não aparece, com a parte da caridade, com a parte da benfeitoria, isso também é da lei antiga. [...] E aí acaba sendo uma agudização desse negócio de escolher a criança [...] e isso não atende ao raciocínio da lei da criança. É levar isso para as últimas consequências: “Eu vou continuar escolhendo e vocês vão cada vez mais se expor para mim”. Então o eixo da campanha é o que? A vontade do adulto. (P6)

Embora sejam iniciativas diferentes, a fala do P6 ilustra que, para alguns participantes, o programa Adote um Boa-Noite e o evento Adoção na Passarela possuem traços semelhantes, como foi apontado pelo CONANDA (2019). Sob essa perspectiva, os profissionais compreendem que a divulgação da imagem das crianças/adolescentes disponíveis em plataformas de domínio público reduz a adoção a uma lógica mercadológica (BELTRAME et.

al, 2020; NAKAMURA, 2019; SILVA, 2018; TRINDADE-SALAVERT, 2010), na qual os adotandos são apresentados como meros objetos de desejo da sociedade, para os quais o Estado deve garantir, a qualquer custo, a colocação em família substituta:

A impressão é que vira um comércio, a criança vira um produto que a gente põe na vitrine e que diz “olha pra mim, sou bonitinha” [...] “Coitadinho dele, vou ajudar”. [...] É tipo: “chegou a adolescência, que que nós vamos ficar fazendo com um monte de adolescente dentro de abrigo?” [...] A gente tem que ter uma preocupação com isso [...] de sair anunciando adolescente por aí como sendo uma coisa [...] Parece que eles querem dar destino pra esses adolescentes [...] e sai catando pai sei lá da onde (AS6).

A objetificação dos adotandos contribui, ainda, para reforçar estereótipos e preconceitos sobre segmentos étnicos e padrões sociais e de normalidade, segundo alguns profissionais. Dessa forma, na medida em que Mozzi e Nuernberg (2017) teorizam que, durante o processo convencional de adoção, a possibilidade de selecionar as características desejadas na criança/adolescente classifica os acolhidos como mais ou menos adotáveis, discutimos que a divulgação da imagem dos jovens na campanha para serem comparados e escolhidos pelos interessados a partir de suas preferências contribui para agravar essa hierarquização, promovendo a discriminação daqueles que não se encaixam nas expectativas dos adotantes o que vai contra o Art. 5º do ECA:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, Art. 5º, 1990, grifo nosso).

Bem como mencionado pelo UNICEF (2019) a respeito do evento “Adoção na Passarela”, os participantes preocupam-se com as consequências emocionais para as crianças/adolescentes que participam da campanha, sobretudo para aquelas que não são adotadas após serem expostas na mídia, como pode ser ilustrado pelo P6: “*Como é ser visto como alguém que tem uma dimensão privada que se torna pública? [Quando não é adotada] é a confirmação de que ninguém quis, e isso é público agora*”. Da mesma forma, assim como Nakamura (2019), outros profissionais compreendem que ter a imagem e condição de abandono expostos à sociedade pode ser vexatório para alguns adotandos, ferindo o Art. 18º do ECA, que garante dignidade às crianças/adolescentes.

Diante disso, alguns entrevistados consideram que as equipes interprofissionais, juntamente com as equipes dos serviços de acolhimento, que têm melhores condições de observar e acompanhar os adotandos, devem avaliar criteriosamente quem são as crianças/adolescentes que se beneficiariam de participar do projeto, pois, segundo a P5: *“É mais uma expectativa que você levanta, que pode não ter tempo de resposta. [...] ‘Pode acontecer sua adoção? Pode. Mas pode não acontecer nunca’. Então, se o adolescente estiver fragilizado, pode não ser o momento”*. Ainda, alguns participantes acreditam que os jovens também precisam participar dessa decisão, devendo ser ouvidos e considerados em conformidade com seu grau de desenvolvimento:

Um adolescente maior, de 14, 16 anos, tem alguma autonomia quanto à vida dele pra tentar ou não uma possibilidade a mais. Então eu trago ele aqui, falo do programa, abro o computador e mostro pra ele como funciona. Se precisar ficar a tarde toda com o adolescente, eu fico. [...] Não é porque eu tenho minhas ressalvas que eu boicoto o programa, isso não é justo, o adolescente tem o direito de escolha e eles vão escolher (AS2).

Apesar das críticas e ressalvas apresentadas por todos os participantes a respeito da campanha Adote um Boa-Noite, observamos que a maioria deles considera que a estratégia de dar visibilidade a adotandos para os quais não há nenhum pretendente habilitado no país pode despertar em algumas pessoas o desejo de adotar algum jovem específico, colocando-se como uma última alternativa a ser considerada para essas crianças/adolescentes: *“Mas eu também entendo que tem pessoas que dizem não para determinada faixa etária ou característica porque não viram determinada criança, e que ao ver pode, de repente, se apegar, olhar e falar ‘Acho que eu poderia desenvolver uma relação de afeto com essa criança’. Então tem esse outro lado”*. (P2)

Diante do que foi discutido nesta categoria, questionamos se, ao considerar a campanha Adote um Boa-Noite como uma oportunidade às crianças/adolescentes preteridas, mesmo que última, os profissionais não estão repetindo a máxima de que há sempre a necessidade de inserir esses jovens em famílias adotivas, mesmo que à custa da violação de seus direitos, ao invés de investirem no desenvolvimento de outras programas, projetos e estratégias que possam levá-los à constituição de novos vínculos, como proposto pela Lei (BRASIL, 1990). A respeito disso, a AS6 declara:

Na minha opinião, seria muito mais efetivo investir no apadrinhamento afetivo, por exemplo, que é muito mais seguro, que é algo vigiado por uma

equipe. Capacita esses adolescentes, trabalha a autonomia deles para que consigam construir uma família depois. Dá dignidade, afeto, de outras formas, seja pelo apadrinhamento, ou até capacitando os próprios funcionários do serviço de acolhimento a entenderem que o trabalho deles também é afetivo, entendeu? Do que sair caçando um pai aí onde não tem e achar que essa é a solução do problema. (AS6)

De outra forma, consideramos que a sugestão de alguns participantes de apresentar a imagem de crianças/adolescentes preteridas em eventos, grupos e outras iniciativas realizadas pelas equipes da Infância e Juventude junto aos pretendentes habilitados, que se encontram na fila de espera para a chegada do filho, pode contribuir para sensibilizá-los às “adoções necessárias” ao mesmo tempo em que é realizado um trabalho de orientação, reflexão e preparo para a ampliação do perfil. Nesses espaços, os profissionais frisam que a exibição dos adotandos somente a candidatos avaliados diminuiria os riscos de motivações que se distanciam do desejo por exercer a parentalidade adotiva e a ampliação do perfil estaria associada ao amadurecimento da demanda dos adotantes a partir de uma proposta reflexiva, como está ilustrado a seguir:

Deveria ser feito de modo controlado, dentro de um grupo de pretendentes habilitados, já avaliados. Eu sei que já tem alguns Fóruns fazendo isso. Chama os pretendentes, realiza alguns encontros com eles pra falar sobre o assunto e no final mostra as fotos de quem nós temos hoje [...] Eles não veriam a foto somente pela foto. Você sensibiliza, conversa, vai levando o tema, fazendo-os pensar, questionar, você vai trabalhando e ao final apresenta as fotografias. Abre a possibilidade dele se abrir pra uma criança maior, um adolescente. A criança não estaria exposta na mídia [...] Mas que isso não seja uma estatística, pra medir o sucesso da estratégia, porque é mais sucesso que aquela criança não tenha ninguém, do que que tenha alguém que não está nem um pouco aberto, de fato, pra essa relação [de parentalidade]. (P2)

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a atuação e percepção de profissionais da Infância e Juventude acerca da ampliação do perfil de filho aceito por pretendentes à adoção, esta pesquisa buscou identificar como os profissionais estão lidando com o desencontro entre os jovens disponíveis em todo o país, os quais possuem perfis preteridos pelos adotantes e o perfil do filho idealizado pelos candidatos à parentalidade adotiva. Ao fomentar a possibilidade dos profissionais sensibilizarem pretendentes em habilitação a pleitearem uma adoção considerada necessária, partiu-se da hipótese de que esse tipo de adoção não estaria vinculada apenas a candidatos originalmente “mais flexíveis”, podendo ser almejada pelos adotantes após um processo de amadurecimento parental, que se daria a partir do aprofundamento nas motivações e fantasias relacionadas à restrição por determinados perfis e da capacidade de fazer uma releitura do desejo inicial.

Enfatizada pelos participantes, a Lei 12.010, de 2009, abriu margem para discussões acerca das possibilidades de atuação dos/as Psicólogos/as e Assistentes Sociais para garantir a colocação de adotandos com perfis preteridos em famílias adotivas, ao estabelecer como obrigatória a participação dos pretendentes em um programa de preparação psicossocial e jurídica que incluísse orientação e incentivo à adoção de crianças maiores e adolescentes, inter-raciais, de adotandos com necessidades específicas de saúde ou deficiência e grupos de irmãos. A diversidade na amostra estudada evidenciou que esse marco legal tornou viável o estabelecimento de metodologias de trabalho distintas, com práticas mais ou menos efetivas, a depender das especificidades de cada equipe e de cada profissional.

De forma inesperada, os participantes associaram o grupo de adotandos preteridos diretamente às crianças maiores e aos adolescentes, fazendo pouca menção aos outros grupos que compõem as “adoções necessárias”. A interpretação de que a idade elevada dos acolhidos é o fator de impedimento para que mais adoções se concretizem justifica, neste estudo, as atividades de fomento à flexibilização do perfil nos grupos preparatórios serem majoritariamente direcionadas à ampliação da idade do filho aceito. Isto também pode explicar a desatenção de todos os participantes quanto à alteração legislativa promovida pela Lei 13.509, em 2017, que retirou as crianças maiores e os adolescentes do grupo de adotandos os quais devem ter a adoção estimulada no programa de preparação psicossocial e jurídica.

Dentre as estratégias consideradas menos efetivas para o estímulo às “adoções necessárias” nos grupos de preparação, verificou-se a apresentação do desencontro entre o perfil das crianças/adolescentes disponíveis em todo o país e o perfil aceito pelos candidatos

habilitados, evidenciando o longo período de espera para aqueles que desejam crianças com características comumente requisitadas. Embora seja desenvolvida por todos os participantes, esta atividade demonstrou proporcionar pequenas ampliações na idade do filho aceito, o que nos leva a reconhecer sua contribuição para a adoção de crianças maiores, mas não para as “adoções necessárias”, visto que, ao longo da última década, a adoção de crianças compreendidas na primeira infância tem sido realizada com facilidade, diferentemente da época em que as crianças com até três anos eram estritamente privilegiadas.

Por outro lado, conclui-se que as atividades capazes de sensibilizar os adotantes a abrirem-se para crianças/adolescentes com perfis preteridos referem-se à participação de pais adotivos e de profissionais da área da saúde, que contribuem para a diluição de estereótipos e fantasias relacionadas à bagagem trazida pelos adotandos, para o rompimento de expectativas idealizadas e para que os candidatos sintam-se capacitados para adotar crianças maiores e adolescentes e enfrentar os desafios desse cenário. Diferentemente de atividades meramente informativas, estas estratégias favorecem a reflexão acerca das motivações para as “adoções necessárias” e permitem aos candidatos presenciarem a possibilidade de serem estabelecidas relações firmes e verdadeiras na adoção de crianças maiores e adolescentes.

Embora o trabalho de orientação e incentivo às “adoções necessárias” seja previsto para o programa de preparação psicossocial e jurídica, este estudo evidenciou a valorização das entrevistas de avaliação psicossocial pela maioria dos participantes para convidar os pretendentes a refletirem de forma mais ativa sobre a escolha pelo perfil de filho desejado. Neste espaço, além de informar, orientar e prestar esclarecimentos que podem contribuir para ampliações quanto à idade, gênero, raça/cor e condições de saúde do adotando, verificou-se que alguns profissionais apostam em escutar, de forma atenta e sensível, o discurso de cada adotante sobre suas expectativas e inseguranças acerca da adoção, pelo entendimento de que existem motivações, fantasias e medos inconscientes que levam às preferências e resistências pelo perfil da criança/adolescente.

As oportunas estratégias envolvidas na ampliação do perfil durante as etapas da habilitação se mostraram relacionadas ao oferecimento de espaços reflexivos para o aprofundamento dos sentidos subjetivos envolvidos na escolha pela adoção e pelas características do adotando, confirmando nossa hipótese de que existem sentidos que podem ser revistos, transformados e amadurecidos, abrindo espaço para um filho diferente do que havia sido idealizado inicialmente. No entanto, dadas as limitações identificadas pelos participantes em sua atuação, referentes ao tempo estabelecido para a conclusão do processo de habilitação, à demanda de trabalho das equipes e à função avaliativa sobrepujar a preparatória, evidencia-

se a importância de parcerias com instituições que ofereçam espaços reflexivos externos ao Judiciário para o preparo dos pretendentes, que não foram verificadas na amostra estudada.

Ao contrário da flexibilização do perfil decorrente de um processo de análise do desejo inicial e amadurecimento da demanda, as estratégias estabelecidas pela campanha Adote um Boa-Noite foram expressas pelos participantes como favorecedoras de ampliações impulsivas, nas quais observa-se a idealização do cenário adotivo e motivações que se distanciam do desejo de exercer a parentalidade, ampliando os riscos de desencontros e até mesmo de devoluções de crianças/adolescentes. A divulgação irrestrita da imagem e condição de abandono dos adotandos, para serem escolhidos pelos interessados de acordo com suas preferências, foi equiparada às relações mercadológicas, o que nos leva a concluir que a metodologia da campanha é incompatível com o protagonismo das crianças/adolescentes enquanto sujeitos de direitos manifesto na doutrina da proteção integral do ECA.

Diante disso, considera-se imprescindível o desenvolvimento de novos estudos que se ocupem de investigar as consequências emocionais para as crianças/adolescentes apresentadas na campanha Adote um Boa-Noite, bem como de acompanhar o andamento dos processos de adoção decorrentes do programa a fim de verificar se há relação com o aumento no número de devoluções. Por fim, entende-se a necessidade de que sejam analisadas e estimuladas outras estratégias de convivência familiar e comunitária para crianças/adolescentes com perfis preteridos, de modo a garantir os direitos para aqueles que não encontram pretendentes, sem expô-los a situações de risco, buscando, a qualquer custo, garantir sua colocação em uma família adotiva.

REFERÊNCIAS⁷

AMIM, I. D.; MENANDRO, P. R. M. Preferências por características do futuro filho adotivas manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 241-252, jul/dez. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i2.7653>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7653>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ANDRADE, C. D. **Nasce uma orquídea**. Jornal do Brasil, 1970.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO. Regimento interno da ANGAAD. **Regimento**. Uberlândia, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.angaad.org.br/portal/institucional/regimento-interno-angaad/>. Acesso em: 25 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO. Regulamento interno da Busca Ativa da ANGAAD. **Regulamento**. Uberlândia, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.angaad.org.br/portal/busca-ativa/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BELTRAME, P. P.; RODRIGUES, A. C. F.; DOS SANTOS, J. F.; GOMES, I. C. Uma reflexão acerca das estratégias mobilizadoras nas “adoções necessárias”. **Cadernos de comunicação**, Santa Maria, v. 24, n. 2, art. 2, mai./ago. 2020. DOI: [HTTP://dx.doi.org/10.5902/](http://dx.doi.org/10.5902/). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/48534/pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BORGES, C. A. P.; SCORSOLINI-COMIN, F. As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. **Psico-USF**, v. 25, n. 2. Apr/jun 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250209>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/ttBGWcRFHm4kN3hBL4kLksn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014**. Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12955.htm. Acesso em 10 de mar. 2020.

BRASIL. **Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei

⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm#art1. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 8.069 de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRITO, C. O.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 401-413, dez 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-11>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARVALHO, F.; GOMES, I. C.; PIZZITOLA, J. M.; SANTOS, M.; ISHARA, Y. Grupos reflexivos com pretendentes à adoção: alcances e limites. In: OKAMOTO, M. Y.; EMÍDIO, T. S. (org.). **Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 48-67. *E-book*.

CECÍLIO, M. S.; HUEB, M. F. D.; FARINELLI, M. R. Vivenciando uma oficina preparatória para adoção: um relato de experiência. **Revista da SPAGESP**, v. 19, n. 2, p. 94-109, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v19n2/v19n2a08.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura. **Psico-USF**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 497-511, jul 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230309>. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712018000300497&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Programas e ações**. Adoção. Atualizado em 7 de mar. 2019. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/>>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em 22 jan. 2021.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA. São Paulo (Estado). **Ofícios de Justiça**, Tomo I. Provimentos Nº 50/1989 e 30/2013. **Normas judiciais de serviço**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=128220>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA. São Paulo (Estado). Provimento CG Nº 36/2014 (Processo 2014/10058). Estabelece a prioridade da ação de adoção e destituição do poder familiar, regulamenta o apadrinhamento afetivo, apadrinhamento financeiro, reconhecimento da paternidade socioafetiva, cursos de pretendentes à adoção e a participação dos grupos de apoio à adoção, a fim de evitar tráfico de crianças para fins de adoção. **Provimento**. São Paulo, 2014.

DAMASCENO, C. D.; SOUSA, C. V.; BATINGA, G. L. Filhos do coração: percepção das famílias adotantes em relação as adoções de marketing social em prol da causa. **Gestão & Planejamento**, n. 21, jan/dez 2020. DOI 10.21714/2178-8030gep.v.21.6088. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/6088>. Acesso em: 12 mai. 2021.

DANTAS, F. S. S.; FERREIRA, S. P. A. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 593-606, set. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-06>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2021.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. DOI 10.1590/S0100-15742002000100005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26349655_Pesquisa_qualitativa_Reflexoes_sobre_o_trabalho_de_campo. Acesso em 03 mai. 2020.

FARIELLO, L. Campanha de incentivo à adoção tardia vence o Prêmio Innovare. **Agência CNJ de Notícias**, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/campanha-de-incentivo-a-adocao-tardia-do-tjsp-vence-o-premio-innovare/>. Acesso em: 09 set. 2020.

FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G. G.; GONZALES, C. B. L. Caminhos da pesquisa e a contemporaneidade. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 243-250, 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/WB9b3gLxcJVbCLShdYVwKsr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GIACOMOZZI, A. I.; NICOLETTI, M.; GODINHO, E. M. As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. **Psychologica**, v. 58, n. 1, p. 41-64, 2016. DOI 10.14195/1647-8606_58-1_3. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_58-1_3. Acesso em: 08 ago. 2020.

GIMENES, F. M. A. **Entre o desejo manifesto de crianças e a viabilidade da adoção: um estudo psicanalítico sobre motivações inconscientes que obstam o processo adotivo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, I. C.; LEVY, L. A Psicanálise Vincular e a preparação de crianças para adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. **Contextos clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 109-117, 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.09>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100010. Acesso em: 22 mar. 2020.

GOMES, I. C.; MARQUES, R. T. A. D.; ISHARA, Y. Encontros e desencontros na adoção: o paradoxo da ilusão. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p.221-234.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Companhia de Freud, 2002.

INSTITUTO ACONCHEGO. **Programa de formação para núcleos de preparação para adoção e apadrinhamento afetivo**. Brasília: SDH/PR. 2015. 226 p. *Ebook*. Disponível em: <http://aconchegodf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Livro-Programa-de-Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf>

LADVOCAT, C. As falhas da adoção no casal parental. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p.99-116.

LEVINZON, G. K. **Adoção**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 140 p.

LEVINZON, G. K. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? **Desidades**, n. 7, p. 10-20, jun 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2631>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. Prefácio In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 5-13.

LEVINZON, G. K. Adoção e falso self: o dilema do “bom adotado”. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 49-70.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos**. 2ª ed., São Paulo: Blucher, 2020.

LEVY, L.; GOMES, I. C. Grupos de preparação à adoção: dos pretendentes às crianças. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: teoria, pesquisa e clínica**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio: Prospectiva, 2017, p. 157-174.

LISONDO, A. D. O trabalho psicanalítico com pais na adoção: luzes e sombras In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 71-86.

MACHADO, R. N. **Parentalidade de filiação adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MERÇON-VARGAS, E. A.; ROSA, E. M.; DELL’AGLIO, D. D. Adoção nacional e internacional: significados, motivações e processos de habilitação. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 12-26, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200003. Acesso em: 20 jan. 2020.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: Revisão integrativa de literatura. **Psicologia clínica**, v. 27, n. 1, p. 175-194, jul. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-566520150001000175&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2019.

MOZZI, G.; NUERNBERG, A. H. Concepções sobre deficiência em processos de adoção de crianças com deficiência. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13° WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2017, p. 1-12.

NAKAMURA, C. R. Crianças e adolescentes: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 179-197, abr. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.172>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-662820190001000179&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 mai. 2020.

OLIVEIRA, R. R. **Os critérios e estratégias utilizados por assistentes técnicos judiciários psicólogos na avaliação de pretendentes à adoção**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ORSELLI, H. A.; ANASTÁCIO, A. Adoção: a possibilidade de escolha de características do adotando no processo de adoção – análise a partir dos fundamentos constitucionais. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, São Paulo, v. 13, n.1, paginação irregular, 2010. Disponível em: <http://pasquali.adv.br/public/uploads/downloads/adocao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Adoção tardia por casal divorciado com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 89-99, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/jcbfqQKYppHvZkxMZ8B8jRh/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OZOUX-TEFFAINE, O. De la demande d’adoption a la réalité psychique de l’enfant. *In*: QUEIROZ, E. F.; SILVA, E. M. (org.). **Adoção, filiação e práxis**. Curitiba: CRV, 2017, p. 149-160.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PEITER, C. Onde está a criança abandonada? Reflexões sobre altruísmo na adoção. *In*: GHIRARDI, M. L. A. M.; FERREIRA, M. P. **Laços e rupturas**: leituras sobre a adoção e o acolhimento institucional. São Paulo: Escuta: Instituto Tortuga, 2016, p. 147-157.

PEITER, C. **Adoção**: vínculos e rupturas - Do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni Editora, 2011.

QUEIROZ, A. C. A.; BRITO, L. Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Textos & contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 55-67, 2013.

Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13161>. Acesso em: 15 mar. 2020.

QUEIROZ, E. F. “O que quer uma mulher quando adota?” - A clínica da adoção. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018. p. 137–154.

RODRIGUES, A. C. F.; COSTA, B. B. V.; ZANZIM, C. A.; BITTENCOURT, G.; LIMA, R. S. P.; GOMES, I. C. O uso de fotos como objeto mediador em grupo reflexivo com pretendentes à adoção. In: **CADERNOS DE TEXTOS IV JORNADA DE PRÁTICAS CLÍNICAS EM PSICOLOGIA**, 1ª Ed., Londrina, Paraná 2019. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2019, p. 231-237.

ROTENBERG, E. B. A transmissão psíquica inconsciente da mãe adotante ao filho adotivo. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. (Org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 87-98.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 311–324, 2018. DOI <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2358-18832018000100311&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2019.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; MACHADO, R. N. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 25, e44926, 2020. DOI <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100217. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCHETTINI, S. S. Busca Ativa Outubro 2017. Youtube, Suzana Sofia e Luiz Schettini Filho, 2017 (22min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hrzDL5QAnpE&t=3s>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SCORSOLINI-COMIN, F.; AMATO, L. M.; SANTOS, M. A. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. **Revista da SPAGESP**, v. 7, n. 2, p. 40-50, dez. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 set. 2020.

SEQUEIRA, V. C.; STELLA, C. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicologia: Teoria e prática**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, abr. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, F. H. O. B., CAVALCANTI, L. I. C., & DELL’AGLIO, D. D. Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. **Revista da SPAGESP**, v. 17, n. 2, p. 67- 80, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000200006. Acesso em: 02 set. 2020.

SILVA, M. P. O. Adoção: tempo de espera e mudança de perfil dos habilitados. *In*: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 117-136.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP. **Adote um Boa-Noite**. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite>. Acesso em 17 jan. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Atuação dos profissionais de serviço social e psicologia infância e juventude**: Manual de procedimentos técnicos, edição atualizada, 2017. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/manual_de_procedimentos.pdf. Acesso em 06 de jan. de 2021.

TRINDADE-SALAVERT, I. Subjetividades que se interligam: adotantes, adotados e intermediários. *In*: TRINDADE-SALAVERT, I. (org.). **Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010, p. 15-43.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TV CÂMARA São Paulo. **Juiz Iberê de Castro Dias fala sobre o Programa “Adote Um Boa-Noite”**. São Paulo: TV Câmara São Paulo, 2018 (8min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6pM1xAHLnLE>. Acesso em: 16 abr. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 fev. 2020.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Dados do participante

Sexo:

Tempo de atuação no TJ:

Tempo na VIJ atual/Cargo:

Características da equipe (número de Assistentes Sociais e Psicólogos/as):

Questão da pesquisa

Conte-me como você e sua equipe interprofissional têm lidado com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados

- Investigar percepções acerca da campanha Adote um Boa-Noite

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado da Universidade de São Paulo. A pesquisa tem por objetivo compreender como Assistentes Sociais e Psicólogos de equipes interprofissionais de Varas da Infância e da Juventude, selecionadas no estado de São Paulo, estão lidando com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados.

Para tanto, serão entrevistados profissionais da Psicologia e do Serviço Social de diferentes Varas da Infância e da Juventude do estado de São Paulo. A entrevista será gravada mediante sua autorização, através deste termo. Após a conclusão da pesquisa, esse material será armazenado pela própria pesquisadora, a qual se responsabilizará em garantir seu sigilo.

Informamos que a participação é livre e voluntária, e você não receberá nenhuma remuneração por isso. Em contrapartida, você não terá gastos ao participar da pesquisa. Qualquer gasto será ressarcido pela pesquisadora. Não existem riscos graves previstos na participação dessa pesquisa. Contudo, a entrevista pode gerar desconfortos relacionados à exposição de pensamentos e sentimentos durante a entrevista ou ao tempo demandado durante a entrevista. Nesses casos, fica assegurada total liberdade de desistir de participar ou se retirar da pesquisa a qualquer momento em que desejar fazê-lo, sem que isso implique qualquer prejuízo ou acarrete qualquer penalidade, represália ou constrangimento.

Gostaríamos de ressaltar que o consentimento de participação para esta pesquisa fornecerá informações importantes para o avanço no campo das ciências em Psicologia. Declaramos, ainda, o nosso compromisso com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, assegurando que os dados coletados serão mantidos em sigilo, ou seja, a publicação não incluirá informações que permitam qualquer identificação dos sujeitos entrevistados e das Varas da Infância e da Juventude.

Em caso de dúvidas, o (a) senhor (a) poderá solicitar informações com as responsáveis pela pesquisa – Ana Clara Fusaro Silva Rodrigues – a qualquer momento, pelo endereço eletrônico anaclarafusaro@hotmail.com, telefone (11) 97475-0821, endereço institucional Avenida Professor Mello Moraes, 1.721, Cidade Universitária, São Paulo/SP. Para qualquer esclarecimento pertinente à ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) – Endereço: Rua Arlindo Bértio, 1000 - Vila Guaraciaba, São Paulo – SP, Prédio II, Sala T14. Telefone (11) 3091-1046 e endereço eletrônico cep-each@usp.br

Este Termo foi elaborado em duas vias, devendo constar em todas as folhas a rubrica e na última a assinatura da pesquisadora responsável e do (a) participante, sendo que uma via

ficará com a pesquisadora e a outra com o (a) participante. Respeitando, portanto, o procedimento de padrão ético em pesquisa, pedimos que autorize sua participação, assinando esse termo de consentimento.

Eu, _____, informado dos objetivos da pesquisa acima e certificado de que os dados coletados serão confidenciais e que poderei optar pela retirada do consentimento a qualquer momento desta, autorizo a participação de meus dados na pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20____.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Adoção: Um estudo qualitativo sobre a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados no estado de São Paulo

Pesquisador: ANA CLARA FUSARO SILVA RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15295219.5.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.441.892

Apresentação do Projeto:

Estudo sobre adoção no Brasil com objetivo de compreender como os profissionais das equipes técnicas, compostas por Assistente Social e Psicólogo, que atuam nas VIJ estão lidando com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados. Os participantes serão escolhidos por conveniência e através da técnica "bola de neve" em varas judiciais de características e portes diferentes do estado de São Paulo, para maior representatividade e diversidade no conjunto amostral. Os instrumentos de coleta serão entrevistas semidirigida individuais com os profissionais, em local escolhido pelos entrevistados, além do diário de campo do pesquisador. Para análise e organização do corpus, serão identificadas categorias de conteúdo a partir da leitura-escuta flutuante, sob o referencial teórico psicanalítico.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como os profissionais das equipes técnicas, compostas por Assistente Social e Psicólogo, que atuam nas Varas das Infância e da Juventude, estão lidando com a ampliação do perfil de crianças e adolescentes a serem adotados.

Objetivo Secundário:

a) Identificar o perfil de crianças e adolescentes desejado e preterido pelos pretendentes a adoção

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3091-1048

E-mail: cep-esch@usp.br